

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ARTICULAÇÃO EM REDE DAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA
POSSIBILIDADE PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA NO
ASSENTAMENTO ÁGUA LIMPA DE PRESIDENTE BERNARDES**

Graziele Puci Stringueta RA: 004.0.07.033
Isamara Menezes Rodrigues RA: 004.0.07.022
Jéssica Caroline Medeiros Silva RA: 004.0.07.006
Maisa Roberta Gonçalves RA: 004.0.07.004
Sandra Regina Sakamoto Tolosa RA: 004.0.07.009

Presidente Prudente/SP

2010

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ARTICULAÇÃO EM REDE DAS POLÍTICAS SOCIAIS: UMA
POSSIBILIDADE PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA NO
ASSENTAMENTO ÁGUA LIMPA DE PRESIDENTE BERNARDES**

Graziele Puci Stringueta RA: 004.0.07.033
Isamara Menezes Rodrigues RA: 004.0.07.022
Jéssica Caroline Medeiros Silva RA: 004.0.07.006
Maisa Roberta Gonçalves RA: 004.0.07.004
Sandra Regina Sakamoto Tolosa RA: 004.0.07.009

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Juliene Aglio de Oliveira

Presidente Prudente/SP

2010

Bem Estar Social

A nossa luta pela terra
O novo jeito de conquistar
Através das nossas parcerias
O sistema derrubar
Vencer com qualidade
Unir campo e cidade
Em prol da felicidade
E o meio ambiente preservar
A luta pela terra
A nossa imaginação
Conquistar a nossa terra
Para plantar e colher
O nosso pedaço de pão
Tendo vida digna
E segurança alimentar
Passo a passo na história
Um elo de ligação
Preocupado com o bem estar
É uma nova sociedade
Criando um novo caminho
Através da nossa situação
Fazer reforma agrária
Neste pedaço de chão

Jonas Ferreira Bahia (MST/Grande SP)

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que sempre me iluminou e me ajudou a enfrentar todas as dificuldades da minha vida.

À minha mãe, por ser tão dedicada e compreensiva, por ter sido a pessoa que mais me apoiou e me ajudou, foi quem me deu forças para continuar e acreditou que sou capaz. Agradeço pela paciência nas horas de angústia e sofrimentos que passei e por ter estado ao meu lado me acalmando e me orientando. Sem dúvida foi ela quem me deu o maior incentivo para conseguir concluir este trabalho e este curso.

À minha irmã, por ter me apoiado e me ajudado a concluir este curso, aos meus avós que sempre rezaram para que os meus objetivos fossem alcançados e por serem minha estrutura familiar.

Ao meu namorado que teve paciência e compreensão, pelas horas que tive que me ausentar e não lhe dar atenção, das horas de fragilidade nas quais sempre estive ao meu lado para me apoiar.

Às minhas amigas que acreditaram na minha capacidade e estiveram comigo durante todo este curso, me ajudando, orientando e auxiliando sempre que eu precisei. Por terem estado ao meu lado nos momentos bons e ruins, amigas que levarei para eternidade.

À minha orientadora pela paciência e horas de dedicação para nos ajudar na realização deste trabalho, por ter compartilhado o seu conhecimento e sua sabedoria conosco.

Aos professores que nos ajudaram a percorrer essa longa caminhada e por ter nos auxiliado na nossa transformação de alunos em profissionais.

E para finalizar, agradeço a toda a equipe do Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP) que foram essenciais na concretização deste trabalho, nos motivando e nos orientando em todos os momentos que necessitávamos.

Graziele Puci Stringueta

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser meu sustento em todas as horas, principalmente nessa etapa na qual perpasssei por muitos altos e baixos e senti sua força me segurar pelas mãos para que eu pudesse sempre ir em frente.

À minha família, em especial minha mãe que fez muitas vezes o papel de mãe e pai; à minha irmã Giovana, que me ensina a cada dia como ser uma pessoa melhor, e a querida Isabel, minha segunda mãe e essencial para que eu atingisse essa conquista.

Agradeço à nossa orientadora Juliene por tudo que me acrescentou, não poderíamos ter escolhido melhor.

Às minhas novas irmãs Jéssica, Maisa, Grazielle e Sandra, que fizeram de cada hora difícil, uma hora inesquecível e feliz!

Por fim, agradeço a equipe do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), em especial ao Lincoln por nos nortear, nos ajudar sem medir esforços e principalmente pela paciência e a motivação contagiante, que nos fez acreditar nesse trabalho e na Reforma Agrária.

Isamara Menezes Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter iluminado nosso caminho em todos os momentos, sendo nossa força, dando-nos sabedoria, discernimento e perseverança, agradeço também a oportunidade de realizar este trabalho, que é parte de um grande sonho.

Aos meus queridos pais Vanderlei e Valquiria que acompanharam cada etapa deste momento, me apoiando e colaborando em mais uma etapa de minha vida, sempre dedicados, demonstrando grande amor. Qualquer palavra será insuficiente para traduzir meus sentimentos.

Ao meu querido noivo e amigo, Ednelson, por sua compreensão, apoio e incentivo em todas as minhas decisões e por tantas vezes ter ouvido meus desabafos, medos e inseguranças.

Agradeço aos professores e supervisores que fizeram parte da minha caminhada e contribuíram para minha formação, de forma muito especial a Professora Luci que através de seus ensinamentos contribuiu para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional.

A nossa orientadora Juliene Aglio de Oliveira pelo incentivo, paciência e orientação, pela sua contribuição para o nosso crescimento acadêmico e desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos profissionais do ITESP que contribuíram fundamentalmente para a realização deste trabalho, em especial a Assistente Social Aparecida pela atenção, apoio e contribuição com o seu conhecimento. Agradeço ao nosso grande colaborador Lincoln pela dedicação, desprendimento de seu tempo e orientação.

Pessoas significantes que contribuíram fundamentalmente para realização da pesquisa de campo.

Às minhas grandes amigas, Grazielle, Isamara, Maisa e Sandra, sempre tão companheiras, minhas sinceras desculpas pelas incompreensões e impaciência, mas principalmente, meu carinho e respeito. Vocês são especiais em minha vida! À todos os meus familiares e amigos que compreenderam minha ausência, e a Carla nossa companheira de sala que auxiliou na aproximação com o objeto de nosso trabalho.

A todos a nossa gratidão!

Jéssica Caroline Medeiros Silva

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus e a Virgem Maria que iluminam todos os passos da minha vida.

Aos meus pais, à minha irmã Bianca e ao meu noivo Vagner por acreditarem em mim, compreenderem e aceitarem minha ausência durante todo o tempo do curso e durante a realização deste trabalho.

E em especial agradeço aos meus pais Roberto e Marisa, que foram os principais motivadores para a minha conclusão do ensino superior e por me fortalecerem e acreditarem em mim sempre.

À orientadora e coordenadora do curso Juliene Aglio de Oliveira pela confiança e oportunidade que me foi dada e por nos ter prestigiado em orientar e partilhar seus conhecimentos com o grupo.

E às minhas queridas amigas Grazielle, Isamara, Jéssica e Sandra, que me apoiaram em todos os momentos no decorrer da minha vida acadêmica.

Maisa Roberta Gonçalves

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus que ilumina todos os passos da minha vida. Aos meus familiares, marido e filha por compreender a minha ausência durante todo o tempo do curso e durante a realização do trabalho.

E em especial agradeço aos meus sogros, que foram os principais motivadores para a conclusão do ensino superior e por acreditar em mim.

À orientadora e coordenadora do curso Juliene Aglio de Oliveira por nos ter prestigiado ao nos orientar e partilhar conosco seus conhecimentos.

Às minhas queridas amigas Grazielle, Jéssica, Maisa e Isamara que me apoiaram em todos os momentos no decorrer da minha vida acadêmica.

Sandra Regina Sakamoto Tolosa

RESUMO

O presente trabalho estudou as especificidades do assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes, identificando as políticas sociais existentes nesse assentamento, no que tange a sua efetividade e debilidade. Após passarmos por este estudo, consideramos que há uma grande necessidade de uma Rede Social para a resolução das demandas existentes neste assentamento. Para chegarmos a essa conclusão realizamos pesquisas bibliográficas e de campo, as quais nos ajudaram na aproximação da realidade concreta posta no assentamento estudado. No que tange o estudo bibliográfico contextualizamos a distribuição desigual de terras salientando seu contexto sócio- histórico e analisamos a importância de apreender este assunto para obter uma compreensão da Questão Agrária na atualidade. No que se refere à Questão Agrária esta foi compreendida como expressão da Questão Social por ser a arena política das reivindicações protagonizadas por trabalhadores rurais que, no contexto dos movimentos sociais lutam por justiça e igualdade social na busca de seus objetivos. Após realizarmos essa abordagem, ressaltamos a configuração da Questão Agrária nos dias atuais, abordando as peculiaridades do Plano Nacional da Reforma Agrária I e II, e as especificidades dos órgãos gerenciadores dessa política. Nessa perspectiva este estudo trata da historicidade do Assentamento Água Limpa localizado em Presidente Bernardes-SP, destacando seus desafios, debilidades e conquistas. Para a realização da pesquisa de campo, esta teve como referência vinte famílias assentadas, das quais foram entrevistadas objetivando identificar quais políticas sociais que havia no assentamento Água Limpa, e quais estavam sendo efetivadas. Finalizamos este trabalho com uma discussão em torno das debilidades existentes no assentamento no que tange às políticas sociais, e compreendemos que através de uma Rede Social formada pela articulação de políticas sociais esta poderá ser a resposta para as demandas postas nesse assentamento.

Palavras-chave: Questão Agrária. Movimento dos Sem Terra. Articulação das Políticas Sociais. Rede Social. Assentamento.

ABSTRACT

This work studied the specificities of the Água Limpa settlement in Presidente Bernardes, identifying the existing social policies in this settlement, in respect to their effectiveness and weakness. After passing through this study, we believe there is a great need for a social network for the resolution of the claims in this settlement. To reach this conclusion we performed literature searches and field, which helped us in bringing the reality put into settlement studied. Regarding the bibliographic contextualize the unequal distribution of land highlighting its social and historical context and we analyze the importance of learning this subject to gain an understanding of the Agrarian Question in the present time.

Concerning the Agrarian Question this was understood as an expression of Social Issue for having been the political arena staged by the claims of rural workers in the context of social movements struggling for social justice and equality in pursuit of their goals. After conducting this approach, we emphasize the configuration of the Agrarian Question in the current days, approaching the peculiarity of the National Plan of Agrarian Reform I and II, and the specificities of the organs managers of this policy. In this perspective, this study deals with the historicity of the Água Limpa settlement located in Presidente Bernardes-SP, highlighting their challenges, weaknesses and achievements. To carry out field research, this had as reference twenty settled families, of which they had been interviewed objectifying to identify to which social politics that had in the Água Limpa settlement, and which were being effected. We conclude this work with a discussion of the existing weaknesses in the settlement regarding social policies, and understand that through a social network formed by the articulation of social policies that could be the answer to the demands placed on the Água Limpa settlement.

Keywords: Agrarian Question. Movement of the Landless Rural Workers. Coordination of Social Policies. Social Network. Settlement.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

ATES – Assessoria Técnica Social e Ambiental

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CF - Constituição Federal

COCAMP - Cooperativa Agrícola dos Campos Palmenses

CONDRAF – Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ESF – Estratégia de Saúde da Família

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GERA – Grupo Executivo da Reforma Agrária

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário

ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra

MLT - Movimento de Luta Pela Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade

ONG – Organização Não Governamental

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIPRA – Sistema de Informação de Programas de Reforma Agrária

STRs - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

SUS – Sistema Único de Saúde

UNESP – Universidade Estadual Paulista

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA

TABELA 1 – Ocupações de Terras no Pontal do Paranapanema (1990-2000).....	82
---------------------------------------------------------------------------	----

GRAFICOS

GRÁFICO 1 – Sexo do Entrevistado.....	90
GRÁFICO 2 – Composição Familiar/Sexo.....	90
GRÁFICO 3 – Composição Familiar/Faixa Etária.....	91
GRÁFICO 4 – Estado Civil do Entrevistado.....	92
GRÁFICO 5 – Renda Familiar.....	93
GRÁFICO 6 – Trabalho Formal/Informal.....	95
GRÁFICO 7 – Previdência Social dos Entrevistados.....	96
GRÁFICO 8 – Forma de Obtenção de Renda.....	97
GRÁFICO 9 – Produção para Subsistência.....	99
GRÁFICO 10 – Composição Familiar/Escolaridade.....	105
GRÁFICO 11 - Situação de Moradia.....	106
GRÁFICO 12 – Subsidio para Construção.....	107
GRÁFICO 13 – Distribuição de Água.....	108
GRÁFICO 14 – Coleta de Lixo.....	109
GRÁFICO 15 – Atendimento da Assistência Social.....	111
GRÁFICO 16 – Famílias Beneficiárias de Programas Sociais.....	113
GRÁFICO 17 – Orientação Técnica em Relação à Terra.....	114
GRÁFICO 18 – Tempo de Assentamento.....	115
GRÁFICO 19 - Participação em Movimento Social.....	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE DESAFIOS E PERSPECTIVAS	19
2.1 A Questão Agrária no Brasil: Uma expressão da Questão Social.....	27
2.2 Breve Histórico da Luta pela Terra, da Propriedade e da Exclusão da Propriedade no Brasil.....	31
2.3 Avanços Legais.....	34
2.3.1 Estatuto da Terra e Demais Legislações Pertinentes.....	38
2.4 Os Movimentos Sociais como Protagonistas das Conquistas.....	43
2.4.1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	48
3 ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM REDE	52
3.1 A Política Agrária nos Dias Atuais.....	55
3.1.1 Órgãos administradores da Questão Agrária no Brasil.....	60
3.2 A Articulação das Políticas Sociais.....	65
3.3 Redes Sociais: Uma possibilidade.....	71
3.3.1 Redes Intersectoriais	77
3.4 Contexto do Pontal do Paranapanema.....	79
3.4.1 Impactos na Região do Pontal do Paranapanema devido aos Assentamentos Rurais.....	84
3.5 Presidente Bernardes: Trajetória Histórica.....	85
3.5.1 Assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes.....	87
4 ANÁLISE DA PESQUISA	88
4.1 Perfil.....	90
4.2 Políticas Sociais.....	99
4.2.1 Política de Saúde.....	100
4.2.2 Política da Educação.....	102
4.2.3 Política da Habitação.....	106
4.2.4 Política Lazer e Cultura.....	110
4.2.5 Política de Assistência Social.....	111
4.2.6 Política Agrária.....	113

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
BIBLIOGRAFIA.....	121
ANEXO.....	131

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresentou as especificidades da Questão Agrária, analisando o seu contexto sócio-histórico político e os desafios evidenciados para a efetivação da Reforma Agrária. Além disso, foram salientadas as peculiaridades no que se refere às Políticas Sociais destacando a necessidade de uma articulação materializada em Redes, para a efetivação dessas políticas no Assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes, localizado no Pontal do Paranapanema-SP.

Nesse contexto, este trabalho indagou quais às Políticas Sociais que existiam no assentamento Água Limpa e quais estavam sendo executadas, objetivando conhecer suas especificidades e debilidades. Através da compreensão adquirida após a realização da pesquisa, consideramos como resolução para esta demanda, a necessidade da articulação das políticas sociais para a efetivação destas e para o melhoramento de qualidade de vida dos assentados.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que o objetivo geral deste trabalho, foi o conhecimento do contexto sócio-histórico do Assentamento Água Limpa e identificar a efetivação ou não das políticas sociais neste assentamento. Sendo assim o objetivo específico foi análise da sua origem histórica e das especificidades do assentamento. Feito isso verificamos que há uma grande debilidade no que tange as Políticas Sociais e uma grande necessidade de articulação entre elas, para que se forme, efetivamente, uma Rede Social.

No que se refere à metodologia, esta foi baseada em pesquisas bibliográficas e de campo. O referencial da pesquisa bibliográfica foi utilizado com o intuito de obter dados concretos, e ter um contato direto com o que já foi escrito em livros e artigos sobre o assunto. Já a pesquisa de campo de cunho qualitativo, realizou um estudo a respeito das políticas públicas existentes no assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes.

O estudo do contexto sócio histórico e político do assentamento, possibilitou-nos um conhecimento direto da realidade dos assentados. Para obtermos a maior quantidade possível de informações que nos auxiliaram no diagnóstico das demandas dos assentamentos foram elaboradas questões para identificar as suas reais necessidades.

Este trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresentou o contexto sócio-histórico do Brasil, ressaltando a distribuição das terras brasileiras na época da colonização, para obtermos uma compreensão mais abrangente da atual distribuição das terras no Brasil.

Os latifúndios no Brasil, surgiram a partir de 1500 com divisão das capitanias hereditárias. Vale lembrar que essas terras eram transmitidas hereditariamente para capitães donatários, do qual tinha o compromisso de distribuir as terras em sesmarias. É importante ressaltar que este processo perdurou até 1822, pois após este período, foram instituídas leis que regulamentam a distribuição de terras no Brasil.

Dentro desse contexto, foi observado que a origem histórica da concentração da propriedade fundiária no Brasil é de suma importância para a compreensão da situação atual da Questão Agrária neste país.

O capítulo seguinte apresentou a Questão Agrária e como esta reflete nas expressões da Questão Social, referindo-se a desigual distribuição de terras como palco para a realização de uma organização social, protagonizada por trabalhadores rurais, que reivindicam uma forma mais justa e igualitária de distribuição de terras, reivindicações essas materializadas em lutas políticas na busca da Reforma Agrária. Vale ressaltar que a Reforma Agrária é caracterizada pela descentralização e democratização da estruturação fundiária no Brasil, nessa perspectiva salientamos ao longo do trabalho a necessidade da implementação dos avanços legais para a efetivação desta.

Apesar de haver um corpo significativo de leis e decretos complementares para uma melhor efetivação da Reforma Agrária, esta atualmente ainda apresenta debilidades significativas para sua concreta efetivação. Na busca da efetivação da Reforma Agrária é que trabalhadores rurais e demais pessoas vinculadas a essa questão, problematizam a sua situação, através dos Movimentos Sociais entre os quais, foi destacado neste trabalho o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, popularmente conhecido como MST.

No terceiro capítulo foi abordado a necessidade da efetivação e articulação das políticas públicas, para assim impulsionar a formação ou efetivação da Rede Social no município de Presidente Bernardes, onde está localizado o assentamento Água Limpa.

É importante ressaltar que a não articulação das Políticas Sociais tem influencia da Política Neoliberal, que redimensionou o Estado a partir dos anos 90. Essa política visa a redução dos direitos sociais e trabalhistas, transformando-os em direitos focalizados e mercantilizados.

Para que ocorra essa efetivação no que tange às políticas sociais, é necessário ir além da gestão setorial de cada política. É preciso estabelecer uma construção de Rede social entre o Estado, sociedade civil, organizações não-governamentais e movimentos sociais para assim identificar-se as conexões entre as políticas sociais e as possibilidades da sua efetivação na integralidade do indivíduo. A materialização da Rede Social visa uma gestão integral das políticas sociais, consolidando-se assim como respostas às demandas sociais, protagonizada por sujeitos que buscam a transformação social, agindo de forma democrática, politizada e horizontal.

Feita essa abordagem, transcorremos sobre as Políticas Sociais nos dias atuais no que se refere a Reforma Agrária expondo as especificidades e abrangência do Plano Nacional da Reforma Agrária (I e II), sua formação, intencionalidade, metas e objetivos em relação a essa demanda. Além dos Planos, discutiremos os órgãos gerenciadores da Política Agrária e suas peculiaridades como: formação, funcionalidade, organização e efetividade.

No quarto capítulo foi apresentado um breve histórico da região do Pontal do Paranapanema, abrangendo sua importância no contexto da Reforma Agrária Brasileira e o impacto social gerado pelo grande número de assentamentos instituídos na região. Além disso, o trabalho evidenciou a historicidade do município de Presidente Bernardes, destacando seus desafios e conquistas para emancipação do município.

Dentro desse contexto, foi evidenciado o Assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes, região do Pontal do Paranapanema. Observou-se que nesse município estão localizados sete assentamentos, subdivididos em lotes de acordo com a qualidade do solo. Nessa perspectiva foi destacado o assentamento Água limpa como tema central desta pesquisa, ressaltando-se sua origem, as lutas e os desafios que assentados tiveram que enfrentar para conquistar o seu pedaço de terra, e ainda, o trabalho realizado pelos assentados na terra atualmente conquistada.

O capítulo seguinte teve o objetivo de apresentar a situação atual do assentamento Água Limpa. Para tanto foi realizado um levantamento do perfil dos assentados e identificadas as reais dificuldades por eles vivenciadas, as suas conquistas, suas lutas e desafios e acessibilidade às Políticas Sociais propostas para esse assentamento.

Feito o levantamento e a análise dos dados colhidos, identificamos a articulação da Rede Social como resposta às demandas vivenciadas pelos assentados. No que se refere à Rede social, propomos a articulação dos órgãos gerenciadores e demais instituições ali localizadas para a resolução desta problemática.

Constatou-se com este trabalho que o assentamento Água Limpa não obtém um respaldo sustentável para as suas demandas, necessitando assim de uma articulação entre as políticas sociais existentes no município de Presidente Bernardes, para que estas se transformem em uma Rede Social e consiga abranger todos os assentamentos localizados em sua proximidade, em especial, o assentamento Água Limpa.

2 POLÍTICA AGRÁRIA NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO DE DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Para compreendermos a Política Agrária no Brasil se torna necessário discorrermos brevemente sobre o surgimento da Questão Agrária na Europa, da passagem da sociedade agrária à sociedade industrial, uma vez que foi nesse contexto que se deu a ocupação e distribuição das terras brasileiras no momento da colonização destas, para que a partir das determinações sócio-históricas possamos compreender a distribuição atual das terras brasileiras.

Neste capítulo perpassaremos pelas determinações citadas acima e analisaremos as legislações pertinente a essa demanda pela posse e ocupação das terras brasileiras. Compreenderemos também que esses avanços foram conquistados através dos sujeitos coletivos que se configuram por meio dos movimentos sociais e problematizam a Questão Agrária como expressão da Questão Social, com isso neste item realizaremos uma breve discussão do que será aprofundado durante o capítulo.

Para dar início a esta contextualização recorreremos a Linhares e Silva (1999, p. 02) que ressaltam os fatores que foram de fundamental importância para o nascimento do capitalismo:

[...] As grandes navegações transoceânicas do final do século XV em diante, a expansão do comércio marítimo, a colonização da América e a abertura do Oceano Índico em direção ao Pacífico acompanharam a centralização do poder por parte das realidades da Europa Ocidental e deram suporte ao nascimento do capitalismo.

Os autores afirmam que, além desses fatores, o fator religioso, filosófico e estético também favoreceram o nascimento do capitalismo e o início dos tempos chamados modernos, com esses marcos se deu a passagem da sociedade agrária para a sociedade industrial.

Afirmam ainda que a economia na sociedade agrícola, não capitalista, se caracteriza pela precariedade nos meios de transporte, tendo então uma fragilidade e vulnerabilidade já que a produção poderia ser alterada pelas mudanças drásticas de tempo ou qualquer intempéries. O ano em que ocorresse uma má

colheita proporcionaria uma crise de subsistência e o desequilíbrio era alterado também pelo rápido crescimento da população.

Uma crise ocasionada pela baixa produção acarretava um aumento de preço dos alimentos e isso somado à precariedade dos transportes e às más estradas também ocasionavam um aumento dos preços, desencadeando em fome e miséria além de, praticamente anular o mercado nacional.

A fragilidade na produção e o baixo nível técnico de agricultura existente na época para contornar os desequilíbrios, ocasionaram diversas revoltas camponesas, o que amedrontava os proprietários de terra.

A Questão Agrária na França tal como a compreendia o historiador francês George Lefebvre e citada por Linhares e Silva (1999, p. 05) “[...] apontava para condições sociais muito precárias, tanto na cidade quanto no campo: enorme desemprego urbano, forte tendência ao êxodo rural, clima de agitação generalizado ao menor sinal de crise econômica [...]” e segundo o mesmo autor deve-se considerar que essa realidade era menos desigual na França do que no resto da Europa.

O sistema feudal que acarretava diversas obrigações do servo com o senhor feudal conforme Linhares e Silva (1999, p. 06) já estava praticamente extinto, contudo em toda Europa seja os Senhores feudais, os fidalgos ou os grandes arrendatários mantinham sua renda através da exploração de seus subordinados.

Como citado anteriormente os autores afirmam que às diversas crises de subsistência ocasionaram revoltas que serviram como um momento de revisão nas características econômicas, sociais e políticas da sociedade, impulsionando assim a alteração da Questão Agrária e o nascimento da sociedade industrial e capitalista desencadeando as grandes navegações transoceânicas do final do século XV.

Portugal segundo Fausto (2003, p.21-23) foi pioneiro da expansão marítima, portanto existem diversas razões para que isso ocorresse: o fato de Portugal ter unificado seu território e se tornado uma monarquia centralizada muito cedo, e por ter recursos suficientes para investir nesta “aventura” em busca de novas terras, por ter-se beneficiado do conhecimento das técnicas de navegação desenvolvidas pelos Genoveses da Itália (que navegavam pelo mar Mediterrâneo)

além de geograficamente Portugal estar favorecido para a busca de novas terras, ouro e especiarias¹.

Conforme Gancho, Lopes e Toledo (1991, p.14) no século XVI Espanha e Portugal eram consideradas grandes potências mundiais, e como a extensão territorial desses países era pequena buscavam novos territórios para adquirirem riquezas.

O mesmo autor afirma que o Brasil foi “descoberto” em 1500, quando Pedro Álvares Cabral, tendo a missão de aportar nas Índias, ancorou em terras brasileiras e mesmo encontrando-se a leste do limite estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas² tomou posse destas terras em nome do rei de Portugal.

Essas terras eram habitadas por uma população nativa e nômade, mas, apesar disso conforme cita Gancho, Lopes e Toledo (1991, p. 15):

Do ponto de vista europeu, a terra descoberta não era de ninguém; portanto o país que conseguisse ter tecnologia para descobri-la e dispusesse de recursos para colonizá-la seria dono legítimo. De acordo com tal visão, o índio que aqui habitava nunca foi dono da terra no Brasil nem na América.

Conforme Fausto (2003, p. 41 - 43) durante as três primeiras décadas as terras brasileiras não despertaram grande interesse da parte de Portugal, tendo nesse período função meramente extrativa. A extração do pau – Brasil era realizada pelos nativos sob forma de escambo. Em razão do abandono da terra por parte de Portugal nesse período, em 1530 aventureiros e piratas franceses se estabeleceram no Rio de Janeiro e Maranhão explorando pau – Brasil. Além da presença estrangeira na colônia de Portugal, a descoberta de riquezas minerais na América Espanhola, praticamente obrigou Portugal a voltar seus interesses para as terras brasileiras e verdadeiramente tomar posse do Brasil ou então o perderia.

¹As especiarias eram geralmente pimenta, cravo, canela usados com o objetivo de disfarçar o mal gosto dos alimentos ocasionado pela falta de refrigeração

² Segundo o site da Veja (s. d, s. p): Este tratado foi assinado em 1494 na Espanha, na cidade de Tordesilhas, e foi um acordo assinado pela Espanha e por Portugal com o objetivo de delimitar as terras do “novo mundo” para assim evitar os conflitos, e que estabelecia uma linha imaginária para dividir as terras pertencentes a cada povo.

Com o objetivo de manter a posse destas terras Portugal deveria colonizá-la, ou seja, povoá-la e cultivá-la. Como não teria recursos suficientes para realizar essa tarefa sozinho, concedeu o direito à terra a um pequeno número de pessoas que tinham condições financeiras para colonizá-la. No entanto os portugueses que preenchiam os requisitos não se interessaram por tal empreitada, então essa concessão de terra para atrair os aventureiros, tomou grandes proporções, e esta é uma das explicações da existência dos latifúndios no Brasil.

Aquele que recebia a maior extensão de terra, o capitão-donatário, adquiria poderes políticos, administrativos, militar e jurídico, e cabia a ele distribuir as sesmarias conforme os requisitos estabelecidos pelo governo português, conforme apresenta Gancho, Lopes e Toledo (1991, p. 16): fosse cristão, pagasse o dízimo à Igreja e se dispusesse de fato a cultivar as terras, aquele que não cultivasse nesta terra, deveria devolver ao Estado.

A costa brasileira até a linha do Tratado de Tordesilhas segundo os autores citados acima foi dividida em quinze capitanias hereditárias, terras que eram transmitidas hereditariamente ao capitão donatário que deveria distribuir a sua porção de terra em sesmaria, conforme critério citado acima, existia também uma forma menor de concessão de terra, as datas, essas eram menores que as sesmarias e eram taxadas com foro, uma espécie de tributo, o qual os sesmeiros eram isentos, ambos deviam pagar o dizimo, no entanto estes eram isentos destes tributos por arcarem com despesas referentes ao tráfego de colonos e de sementes.

Segundo Fausto (2003, p. 42) a característica geográfica do Brasil de 1500 a 1600 era de ocupação apenas do litoral, especialmente no nordeste já que o interesse era no comércio com as Índias. Entretanto a partir do século XVIII a ação dos Bandeirantes³ que avançaram para o interior do Brasil em busca de territórios para a coroa portuguesa e assim aumentou em grande proporção as ocupações para o interior do Brasil.

³ Segundo o site História do Brasil (s. d; s. p): “Foram os bandeirantes os responsáveis pela ampliação do território brasileiro além do Tratado de Tordesilhas. Os bandeirantes penetram no território brasileiro, procurando índios para aprisionar e jazidas de ouro e diamantes. Foram os bandeirantes que encontraram as primeiras minas de ouro nas regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.”

Conforme Lima (s.d, p. 44) apud Garcia (1958, p. 21) a concessão de sesmarias acarretou a seguinte situação relatada por Gonçalves Chaves⁴:

“1° - Nossa população hé quase nada, em comparação da imensidade de terreno que ocupamos há três séculos.

2° - As terras estão quase todas repartidas e poucas há a distribuir, que não estejam sujeitas a invasões dos índios.

3° - Os abarcadores possuem até 20 legoas de terreno, e raras vezes consentem a alguma família estabelecer-se em alguma parte de suas terras, e mesmo quando consentem , hé sempre temporariamente, e nunca por ajuste, que deixe ficar a família por alguns anos.

4° - Há algumas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários das terras e sempre faltas de meio de obter algum terreno em que farão hum estabelecimento permanente.

5° - Nossa agricultura está em o maior atrazo, e desalento, a que ella pode reduzir-se entre qualquer povo agrícola, ainda o menos avançado em civilização”.

O sistema sesmarial como podemos observar a partir da citação acima era um sistema excludente e muito próximo ao sistema atual de distribuição de terras no Brasil. A imensidade de terreno, expressão utilizada por Chaves, era dividida por um pequeno grupo de pessoas, quase todas as terras já haviam sido ocupadas e poucas restavam para distribuir e os grandes latifundiários não cediam parte de suas terras aos não proprietários. Sendo assim, as pessoas que não tinham condições financeiras de obter a propriedade ficavam marginalizadas. Outro fator agravante era o grande atraso na agricultura.

Contudo esse sistema de sesmarias segundo Gancho, Lopes, Toledo (1991, p. 27) permaneceu durante todo o Período Colonial (1500 a 1822), neste momento a propriedade da terra tinha um sentido diferente, pois esta conquista era devida a lealdade ao rei.

Em 17 de julho de 1822 com a Resolução n°. 76 fica suspensa a concessão de sesmarias futuras sem que nada alterasse as concessões já feitas como ressalta Cavalcante (2005, s. p):

Somente com a resolução de 17 de julho de 1822 é que foi suspensa a concessão de sesmarias pelo então príncipe regente D. Pedro. Nesse momento, o posseiro passa a ter uma importância social, pois a resolução o reconhecia como parte integrante no desenvolvimento da agricultura, e muitos viam no regime de sesmaria o responsável pela miséria e pelo atraso

⁴ Rio de Janeiro 1822

da agricultura do país. Não se permitiam novas concessões de sesmaria, nem se admitiam as novas posses, porém reconheciam aquelas ocorridas antes da resolução. Apesar da resolução, os problemas relacionados ao controle da aquisição de terras não foram resolvidos, pois novas concessões continuavam a ser efetuadas e o número de posseiros crescia sem controle algum.

Com isso se define a divisão da terra que é de domínio público e a que é de domínio privado, e segundo Freitas (s. d, s.p) apenas em 1850 foi criada a Lei de terras que definiu o fim da aquisição de terras devolutas, então a terra passou a ser moeda de troca (compra e venda). Gancho afirma que essa lei visava disciplinar as irregularidades do sistema de sesmarias, mas também impedir o avanço dos posseiros e o desenvolvimento dos minifúndios.

Segundo Oliveira (2007, s.p):

A Lei de Terras é um referencial da história da terra no Brasil, pois é o “batismo” da propriedade privada rural. Apenas a partir de 1850, com esta lei, é que passa a existir no Brasil a propriedade privada. A Lei de Terras estabeleceu que ninguém mais poderia adquirir propriedade rural, a não ser por meio de compra, fato que, evidentemente condenou a população afro-brasileira a serem “sem terras”.

Apesar da Lei de Terras de 1850, toda a história brasileira é marcada por apropriações indevidas de terras devolutas através de grilagem⁵ e outros meios não lícitos realizada por ruralistas.

O breve panorama das origens históricas da concentração da propriedade fundiária no Brasil é de suma importância para a compreensão da situação atual da Questão Agrária no Brasil e conforme Magalhães (s. d, s. p):

Tão importante quanto os acontecimentos dos períodos colonial e imperial para a forma pela qual se estruturou a ocupação do meio rural brasileiro são as ações que fizeram com que esta perdurasse ao longo de todo o período republicano e chegasse à atualidade. Embora o Brasil tenha passado, ao longo do século XX, por mudanças diversas, tais como a industrialização e um acelerado processo de urbanização, a estrutura de ocupação da terra baseada na existência de grandes propriedades ao lado de minifúndios permaneceu praticamente intacta. As grandes reformas trazidas com a Revolução de 1930 se restringiram quase que exclusivamente ao meio urbano, sendo quase consensual na historiografia brasileira a idéia de que as condições sociais no campo não se modificaram. Exemplo notório desta continuidade é o fato de as diversas mudanças na legislação trabalhista

⁵ Conforme Indriunas (2009, s. p): A grilagem nada mais é que a apropriação indevida de terras públicas, através da falsificação de documentos. Várias são os interesses para a existência dessa prática entre eles, especulação imobiliária, venda de recursos naturais do local, lavagem de dinheiro e até captação de recursos financeiros.

efetuadas no governo Vargas haverem se restringido aos trabalhadores urbanos.

Souza (2000, p. 232) afirma que entre as décadas de 1930 a 1960 ocorreram diversos fatos como a consolidação do país como Estado/Nação, ocorreu também o fim da divisão de poder e administração do Brasil pelas oligarquias rurais de São Paulo e Minas Gerais, os diferentes tipos de governos foram instalados nesse período: governos populistas, nacionalistas, integralistas, ditatoriais, provisório e democrático. Também consolidou-se o Parque Industrial Nacional e estabeleceram-se as leis trabalhista (urbanas e rurais)⁶, elaboração e promulgação das Constituições Federais Brasileiras, nesse período segundo ela se deu também as organizações sindicais, o crescimento da população urbana, Souza afirma ainda que nesse período ocorreram incentivos governamentais para a ocupação de espaços demográficos vazios no Norte e Centro-oeste do Brasil, informa também que essa ocupação se deu através de colônias agrícolas e finaliza esses fatos referindo-se as eleições, os golpes o período de ditadura, de mudança de regime governamental, crises econômicas e crises sociais.

Apesar desses acontecimentos segundo Souza (2000, p. 232) “[...] as desigualdades sociais do país não se alteram de forma significativa”.

As Constituições Federais de 1934 e 1946 refletem as diversas tentativas governamentais de alteração na estrutura fundiária do país, segundo Magalhães (s. d, s. p) “[...] a Constituição de 34 passou a garantir ao proprietário do terreno apenas o seu usufruto, o que excluía a posse das riquezas do subsolo, que tornaram-se propriedade da União”.

A Constituição Federal de 1946 estabeleceu o direito rural e a desapropriação por interesse social, segundo Sodero (1990, p. 97) apud Souza (2000, p. 232) “a terra deve atender à necessidade dos agricultores, buscando uma maior justiça social e o entrosamento mais perfeito entre as normas jurídicas e a realidade agrária no Brasil”, caso o proprietário não objetivasse em sua propriedade o interesse social a desapropriação ocorreria.

⁶ Conforme Magalhães a lei trabalhista rural se deu em 1963 com o Estatuto do Trabalhador Rural no Governo de João Goulart.

Mesmo com os avanços da Constituição de 1946 havia uma discrepância entre a lei e a sua efetivação, pois os governantes e deputados estaduais continuavam sendo os representantes das oligarquias rurais e, sendo assim não representavam os direitos e interesses do povo, defendendo apenas as suas prioridades.

Souza (2000, p. 232) afirma que nesse período:

Os governos estaduais desenvolveram apenas o Programa de Colônias, com assentamentos de famílias de imigrantes no Centro – Sul do país, de algumas unidades experimentais destinadas aos brasileiros residentes nas cidades que pretendiam voltar para o meio rural, que não participavam de nenhum movimento de luta pela terra, fora das regiões de conflito. Outros pontos do Programa eram os incentivos financeiros e fiscais aos grandes projetos agropecuários destinados à exportação e estabelecimento de normas sobre a agricultura.

E o autor ressalva que posteriormente as reivindicações e os conflitos foram se intensificando e diversas formas de lutas reivindicavam especialmente salários e a desapropriação de latifúndios por interesse social, como já estava previsto na Constituição de 1946. Os salários eram reivindicados, pois a exploração era comum já que não se cumpriam as leis trabalhistas, pois a prática da exploração era intrínseco à cultura da época.

Essas reivindicações de acordo com Souza (2000, p. 233) acarretaram a legislação sobre a Reforma Agrária promulgada pelo Presidente João Goulart, atraiu diversos defensores da sociedade civil e política, no entanto a legislação sobre a reforma é considerado um dos fatores que favoreceu o golpe militar em 1964, pois esta iria contra os interesses capitalistas nacionais e internacional. Nesse mesmo ano promulgou-se o Estatuto da Terra que apesar de conter diversos avanços funcionou como uma cortina de fumaça para ofuscar os conflitos, porém referente a esta legislação discutiremos adiante.

Segundo Magalhães (s. d, s. p) “A permanência do poder das oligarquias agrárias impediu que as disposições do Estatuto fossem além do plano retórico”. E a autora continua afirmando que durante a ditadura militar ocorreram diversas tentativas frustradas de colonização da região amazônica e um acontecimento importante desse período foi a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que ocorreu em 1970.

A mesma autora afirma que “no referente à política agrícola em geral, a opção do regime militar foi à modernização conservadora da agricultura”.

Nos anos posteriores intensificaram-se as questões sociais relacionadas aos trabalhadores rurais, que se mobilizaram e passaram a reivindicar através de movimentos sociais a obtenção da terra.

Com o processo de redemocratização e com a participação de representantes dos trabalhadores articulados com os movimentos sociais algumas discussões voltaram à tona, durante o governo de José Sarney foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que foi esquecido por diversos fatores especialmente pelo fato de não favorecer os interesses políticos da classe dominante.

A Constituição Federal de 1988 trouxe diversos avanços referentes ao direito a terra, dos quais falaremos adiante, apesar dessa grande conquista, para que esta não fique apenas na retórica se torna necessário o enfrentamento na perspectiva de assegurar os direitos de cidadania.

No próximo item buscaremos compreender a Questão Agrária como expressão da Questão Social, enfatizando a origem e o conceito desta, e situando-a na contemporaneidade.

2.1 A Questão Agrária no Brasil: Uma expressão da Questão Social

Para compreendermos a Questão Agrária como expressão da questão social, é necessário analisar anteriormente o que representa a questão social.

Falar de questão social nos remete a analisar quais são as determinações que lhe dão origem, pontuando seu processo sócio histórico, e suas causalidades.

A questão social surge com o advento da industrialização, no século XIX trazendo como consequência o conflito capital e trabalho, que se expressam como classes antagônicas, como assim explica Yamamoto (2006, p.27):

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a

apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Como afirma a autora, a Questão Social é fruto de uma divisão desigual dos meios de produção, os quais ficam concentradas na mão de uma minoria, que os privatiza e os monopoliza. Cabe ressaltar que a sociedade vivenciou e vivencia um processo de coesão e risco social, que podem ser explicitadas como sendo um conjunto de dispositivos montados para promover a integridade social e outros dispositivos, montados como uma artimanha para romper com essa integralidade.

Netto (1992, p.15) ainda acrescenta que através do capitalismo monopolista houve grandes transformações no mundo, pois este “recoloca, em patamar mais alto o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (Netto 1992, p.15). Considerando essa afirmativa, pode-se deduzir que certos caracteres do capitalismo monopolista alteram, significativamente, a dinâmica da sociedade, nos níveis econômico-social e histórico-político.

É nesse cenário que o pauperismo se expressa de maneira gritante, traduzindo a incoerência do sistema capitalista. Netto (2001, p.42) explica que foi em 1930 que empregava-se a expressão Questão Social para explicar o pauperismo. O mesmo autor afirma que este era entendido como uma nova pobreza que era produzida através da própria dinâmica da sociedade moderna, no estágio industrial-concorrencial. “Quanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir riquezas sociais, mais a pobreza crescia junto à classe que vivia do trabalho” (Netto 2001, p. 42)

Dentro desse contexto verificamos que a industrialização, a alienação do trabalho e a pauperização da massa proletária, constituem o alicerce da Questão Social, no entanto Pereira salienta que: (2001, p.54):

A questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção _ que geram a desigualdade, pobreza, desemprego e necessidades sociais_, mas , de embate político, determinado por essas contradições.

O autor reforça que a Questão Social prevalece dentro do embate político, do qual é protagonizado pela classe trabalhadora e pelos capitalistas, onde cada classe busca fazer prevalecer os seus direitos. Esse embate político ocorre após a classe trabalhadora tomar consciência de classe, reconhecer sua condição de dominação e exploração e começar a lutar contra isso, desencadeando assim um intenso e longo confronto entre classes.

Segundo Neto (2001,p.430 existe uma distinção entre consciência política e compreensão teórica na Questão Social, pois “apesar de ter tomado consciência de classe, ainda faltava ao movimento operário uma visão mais ampla do complexo de causalidades que envolvia a Questão Social operaria”, ou seja os operários deveriam ampliar sua visão em relação a Questão Social, entendendo suas causalidades e como ela se constitui, compreendendo, assim, todo o seu processo sócio histórico.

Além disso, Pereira (2001, p.55) ainda afirma que a Questão Social não é apenas a contradição entre capital e trabalho, ela é constituída por fatores estruturais, que independem da ação política de sujeitos em dadas circunstâncias, essas ações são deliberadas conscientes, protagonizada por sujeitos que anseiam mudar a sua história.

Com isso, analisamos que a autora parte da teoria de que a Questão Social expressa a relação lógica entre a estrutura societária e a atuação dos sujeitos, conscientizados que através do poder político conseguem transformar suas demandas em questões, ambicionando incorporá-las na agenda pública até serem efetivadas. Portanto podemos entender que Questão Social é uma combinação de condições objetivas e subjetivas, ligadas às representações da organização econômica, política e social do capitalismo. Dentro dessa perspectiva, podemos considerar que para que haja representação política, é preciso que a necessidade apresentada pelo sujeito esteja materializada em demanda para o Estado para aí sim, se transformar em política social, como assim salienta Netto (1992 p.26-27):

Através da política social, o estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopolítica conformando, pela adesão que recebe de categoria e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes.

O autor afirma que é através das políticas sociais que o Estado atende as demandas postas para ele diariamente, buscando obter e manter um consenso entre as classes antagônicas, amenizando assim os conflitos sociais.

Ao relacionarmos a Questão Social na contemporaneidade, podemos verificar que devido às mudanças ocorridas durante a história, onde vivenciamos a era da globalização e a evolução dos paradigmas tecnológicos, analisamos que apesar de tantas transformações, a sua gênese continua a mesma, advinda da lógica acumulativa do capitalismo.

Outro aspecto central da Questão Social é salientado por Yamamoto (2006, p.114), como sendo:

[...] a ampliação do desemprego e a ampliação das precarizações das relações de trabalho. Ou em termos de Mattoso, da “insegurança no trabalho” englobando: a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho. (grifo do autor)

Podemos acrescentar as causalidades que ocorreram na contemporaneidade, devido ao modo concentracionista vividos nos séculos anteriores. Os efeitos foram e estão sendo devastadores para a qualidade de vida dos homens principalmente para o homem do campo.

Concordamos assim com Linhares e Silva (1999, p.11), quanto à definição da constituição das mudanças sócias e econômicas da sociedade agrária inglesa, baseado na teoria de Karl Max:

Coube a Karl Marx (1818-1883) construir o primeiro modelo de mudança social e econômica da sociedade agrária inglesa do século XV ao XIX, tendo por base o impacto da gestação do capitalismo. Segundo ele, as classes sociais se definem a partir das relações que mantêm com o sistema produtivo, ou seja, quem controla o acesso à terra, principal meio de produção nas sociedades agrárias.

O autor mesmo afirma que foi Karl Marx quem constatou que através da divisão desigual de terras, se constituiu o primeiro modelo de mudança social e econômica da sociedade agrária. Além disso, Linhares e Silva (1999, p.11), salientam que, “para boa parte dos historiadores foi esse o processo de

transformação da agricultura, conhecido, cerca ou erradamente, por revolução agrícola [...]”.

Para aprofundarmos essa teoria, relataremos alguns fatos históricos que marcaram essa era concentracionista no Brasil, destacando as causas que trouxeram a Questão Agrária como expressão da Questão Social, e como a Lei Áurea influenciou o contexto da Questão Agrária no Brasil.

Em seguida salientaremos a Reforma Agrária como uma medida para promover uma melhor distribuição de terras, amenizando a injustiça social que era concentracionista no nosso país.

2.2 Breve Histórico da Luta pela Terra, da Propriedade e da Exclusão da Propriedade no Brasil

Em diversas partes do mundo, a questão agrária apresentou origens diversas. Cada territorialidade teve uma forma específica de se desenvolver.

No Brasil não foi diferente, pois desde o período colonial, o país nunca teve êxito ao tentar enfrentar essa questão, “ao contrario a questão social já veio embutida no processo ocupacional que construiu a nacionalidade”. (RIBEIRO, 1987, p.24).

Segundo Ribeiro (1987, p. 24), o Brasil viveu por muitos anos, - e vive ainda -, uma forma injusta e desigual de distribuição de terras, passando para uma parcela minoritária da população brasileira uma maior concentração de terras, e transformando-as em latifúndios. Esse modo desigual de distribuição de terras o que teve, - e tem -, grande influencia no surgimento e na caracterização da Questão Agrária no país, pois foi através dela, que houve a criação de empresa rural, com o objetivo de explorar a cana de açúcar e o café. No entanto, para que ocorresse a exploração desses produtos, demandava-se mão de obra escrava para realizar o trabalho. Com isso a escravidão durou por mais de trezentos e cinquenta anos, até

que em 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea ⁷, que libertou todos os escravos.

Após este marco, a questão social no Brasil se tornou mais evidente, pois essa liberdade tão almejada ocorreu de forma jurídica e formal, sem se preocupar com os meios de sobrevivência pós abolição, como assim afirma Ribeiro (1987, p. 24):

Com a abolição da escravatura, esse quadro tornou-se ainda mais complexo, posto que a liberdade oferecida ao negro foi mais de natureza jurídica e formal, de vez que não lhe foram dadas, simultaneamente com a libertação, os meios indispensáveis à sua sobrevivência e à manutenção de sua família. Não se atentou para os conselhos e exortações de Joaquim Nabuco que, na sua visão de estadista, preconizava que era necessário dar terra ao negro, através da Reforma Agrária que deveria ser realizada, juntamente com a abolição da escravatura.

Ficando sem os meios de subsistência necessários, “exposto à sazonalidade da oferta de empregos, os alforriados se tornariam pouco a pouco os bóia-frias do nosso tempo”. (RIBEIRO, 1987, p.24).

“Proletariado, subcidadão, destituído, marginalizado, peão, bóia-fria, escravo, são palavras que pretende definir o homem rural brasileiro”. (RIBEIRO 1987, p.29). Com tantas denominações o homem do campo se tornou excluído e marginalizado perante o restante da população da zona urbana sem conquistar sua autonomia e seus direitos de cidadão.

Dentro desse contexto podemos considerar que o meio rural é o palco de uma organização social e econômica no qual se reproduz a pobreza, a exclusão, a subalternidade, sofrendo, - o homem do campo -, as lesões causadas pela desigual distribuição de terras ocorridas historicamente.

Para mudar esse paradigma inserido no Brasil desde o período colonial, Prado (s.d., p. 89) sustenta que:

Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano, como este que

⁷ Segundo o site Sua Pesquisa (s. d, s.p) “Foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que liberdade total finalmente foi alcançada pelos negros no Brasil. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, aboliu de vez a escravidão no Brasil.”

forma a grande massa de população brasileira. E o primeiro e o principal passo, no momento, para sairmos dessa situação ao mesmo tempo dolorosa e humilhante para o nosso país, é sem dúvida alguma a modificação das condições reinantes no campo brasileiro e elevação dos padrões de vida humana que nele dominam. É isso, portanto que deve centralmente objetivar a reforma agrária.

O conjunto de medidas para promover a melhor distribuição de terras de forma justa e igualitária para pessoas que não possuem moradia, e dependem da terra para sobreviver é o que denominamos de reforma agrária. De acordo com SILVA (1981, p.93): “A reforma agrária é para os trabalhadores rurais uma estratégia para romper com os monopólios da terra e permitir que possam se apropriar um dia do fruto do seu próprio trabalho.”

Além da reforma agrária buscar a redistribuição justa de terras, esta busca também descentralizar e democratizar a estrutura fundiária, favorecer a produção de alimentos, da qual se valerá o trabalhador rural para sua subsistência, diversificar o comércio rural, diminuir a migração e promover a cidadania e a justiça social. Como assim salienta o INCRA (s.d, s.p):

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; e o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Para que ocorra a Reforma Agrária, é preciso que o governo compre propriedades particulares improdutivas, a fim de loteá-las e distribuí-las para trabalhadores rurais, de forma que as torne fonte de sustento e renda. No entanto a reforma agrária passa por algumas dificuldades em sua implementação, pois grandes proprietários de terra vão de encontro a essa proposta e dificultam ou impedem a desapropriação de suas terras.

Para Silva (1981, p. 106) atualmente no Brasil a reforma agrária já não é mais uma reivindicação do desenvolvimento capitalista, e sim um questionamento

da proporção que assumiu esse evento. A Reforma Agrária é, hoje, uma questão eminentemente política que se expressa através da reivindicação dos trabalhadores rurais pela apropriação dos frutos do seu trabalho. A reforma agrária se torna atualmente uma bandeira de luta política e social, expressando uma luta pela transformação da própria sociedade brasileira para outro sistema, onde o trabalhador ganhe reconhecimento e possa se apropriar dessas bem feitorias da terra.

Nessa perspectiva trataremos a seguir, sobre dos avanços legais ocorridos para que se efetivasse a Reforma Agrária no Brasil. Além disso destacaremos o período feudal para explicar a Carta Régia e o período de 1850 quando foi promulgada da Lei nº 601, Lei de Terras, que serviu para substituir o regime sesmarial.

Após termos salientado essas legislações enfatizaremos o Estatuto da Terra, como sendo uma lei de regulamentação da propriedade de terra.

2.3 Avanços Legais

Para entendermos os avanços legais dentro da Reforma Agrária brasileira, apresentaremos um breve estudo do Direito Agrário no Brasil, assim como o conceito, a importância e as transformações ocorridas nessa área e no campo do Direito.

De acordo com Neto (1997, p.29):

A necessidade de se conceituar o direito agrário surgiu com sua desvinculação do direito civil, que foi gradativa, tornando-se um ramo especial no sistema jurídico a partir da edição da Emenda Constitucional nº 10 de 1964 à Constituição Federal de 1964, que lhe conferiu foro constitucional. O que foi mantido na CF de 1967 e 1988.

Portanto, o direito agrário foi separado do direito civil, tornando-se um ramo do direito direcionado e específico para a Questão Agrária, como afirma Neto (1997, p. 33):

A autonomia do direito agrário deve ser entendida como um direito especial e próprio (*jus specialis e jus proprium*), a partir da emenda constitucional nº 10, de 9.12.64, à CF de 1946, que lhe deu autonomia legislativa, mantida no art. 22, I, da CF vigente, integrando-se no direito positivo com normas próprias, após o advento do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), e da sua legislação complementar e regulamentadora.

Diante do exposto, podemos compreender que essa separação se deve à complexidade da Questão Agrária, que exigiu uma normativa específica atendendo, de fato, suas especificidades.

Desde então, vários autores conceituam o Direito Agrário, como veremos a seguir.

Segundo Sodero (1968, s.p) apud Neto (1997, p.30):

“Direito agrário é um conjunto de princípios e de normas, de direito público e de direito privado, que visam a disciplinar as relações emergentes da atividade rural, com base na função social da terra”.

Lima (1994, s.p) apud Neto (1997, p. 30) conceitua o direito agrário como:

“(...) o conjunto de princípios e de normas de direito positivo, relativos à proteção aos recursos naturais renováveis, ao aumento da produção agropecuária, à atividade agrária, à política agrária e à estrutura agrária”.

E ainda Borges (1987) apud Neto (1997, p.31) afirma que:

“Direito agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra, tendo em vista o progresso social e econômico do rurícola e o enriquecimento da comunidade”.

Considerando esses diversos conceitos, podemos destacar que todos partem do princípio de mediar a relação do homem com a terra, englobando nesse âmbito questões econômicas, produtivas, disciplinares e principalmente legais.

Dessa forma, destacaremos a importância do Direito Agrário para a contextualização de nosso estudo, visto que, conforme Konder (2006, p.7 - 19) em nossa sociedade onde a dialética é parte intrínseca do homem como ser pensante e onde tudo vive em constante transformação, e conforme Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2003, p. 36-37) apud Weber (s.d, p. 693) onde essa mesma sociedade é regida pela *estrutura* (forças produtivas, relações sociais de trabalho) e pela

superestrutura (ideologias, instituições sociais, igreja, governo etc.). Nessa perspectiva, é necessário pensar o Direito Agrário como *superestrura*, usada para normatizar e controlar a ação do homem sobre a *estrutura* chamada Reforma Agrária.

Para entendermos o conjunto de leis normativas que legalizam a Reforma Agrária no Brasil, vamos começar fazendo um breve histórico de onde tudo começou.

Segundo Neto (1997, p.26) o feudalismo lusitano teve seu princípio por meio da Carta Régea⁸ na qual D. João III indicou Martim Afonso de Souza governador-geral, e este, por sua competência, podia dar terras a quem quisesse, com intuito de explorá-las dentro do regime sesmarial. Logo após, D. João III demarcou a colônia em capitânicas hereditárias, que nada mais eram do que terras doadas pelo rei de Portugal, que tinham como único objetivo a colonização das terras recém descobertas. Cabe ressaltar que tais terras não poderiam ser doadas, visto que eram para ser governadas como uma província. Contudo tais doações acabaram sendo legalizadas.

Neto (1997, p. 26) salienta que:

O regime jurídico instituído para as capitânicas vigorou na colônia, entre 1532 e meados de 1549, pois não ocorreu o desejado aproveitamento e exploração das terras, com carregamentos insuficientes de pau-brasil e outras mercadorias, para a manutenção da colônia.

Ficam evidentes, diante desse fato, os interesses que se mascaravam por traz das legalizações postas, que por sua vez, visavam sempre a exploração das terras e a obtenção de lucro.

Além disso, Neto (1997, p. 27), afirma que:

O regime sesmarial foi instituído, em Portugal por meio da Lei Régia de 16 de junho de 1375, sob o reinado de D. Fernando, tendo sido transplantado para o Brasil, cujo objetivo primordial era obrigar os senhores de terras a cultivá-las, ou, se não, aforá-las ou arrendá-las a quem as cultivasse.

⁸ Carta Régia é um documento oficial que em o rei envia as autoridades contendo comumente ordenações gerais e intransigentes

Mediante a citação posta, podemos analisar que desde essa época, a função social da terra já se mostrava de extrema importância no que se refere a Questão Agrária diante do fato que sempre exigiu-se a produtividade de quem as possuía.

Mesmo assim, de acordo com Neto (1997, p. 27) a designação dos sesmeiros permanecia sendo privilégio de poucos, o que fez com que certos colonos ocupassem terras da Coroa que estavam improdutivas e desocupadas. Tal situação deu origem a um novo tipo de povoamento, onde aventureiros, pessoas desprovidas de propriedades, marginais, entre outros povos, se apossavam das terras, sem nenhum amparo legal, mas conquistando uma relevante abrangência territorial.

Sendo assim, o Príncipe regente, por meio de uma Resolução (17 de julho de 1822) extingue o regime sesmarial. Esse regime foi substituído pela Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, que, de acordo com Neto (1997, p. 28), possibilitou aos posseiros das sesmarias obterem legalmente o direito a essas terras sempre que, obedecendo duas condições prioritárias: cultura efetiva e moradia atual, ressaltando que de 1822 a 1850 não existia nenhuma lei que regulamentasse essa situação.

Após a promulgação dessa Lei até a legalização do Estatuto da Terra, Neto (1997, p. 29) nos mostra que vários projetos de leis agrárias foram apresentados como:

- Primeiro projeto de Código Rural (1914) de Joaquim Luiz Osório.
- Segundo projeto de Código Rural (1937) de Borges de Medeiros.
- Projetos diversos sobre reforma agrária e loteamentos rurais_ – Comissão Nacional de Política Agrária
- Superintendência da Política Agrária – Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962 e Decreto nº 1.878-A, de 13.12.62.
- Projeto sobre o Estatuto da Terra – 1963, enc. Milton Campos.
- Emenda Constitucional nº 10, de 9 de dezembro de 1964, modificou art. 5º, XV, a, da Constituição Federal de 1946, delegando competência à União para legislar sobre o direito agrário.

É interessante ressaltar que essa diversidade de legislações e decretos mascaravam interesses peculiares de autoridades vigentes e dos latifundiários; e que foram elaboradas para atenuar conflitos e as reivindicações referentes a essa questão, mas nunca tiveram efetivação de fato, visto que os interesses da classe dominante preponderava sobre os da classe subalterna.

2.3.1 Estatuto da Terra e Demais Legislações Pertinentes

Segundo Neto (1997, p 37-39) o Estatuto da Terra surge nessa perspectiva como a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, apresentado-se como uma legislação especial, adequada para solucionar problemas de cunho políticos e econômicos da Questão Agrária no Brasil.

Neto (1997, p. 39) apud Neto (s.d; s. p.), no que tange ao Estatuto da Terra, faz a seguinte afirmação:

[...] o Estatuto da Terra criou um critério definido. Partiu de um conhecimento das condições fundiárias, populacionais e socioeconômicas de todas as nossas comunas e, aliando estes dados ao cálculo do potencial demográfico, estabeleceu um zoneamento geral do Brasil. Do cotejo destes dados, surgiram as chamadas zonas críticas. Toda vez que nas áreas críticas ocorre tensão social, pode o governo declará-las prioritárias para fins de reforma agrária.

Mesmo sendo feito todo esse estudo demográfico para a efetivação da Reforma Agrária, podemos ressaltar que o governo só tinha a iniciativa de desapropriação nas regiões com maior índice de conflito social, e não para concretizar a política promulgada em lei.

Algumas das principais determinações deste Estatuto, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, são mencionadas em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;
- b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas.

Esses artigos deixam bem claro a relevância desse Estatuto para a legalidade e efetividade da Reforma Agrária, o bem estar do trabalhador rural bem como a funcionalidade dos entes federados.

Depois de sancionado o Estatuto da Terra, outras leis e decretos complementares surgiram com intuito de fazer vigorar a Reforma Agrária Brasileira como Política concreta, onde os proprietários tivessem um amparo legal e institucional de órgãos vinculados a essa questão. É esse o caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), legalizado pela Lei 1.110 de 9 de julho de 1970, nessa perspectiva, esse órgão assume todo o caráter e responsabilidade de outros órgãos pertinentes como define seu artigo 2º:

Art. 2º Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que ficam extintos a partir da posse do Presidente do novo Instituto.

O site do INCRA⁹ (s. d, s. p.) define sua Missão enquanto órgão público sendo “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável” e ainda ressalva sua visão para o futuro “Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

Em 10 de outubro de 1985, no governo de José Sarney, o decreto lei nº 91766 aprova e faz vigorar o I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo Junior (1998, p.37) esse Plano acentua a importância do Estatuto da Terra, a função social da terra e institui metas, sendo a principal a de que 1,4 milhões de famílias estejam assentadas e em situação regular no prazo de quatro anos.

Logo após, a Constituição Federal de 1988, promulga um conjunto de artigos que também legalizam a Questão Agrária, esses artigos vão do 184 ao 191, fortalecendo a legalização dessa questão.

Cabe salientar que essa legislação, entre outras coisas, exige que a terra cumpra primordialmente sua função social, que é definida pelo artigo 186 da Constituição Federal de 1988:

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Esse artigo, além de definir a função social da terra é de suma importância para que tanto o assentado, quanto o proprietário não disperse a riqueza e os bens naturais provindos da terra, tenham um bom aproveitamento destes e que preservem o meio ambiente. Para o assentado, particularmente,

⁹ No site do INCRA estão definidos metas, projetos em desenvolvimento, legislações, estratégias e diretrizes, procuradoria, estrutura, entre vários outros itens postos como ferramentas de acesso público e transparência.

cumprir a função social da terra é sinônimo de sobrevivência, moradia, produção e geração de renda, conforme aprofundaremos no próximo capítulo.

A década de 1990 foi marcada por sucessões de governo que tinham, cada um, um plano distinto para solucionar a Questão Agrária. Faria (2007, s.p) aponta que “no governo de Fernando Collor (1990-1992) os projetos de colonização são encerrados e não é feita nenhuma desapropriação de terras com o intuito de reforma agrária, que só é retomada em 1992 com a posse de Itamar Franco”.

Diante dessa afirmação notamos que durante o governo Collor houve um descaso no que se refere a Questão Agrária brasileira, fazendo com que tal situação se agravasse ainda mais.

Com a posse de Itamar Franco, os projetos referentes a Reforma Agrária foram retomados segundo consta no site Planalto (s.d, s.p):

O governo de Itamar Franco (1992-1994) retomou os projetos de reforma agrária. Foi aprovado um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender 23 mil com a implantação de 152 projetos, numa área de um milhão 229 mil hectares. No final de 1994, após 30 anos da promulgação do Estatuto da Terra, o total de famílias beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra, em projetos de reforma agrária e de colonização, foi da ordem de 300 mil, estimativa sujeita a correções, dada a diversidade de critérios e a falta de recenseamento no período 1964-1994.

Conforme comentamos acima, devido ao descaso do governo anterior, criou-se um programa emergencial que atendesse a questão da terra, e que também não atingiu sua meta.

No governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), houve um número relevante de terras ocupadas, e seus dois mandatos foram marcados por estratégias de Reforma Agrária distintas, como nos relata Fernandes (2008, p. 78-79):

A luta pela terra, por meio das ocupações, cresceu mais intensamente a partir da primeira gestão do governo FHC. As duas gestões deste governo são marcadas por diferentes políticas de reforma agrária. Na primeira gestão, o governo FHC apostou que eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. Foi o período em que mais se assentou famílias. Todavia, a questão agrária se manteve, exatamente por causa de seu caráter estrutural, [...]. Fracassada a teoria do governo FHC, ele iniciou uma estratégia completamente oposta. Investiu na criminalização das ocupações de terra, criando medidas provisórias para

não assentar famílias ocupantes de terra e não desapropriar terras ocupadas.

Podemos analisar que na gestão de Fernando Henrique Cardoso há uma discrepância no que se refere à Reforma Agrária, visto que as terras são sim ocupadas, mas as famílias não são assentadas e as terras tão pouco desapropriadas. Sendo assim, não houve a efetiva Reforma Agrária.

No governo Lula, foi apresentado em novembro de 2003 o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), que em sua introdução informa ter sido esse plano elaborado por meio de um amplo diagnóstico social, que levantou as atuais necessidades da Reforma Agrária e do trabalhador rural independente de gênero (homem ou mulher), estabelecendo metas peculiares para a solução da Questão Agrária, entre outras coisas como garantia de direitos sociais e acessibilidade às Políticas Públicas.

De acordo com o II PNRA (2003, p. 5):

Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados.

Mas o II PNRA vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento.

Como podemos observar, a Reforma Agrária no Brasil atravessou um longo processo no que tange a sua legalização, e atualmente conta com um corpo significativo de leis e decretos complementares que favorecem sua implantação e efetividade legal. No entanto, ainda existem discrepâncias entre legislação e efetivação. Por esse motivo discutiremos no próximo item o surgimento e a relevância dos Movimentos Sociais como uma estratégia de problematização dessa questão e as várias garantias promulgadas em leis, decretos, projetos e programas.

2.4 Os Movimentos Sociais como Protagonistas das Conquistas

Conforme já nos referimos nos itens anteriores e de acordo com Pereira (2001, p.54) a Questão Social resulta do conflito capital e trabalho que gera embate político, do qual classes antagônicas lutam por seus direitos. E a partir da tomada de consciência de seus direitos os desfavorecidos lutam para que estes se efetivem, de acordo com Gohn (2003, p. 13) [...] através de ações sociais coletivas de caráter sócio-político cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Conforme Gohn (2005, p.30):

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando – o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força socio- política esse grupo ou ação coletivo, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

A autora salienta que a participação consciente, supõe a busca da transformação social. Contudo para que o indivíduo se torne pertencedor ao grupo é necessário conhecer os motivos, valores defendidos pelo movimento social, para que objetivem verdadeiramente a transformação. E na perspectiva de Krohling (1999, p.60).

As pessoas passam a reconhecer-se como partícipes de situações semelhantes, a partir de carências e problemas vividos em comum. Mas não se trata de uma linearidade, conservando elas sua capacidade de discernimento e suas identidades. É uma igualdade com diferenças e com pluralismo, mas de envolvimento nos movimentos e nos seus mecanismos de poder.

Os movimentos Sociais constituem distintas formas da população de se organizar e expressar suas necessidades através de ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que pode se expressar sob a forma de uma simples denúncia direto ou indireto.

Na atualidade os movimentos sociais atuam por meios de redes sociais, locais, regionais, nacionais, e utilizam de meios tecnológicos. De acordo com Krohling (1999, p.44).

Com o tempo, suas idéias foram sendo assumidas por mais atores sociais, como as ONGs, o poder público, as igrejas e até algumas empresas privadas. Muitos canais se puseram a sua disposição. O próprio Estado já incorporava algumas de suas propostas. Isso talvez ajude a explicar certa estagnação dos movimentos populares nos anos noventa.

Os movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão. Segundo Gohn (2003, p.3):

[...] porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais.

Segundo Gohn (2001, p. 18) os movimentos sociais que envolvem lutas e demandas iniciam-se no Brasil no século XIX entre as diferentes classes sociais, entre as camadas de maior e menor poder econômico. Assim, conforme a mesma autora podemos citar diferentes lutas que se desenvolveram em diferentes momentos de nossa história:

- 1-Lutas em torno da questão da escravidão.
- 2-Lutas em torno das cobranças
- 3-lutas de pequenos camponeses.
- 4-lutas contra Legislações e Atos do Poder Público.
- 5-Lutas pela mudança do regime político (pela Republica ou pela restauração da Monarquia).
- 6-Lutas entre categorias socioeconômicas (comerciantes brasileiros x comerciantes portugueses).

Nota-se que todas as lutas citadas acima envolviam lutas e conflitos abrangendo zonas rurais e urbanas, ocorrendo em diferentes partes do país. Segundo a mesma autora as de destaque foram a questão da abolição da escravidão e a da proclamação da república. Houve também outros movimentos importantes que não alcançaram igual destaque.

Manuel Correia de Andrade (s.d, s.p) apud Gohn (2001, p.19) observa que:

“Movimentos populares liderados por homens do povo, como a reação indígena, os quilombos negros, as revoltas do período regencial e imperial – Cabana da Amazônica, Balaiada do Maranhão e Piauí, Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, revolta dos negros Malés da Bahia, Quebra Quilosda Paraíba e Pernabuco etc.-, foram praticamente expulsos ou escondidos da nossa historia.”E ainda conclui:“Só recentemente é que se vem realizando estudos a respeito desses movimentos e se dando a cidadania a líderes populares antes classificados como bárbaros e como chefes de bandidos”.

Ao longo de nossa história os movimentos foram de grande importância para as conquistas populares. Além dos movimentos já citados houve movimentos sociais e haverá outros movimentos, pois estes fomentam a efetivação dos direitos. Dentre outros podemos citar os movimentos como em 1975 e 1982, como refere Gohn (2001, p. 115-117) os movimentos pela Redemocratização do País em 1975, Movimentos Feminista em 1975, Movimento Estudantil em 1977 e muitos outros que tanto ajudaram na efetivação das políticas públicas como direitos dos cidadãos.

Em meados de 1980 de acordo com Gohn (2003; p.15) os movimentos sociais criam identidades com grupos antes dispersos e desorganizados, protegendo seus participantes, aqueles que eram excluídos passam a se sentir-se incluído na ação de um determinado grupo.

Conforme Gohn (2007, p. 283) ao final da década de 80 e ao longo dos anos 90, houve uma grande transformação no cenário sociopolítico. Nos momentos iniciais desse período ocorreu um declínio das manifestações de rua e alguns analistas diagnosticaram que esses movimentos estavam em crise por perderem seu alvo – o regime militar. Mas o que pode se confirmar é que através dos movimentos sociais das décadas de 70/80 conquistam-se vários direitos, através da pressão organizada.

De acordo com Gohn (2003, p.15) os movimentos sociais da década de 1980 passam a ter uma organização, o que vai caracterizar e criar identidade para grupos antes dispersos. É nessa perspectiva que indivíduos se tornam sujeitos coletivos e passam a pertencer a determinado grupo identificando-se com ele e com suas reivindicações. Porém há uma controvérsia no que tange ao conceito de autonomia e liberdade, que nessa época é tida conforme expressão da autora (2003, p. 17) “ser contra tudo e todos”.

Gohn (2003, p.17) aponta algumas características dos movimentos sociais na atualidade com destaque para o significado de “ter autonomia” nessa nova contextualização:

[...] ter autonomia é, fundamentalmente, ter projetos e pensar os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação; é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito em que estão envolvidos; é ser flexível para incorporar os que ainda não participam, mas têm o desejo de

participar, de mudar as coisas e os acontecimentos da forma como estão; é tentar sempre dar universalidade às demandas particulares, fazer política vencendo os desafios dos localismos; ter autonomia é priorizar a cidadania, [...] ter autonomia é ter pessoal capacitado para representar os movimentos e negociações [...].

Como vimos, ser e fazer movimento social é ter organização, clareza, entendimento, flexibilidade e ainda ter conscientização do que se problematiza e como se problematiza. Movimento Social não é sinônimo de violência e sim de argumentação. E ainda como afirma Rezende (1985, p.38)

“Os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores da História, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, com sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos.”

Gohn (2003, p.17-19) ainda esclarece que, no que diz respeito ao associativismo, evidente na década de 1990, engloba algumas características antes não usadas como “ser propositivo, operativo e menos reivindicativo – produzir menos mobilização ou grandes manifestações, é mais estratégico. O conceito [...] é o de Participação Cidadã”. E assim sendo, tem a finalidade empoderar a sociedade civil no sentido de esta, seguir um novo direcionamento social que vá contra as desigualdades existentes e de que participe da formulação e implementação das políticas sociais que almejam.

Muitas políticas são impostas de “cima” para “baixo”, onde os sujeitos não opinam nem expõem suas reais demandas, quando estas deveriam ser elaboradas de “baixo” para “cima”, provindo exatamente das reais necessidades dos que as buscam.

A virada do novo milênio trouxe a necessidade de alterações nos movimentos sociais, no sentido de passarem a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais.

Segundo Gohn (2003, p. 30):

A nova fase gerou práticas novas, exigiu a qualificação dos militantes. ONGs e movimentos redefiniram seus laços e relações. No urbano, os movimentos com matizes político-partidários fortes se enfraqueceram e fortaleceram-se os movimentos com perfil de demandas mais universais, mais plurais em termos de composição social, como os ecologistas e pela

paz. Na área rural, a luta social recrudesciu e os movimentos sociais com perfil de lutas de resistência e classistas cresceram e tiveram seu auge.

Gohn (2003, p.23) salienta que os Movimentos Sociais fomentados no novo milênio têm uma característica interessante que é de articularem-se e construir redes sociais, tema este que será aprofundado no próximo capítulo. Isso os fortalece enquanto movimentos e os engloba na sociedade e nos espaços decisórios de formulações de políticas. Exemplo dessa prática são os Conselhos Municipais, nos quais a participação, quando reivindicada torna-se mais acessível e abre maiores espaços para a participação da população ou de seus representantes Estaduais e Federais por meio das Conferências.

Essas participações acarretam conquistas nas áreas da saúde, educação, direito a creche, habitação, meio ambiente, a propriedade, entre várias outras reivindicações sociais.

Gohn (2003, p.31-32) faz uma retrospectiva geral dos movimentos sociais neste milênio:

- 1) Lutas e conquistas por condições de habitação na cidade [...] obtenção do "Estatuto da Cidade" [...];
- 2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores);
- 3) mobilização e movimentos de recuperação de estruturas ambientais [...];
- 4) mobilizações e movimentos contra o desemprego;
- 5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficiências físicas;
- 6) mobilização e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de rua, nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra);
- 7) movimentos étnico-raciais (índios e negros);
- 8) movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais);
- 9) movimentos contra as políticas neoliberais e os efeitos da globalização (contra a Alca, Fórum Social Mundial etc.);
- 10) movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais.

Dentre todos os movimentos sociais acima mencionados dedicaremos especial atenção à luta pela terra. Já se sabe que a história das ocupações de terras no Brasil é excludente, o que nos trás a compreensão da participação de diversas

famílias em movimentos como pontua Oliveira (s.d, s.p) “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), o Movimento de Luta Pela Terra (MLT) e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs)” e outros movimentos que visam a Reforma Agrária.

Dada a quantidade e a importância desses movimentos, seria muito difícil esgotá-los. Assim sendo, neste trabalho trataremos apenas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela sua relevância e referência na sociedade e na história dos movimentos sociais e não apenas nos movimentos de luta pela terra mas também pela sua contribuição na discussão da Reforma Agrária.

2.4.1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro, que tem como objetivo a implantação da reforma agrária, com a finalidade de garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham.

Segundo a Secretaria Nacional do MST (2010, p. 9):

Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.

O site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (s.d, s.p) há a seguinte caracterização deste momento:

[...] centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade. Um projeto que anunciava a “modernização” do campo quando, na verdade, estimulava o uso massivo de agrotóxicos e a mecanização, baseados em fartos (e exclusivos ao latifúndio) créditos rurais; ao mesmo tempo em que ampliavam o controle da agricultura nas mãos de grandes conglomerados agroindustriais.

Segundo esse site, a semente que deu origem ao movimento pode provir da resistência dos primeiros índios ao se colocarem contra a mercantilização e apropriação realizada pelos portugueses desde o início da colonização das terras brasileiras - terras estas, vistas por eles como um bem comum.

Contudo conforme Ashitate (1995, p.24) os fatores da realidade brasileira, de ordem política, social e econômica foram determinantes para surgimento do MST.

O movimento se organizou durante a década de 1970, período em que houve uma grande concentração da propriedade da terra aliada à expansão da mecanização da lavoura e à utilização dos chamados insumos industriais, significando que a mão de obra rural foi, em grande parte, substituída pelo uso de máquinas reduzindo-se assim o número de empregos no campo. Sentindo-se excluídos da agricultura, os trabalhadores rurais buscaram outras alternativas como saída, começando então a migração para as regiões amazônicas, através do incentivo do governo. Entretanto, percebendo as dificuldades e a inviabilidade de se estabelecerem nessa região a maior parte deles retornou a seus locais de origem. Ao lado das migrações para outras regiões do país ocorreu também o êxodo rural para os centros urbanos. Entretanto a oferta de empregos na cidade também havia acabado, causando crise nos centros urbanos.

Ocorreram também fatores políticos, como a formação Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizada pela Igreja Católica, que realizava um trabalho com os trabalhadores rurais no sentido de conscientizá-los dos seus direitos a terra e que, juntamente com o sindicalismo nas cidades através de greves dos trabalhadores urbanos (metalúrgicos), trouxe também uma transformação dos sindicatos dos trabalhadores rurais em sindicatos combativos de luta, que passaram a estimular e apoiar a luta pela terra.

O MST tem como seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho e a luta por uma sociedade mais justa, e segundo Fernandes (2001, p. 52):

Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. E o realiza por meio de uma ação denominada ocupação da terra. A ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular resistente do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de especialização e terretorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem terra.

Conforme o site do MST (s.d, s.p) esse movimento tem inspiração marxista, que além de ter como seu objetivo principal a reforma agrária, almeja também uma sociedade mais justa e igualitária, lutam por uma democratização na comunicação acreditando que é um serviço público que deve ser usado para benefício da população, e que não pode estar subordinada a lógica financeira. Esse movimento também se articula a favor do acesso universal à saúde pública, pressionando o Estado para realizar políticas públicas em prol de melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS), lutam por desenvolvimento econômico e pela diversidade étnica, visam uma sociedade harmoniosa, sem desigualdades, onde cada uma respeite o outro em sua diversidade. Entende ainda que a organização das mulheres é fundamental para superação do modelo capitalista propondo o fim da violência sexista, além dessas lutas específicas existem diversas outras lutas políticas que o MST defende, visando uma sociedade melhor, do qual já perduram anos de conquistas e derrotas.

Como forma de manifestação, e reivindicação os participantes do movimento se instalam em terras devolutas ou improdutivas para exercerem pressão sobre a sociedade e o Estado para a efetivação da Reforma Agrária, sendo este um dos meios encontrados por eles para poder fazer valer seus direitos. Esta manifestação é realizada através de ocupações de latifúndios e mobilizações de uma grande massa humana, este ato é denominado por Acampamento Rural Sem Terra, esta ação fez com que o homem demonstrasse sua força política, explicitando seu direito por um espaço para morar e prover o seu sustento junto à sua família.

Segundo o site do movimento, este se encontra organizado em 22 (vinte e dois) estados brasileiros, sendo que essa organização realiza-se sempre da mesma forma: na primeira instancia estão as comissões de frente que lutam pela efetivação verdadeira da reforma agrária, em seguida vêm outras comissões da qual cada uma é responsável por um setor, tais como: saúde, direitos humanos, gênero, educação, cultura, comunicação, formação, projetos e finanças, produção, cooperação, meio ambiente e frente de massa. O site afirma ainda que esses setores desenvolvem alternativas às políticas governamentais convencionais, buscando sempre a perspectiva camponesa.

Enquanto movimento social, o site reforça ainda que essa organização não necessita prestar contas a órgão do governo e nem é preciso que tenha registro

legal. Os participantes do movimento se reúnem a cada cinco anos em um congresso, denominado por Congresso Nacional, congresso esse que serve para ratificar as diretivas, não se constituindo, no entanto, em um momento de decisões já que o MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade.

Apesar de tantas lutas pelo bem estar da humanidade, o MST é considerado por muitos como pessoas preguiçosas e aproveitadoras, concepção esta gerada pela má compreensão do movimento, de quais são seus objetivos e de quais são suas finalidades. Além de que as pessoas que os definem assim, não desvelam a real situação da distribuição de terras no Brasil e não compreendem o objetivo deste grupo que é ocupar as terras devolutas que já foram devolvidas ao Estado mas não foi entregue a Reforma Agrária e ocupação das terras improdutivas que não estão cumprindo sua função social.

Apesar de tantas dificuldades o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra garantiu importantes conquistas através de muitos embates políticos realizado por integrantes do movimento, em vários momentos, deram suas vidas em troca de uma conquista, como os o Assentamento dos Trabalhadores Rurais. Esses assentamentos oferecem possibilidades de sustento próprio para um grande número de famílias. No entanto são necessárias políticas públicas para seus projetos se realizarem, as quais muitas vezes não são efetivados, uma vez que um assentamento não oferece infra-estrutura suficiente para que possam ter uma vida digna. Além disso, na maioria das vezes, não é realizada uma política agrícola condizente com as especificidades socioeconômicas e regionais desses produtores, dificultando ainda mais o seu trabalho e sua maneira de viver.

Diante disso os assentados elaboram estratégias de produção e reprodução social, formando, por exemplo, cooperativas agropecuárias. Esta iniciativa segundo o site do movimento (s. d; s. p.) fez com que houvesse a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos assentamentos espalhados pelo Brasil, além de representar uma iniciativa de gerações de emprego no meio rural e contribuir para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico.

Para alcançar seus objetivos a estratégia utilizada passa por uma saída política, envolvendo confrontos, conflitos e contradições de interesses que se tornam alvos de negociações com participação do Estado e dos atores sociais envolvidos.

A Constituição Federal de 1988 reza, em seu artigo primeiro que todos os cidadãos têm direito a uma vida digna. Entretanto, para que isso se efetive é necessário que a sociedade, com apoio dos poderes públicos lutem para que se eliminem as desigualdades no que tange, especificamente, a Questão Agrária, objeto deste estudo. No sistema constitucional brasileiro a propriedade não é considerada um direito-fim, mas um direito meio. O MST luta para que o Estado a redirecione esforços e recursos para que se possa atender as necessidades sociais dos sem terra. Para isso os assentamentos rurais necessitam que se apliquem as Políticas Públicas de forma articulada para que realmente respondam as necessidades dessa população. No próximo capítulo contextualizaremos as Políticas Sociais na atualidade, apontando a necessidade de articulação destas e propondo a organização e o aperfeiçoamento das redes sociais como possibilidade para a sua efetivação.

3 ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS EM REDE

Na introdução deste capítulo será feita uma breve exposição de todos os conteúdos que aqui serão analisados. A seguir será feita uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária, priorizando a importância da articulação em rede social para sua efetivação, além de fazermos uma aproximação do nosso tema com o Pontal do Paranapanema, uma vez que o assentamento Água Limpa, nosso objeto de estudo localiza-se nessa região.

Atualmente as questões relacionadas ao campo, têm ganhado uma grande repercussão, devido ao aumento de demanda posta para o governo diariamente. Esse número alarmante de demanda ocorre diante da escassez ou falta de efetivação de políticas públicas neste âmbito.

Ao analisarmos o II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) aprovado em 2003 podemos verificar que este foi instituído com a finalidade de oferecer qualidade de vida ao meio rural, partindo do reconhecimento da diversidade de seres humanos que vivem no campo. Além disso esse Plano “reconhece os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais, suas características

econômicas e culturais, valorizando seu conhecimento e os saberes tradicionais na promoção do etno desenvolvimento”. (Plano Nacional da Reforma Agrária 2003, p.8)

Anteriormente existiram outros Planos e propostas de realização da Reforma Agrária de forma efetiva. Desse modo o II Plano Nacional de Reforma Agrária veio para representar uma inovação em relação ao modelo implementado nos últimos anos, buscando a efetivação das políticas públicas, a produção e a qualidade de vida, integradas ao desenvolvimento territorial. O II PNRA apresenta uma visão diferenciada em relação ao I PNRA, ou seja, uma visão mais ampliada diante da Reforma Agrária no Brasil.

As determinações do II PNRA buscam justiça e igualdade social, através da garantia de direitos para o morador e trabalhador rural e o fim do processo de concentração das terras imposto ao Brasil desde o início de sua ocupação.

No entanto, é importante frisar que só a conquista da desconcentração de terras é insuficiente, diante das circunstâncias apresentadas na contemporaneidade, pois para que se realize uma Reforma Agrária ampla e sustentável, é preciso atingir uma dimensão satisfatória para provocar transformações em sua própria estrutura. (II Plano Nacional de Reforma Agrária 2003, p. 8).

Como nos referimos anteriormente, a escassez ou falta de efetividade de políticas públicas nos assentamentos, tem se tornado uma realidade alarmante para a toda a sociedade. Esses fatos vêm ocorrendo pela própria atuação do Estado, ou por sua não-atuação, como nos explica o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003, p. 15)

A atuação anterior do Estado foi marcada pela dispersão espacial, pela ausência de políticas de garantia de infra-estrutura básica e de assistência técnica, pela desvinculação dos assentamentos de projetos produtivos e pela secundarização de segmentos sociais igualmente presentes e demandantes de ações no meio rural, que geraram um enorme passivo. Esta situação demonstra a urgência da reorientação das políticas para recuperar os assentamentos e abrir novos horizontes à população beneficiária.

Anteriormente a este Plano o Estado se apresentava despreocupado com as políticas públicas, com a igualdade e justiça social nos assentamentos, não

atuando de maneira eficaz para a efetivação dessas políticas como meio de proporcionar melhor qualidade de vida para os assentados.

Dentro desse contexto faremos um breve relato para explicar o conceito de política públicas no Brasil e a necessidade de realizar uma articulação em redes sociais para haver a efetivação dessas políticas.

A política pública ou política social, como assim também é conhecida, é um fenômeno complexo, que supõe múltiplas causalidades, e refere-se a algo a que todos, sem distinção têm direito. É sua função concretizar direitos sociais, que estão assegurados por lei e são demandados pela sociedade. Pereira (2008, p. 171), refere-se à política pública da seguinte maneira:

Política de ação que visa, mediante esforços organizado e pactuado, entender necessidades sociais cuja resolução ultrapasse a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social que, por sua vez, devem ser amparados por leis impessoais e objetivas, garantidoras de direitos.

A autora salienta que a ação das políticas públicas são voltadas a suprir e compreender as necessidades sociais, amparada pelas leis impessoais e objetivas, e têm a finalidade de garantir direitos. No entanto para que as políticas públicas garantam direitos, é preciso que elas se consolidem e se efetivem. Para que isso ocorra, essa ação tem que atingir patamares que vão além da gestão setorial de cada política. Na realidade ela “necessita ser assumida pelos gestores governamentais nas três esferas de poder como uma prioridade de seus planos de ação” (RAICHELIS 2006, p. 04).

Além disso, para que haja a plena efetivação de maneira concreta e sustentável das políticas públicas é essencial que haja uma articulação entre elas. Essa articulação se torna necessária pois é evidente que ações isoladas não dão conta de atender a complexidade das questões postas cotidianamente.

É certo que os profissionais que trabalham em instituições distintas, têm os mesmos conhecimentos às mesmas questões, mas, que por pertencerem à instituições diferentes, são capazes de olhar o mesmo problema, sob ângulos diferentes, ajudando-se uns aos outros, tornado assim essa ação enriquecedora. Essa articulação pode ser constituída através de Redes Sociais, que tenham como finalidade garantir o direito social, tornando-se o espaço no qual os atores sociais se mobilizam em prol de um objetivo, realizando um trabalho em conjunto e não

setorial, e onde haja compromisso, vontade e responsabilidade na promoção do bem estar social de forma conectada e democrática.

Analisando as dificuldades e os enfrentamentos que os assentados vivenciam, faremos uma relação entre o contexto teórico analisado e essa vivência no assentamento Água Limpa, localizado em Presidente Bernardes, Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo.

Além disso, é necessário considerar que o espaço geográfico denominado Pontal do Paranapanema, onde se localiza o assentamento Água Limpa, apresenta características históricas e socioeconômicas específicas o que demanda uma análise dessa região.

3.1 Política Agrária nos Dias Atuais

Para viabilizar a Política Agrária nos dias atuais, é imprescindível discutir os Planos Nacionais de Reforma Agrária, que em seu corpo apresentam propostas para a efetividade dessa questão, ultrapassando a idéia simplista de implantação de assentamentos, procurando compreendê-los como sujeitos de direitos.

É importante constatar inicialmente que os Planos dispõem que a população assentada possa gozar de: auto-sustentabilidade por meio da ampliação e efetivação da agricultura familiar; autonomia e reconhecimento social; garantias de permanência na terra; implantação de programas de melhoria e acessibilidade aos mínimos sociais; crédito fundiário como um meio de permanência na terra e de desenvolvimento local e produtivo; preservação do meio ambiente; respeito à diversidade de gêneros e raças; além de metas estabelecidas como formas de mensurar o compromisso do Estado com essa população. É importante ressaltar que cada Plano foi elaborado em governos diferentes e que o país passava por momentos históricos distintos.

O I Plano Nacional de Reforma Agrária foi elaborado, - como já mencionamos no capítulo anterior -, em 1985, pelo governo de José Sarney e, de acordo com Junior (1998, p.37), em consonância com o Estatuto da Terra fundava-se nos seguintes princípios:

[...] a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações

Esses princípios tiveram como base e consonância o Estatuto da Terra, além desses princípios, Junior (1998, p.37-38), nos alerta ainda que o I PNRA, propunha assentar de 6 a 7 milhões de famílias num período de quatro anos.

O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária estabelecido na mesma ocasião também apresentava grande relevância, pois incentiva a produtividade e o desenvolvimento territorial e populacional das famílias já assentadas. Quando falamos em desenvolvimento populacional, estamos nos referindo à autonomia, pertencibilidade e reconhecimento social e à promoção do desenvolvimento intelectual dessa população.

Essas metas não foram alcançadas e sob a alegação de que o país enfrentava dificuldades no setor financeiro, esses projetos acabaram por ser extintos.

O I PNRA, dentro do que se propunha, não atingiu suas metas e tão pouco deu seguimento à efetividade da Reforma Agrária. Ocorreram algumas desapropriações e implantações de assentamentos, porém, a não aplicabilidade das políticas direcionadas para a população beneficiária da Reforma Agrária trouxe a tona uma problemática: a crise dos assentamentos.

Em 2003, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, é implantado o II Plano Nacional de Reforma Agrária, que procurou se adequar à situação atual do país.

O II PNRA (2003, p.8), em sua introdução, dispõe que:

Trata-se de um plano que integra um Programa de Governo e um Projeto para o Brasil Rural que busca retomar a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985 como uma das expressões do projeto de redemocratização do país. Expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária, a agricultura familiar, as comunidades rurais tradicionais e superando a desigualdade de gênero. Esta profunda mudança no padrão de vida e de trabalho no meio rural envolve a garantia do crédito, do seguro agrícola, da assistência técnica e extensão rural, de políticas de comercialização, de agroindustrialização, de recuperação e preservação ambiental e de promoção da igualdade.

Diante do exposto, podemos perceber que o Plano, não se restringe apenas às questões agrícolas e territoriais, mas abrange vários segmentos da vida social, buscando igualdade, desenvolvimento social e sustentável, articulação das demais Políticas Sociais no atendimento aos assentados, dentre demais questões pertinentes.

O II PNRA (2003, p.9) ainda destaca: a importância da agricultura familiar com o fim de atingir a sustentabilidade; a criação de um mercado característico, onde se possa encontrar os “produtos da reforma agrária”, empodeirando, dando visibilidade e confiabilidade a essa população. A implantação de esgoto, poços artesianos e redes de energia elétrica, também são ações para melhorar a qualidade de vida nos assentamentos.

Essas ações devem ser descentralizadas e integrarem as três esferas de governos: Municipal, Estadual e Federal, com cada um contribuindo de forma intensa a efetivação dessas políticas.

Nessa perspectiva, o II PNRA (2003, p. 19-35), apresenta alguns programas mediadores para o sucesso tais como:

-Implantação de Novos Assentamentos: que aparece como princípio fundamental do Plano, e pelo qual estima-se um maior número de famílias assentadas até 2006, já que o plano estabelece metas até o ano de 2006;

-Cadastro de Terras e Regularização Fundiária: esse processo tem o propósito de dar legitimidade e garantia aos assentados no que tange a propriedade;

-Recuperação dos Assentamentos: essa medida dispõe a recuperação e desenvolvimento sustentável de assentamentos em situação precária, com o apoio e atuação direta do INCRA/ SIPRA (Sistema de Informação de Programas de Reforma Agrária) envolvendo ações relacionadas com o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento);

-Crédito Fundiário: prevê o financiamento para o investimento básico nos assentamentos a fim de que estes possam alcançar a sustentabilidade baseada na geração de renda, produtividade, desenvolvimento social e econômico;

-Promoção da Igualdade de Gênero na Reforma Agrária: dispõe sobre a igualdade de participação de ambos os gêneros, visto que até então, apenas 7% dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF são mulheres. Há uma diferença na participação dos gêneros não só

nessa questão, mas também em vários outros segmentos relacionados à Reforma Agrária, como os candidatos a assentamentos, acampados, assentados e assentados titulados;

-Programa Nacional de Educação do Campo: dispõe de um programa gerido pelo INCRA denominado Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, com objetivo de diminuir a taxa de analfabetismo desse público e ainda proporcionar uma formação técnico-profissional.

-Seguridade Social: promulga a inclusão e o direito das famílias a terem acesso a esse benefício, como todo cidadão.

-Acesso à Cultura: valoriza práticas culturais respeitando a especificidade de cada um e ainda o Ministério do Desenvolvimento Agrário dispõe do projeto Arca das Letras, promovendo discussões relacionadas à educação e à cultura peculiar de cada região.

Essas e outras medidas podem ser encontradas na íntegra no corpo do II Plano Nacional da Reforma Agrária, sendo que Educação, Seguridade Social e Cultura serão discutidos com mais ênfase no próximo item deste capítulo.

No que tange as metas, o referido Plano (2003, p 38) estabelece 11 metas, que são as seguintes:

METAS II PNRA - 2003/2006

META 1

400.000 novas famílias assentadas

META 2

500.000 famílias com posses regularizadas

META 3

150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário

META 4

Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos

META 5

Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado

META 6

Implementar cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais

META 7

Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas

META 8

Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas

META 9

Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária

META 10

Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas

META 11

Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Diante das metas estabelecidas, podemos constatar que, embora o governo atual apresente uma maior valorização da Reforma Agrária, devido às suas características e origens partidária (Partido dos Trabalhadores – PT), Umbelino (2009, s.p) faz uma pesquisa desvelando essa questão e nos aponta vários índices como, por exemplo, a “[...] a Meta1 do II PNRA terminou com apenas 163 mil famílias referentes aos assentamentos novos, ou seja, a verdadeira reforma agrária.”

Quanto às metas, Umbelino (2009, s.p) acrescenta:

Entre a diferença restante estão 113 mil famílias relativas à Meta 2, ou seja, a regularização fundiária. Estão também as 171 mil famílias enquadradas na reordenação fundiária, pois são fruto principalmente do reconhecimento de assentamentos antigos. E, por fim, estão também as 2 mil famílias de reassentamentos de atingidos por barragens, que jamais poderiam estar enquadrados como reforma agrária. Assim, o governo do PT termina o II PNRA cumprindo apenas 29,6% da Meta 1 estabelecida [...] Na realidade, os pequenos posseiros, que pela legislação atual já têm este direito constitucional da legitimação de suas posses, ocupam apenas 20% dessas terras. E mais, nos primeiros seis anos deste governo, o INCRA muito pouco fez para regularizar essas posses, pois atingiu apenas 17% da Meta 2 estabelecida no II PNRA. [...] em 2006, foram 45 mil, em 2007, somente 31 mil, e em 2008, apenas 20 mil. E contém também a mudança de orientação política a partir de 2008, quando o governo optou pela regularização fundiária através da MP 422¹⁰.

Umbelino (2009, s.p), no que tange a Reforma Agrária e o atual governo, ainda destaca que:

O governo de Luiz Inácio da Silva abandonou definitivamente a reforma agrária como bandeira política em seu segundo mandato. O II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) acabou em 2007 e o governo não colocou na agenda política de 2008 a continuidade da reforma agrária através da elaboração do III PNRA. Dessa forma, retirou-a de suas metas políticas.

Diante desses dados, é inevitável constatar que, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, embora muito bem elaborado, não atingiu suas metas. Essa ineficiência pode ser atribuída a diversos fatores como diversidade de opiniões

¹⁰ De acordo com site INESC, MP 422 refere-se à Medida Provisória (MP) 422, emitida pelo governo Lula em março e aprovada em julho de 2008, que apresenta como objetivo permitir a regularização de até quinze módulos rurais (1.500 hectares) na Amazônia Legal, com dispensa de licitação.

partidária que fez com que as autoridades não visem a totalidade da questão, e sim seus os interesses seus singulares; escassez de profissionais aptos a implantar na práxis esse Plano, falta de intencionalidade política-administrativa, entre outros fatores que vão do social ao econômico.

Diante disso, Fernandes (2008, p. 80) faz a seguinte afirmação referente ao atual governo:

O agronegócio é uma das forças do arco de alianças que apóia o governo Lula. O presidente Lula tem feito claras declarações de admiração pelo agronegócio. [...] o agronegócio está se apropriando das terras dos latifúndios e quer manter um estoque de terras para o futuro próximo, principalmente para a expansão da cana de açúcar para produção de agroenergia. De forma velada, o governo Lula não desapropria terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio. Mesmo em regiões de terras declaradamente griladas, ou seja, terras públicas sob o domínio dos latifundiários e do agronegócio, o governo não tem atuado intensamente no sentido de desapropriar as terras

É importante ressaltar que a efetividade da Reforma Agrária depende do trâmite entre política partidária e implantação de políticas sociais, que se encontra em uma arena contraditória de luta constante, onde os governos, em busca de alianças e apoio político, pensam os interesses e necessidades da população -, nesse caso, dos assentados, acampados, trabalhadores rurais e sem terras -, em um segundo plano.

A seguir apresentaremos os órgãos responsáveis pela solução da Questão Agrária, que são de suma importância para a efetivação da Reforma Agrária.

3.1.1 Órgãos administradores da Questão Agrária no Brasil

Após termos analisado os dois planos de Reforma Agrária, verificamos a necessidade de conceituarmos alguns órgãos institucionais, que atuam na efetivação da Reforma Agrária, da Justiça e da Igualdade no campo. Entre eles analisaremos a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

O Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) foi instituído pelo decreto 1.110 de 9 de julho de 1970. Sua missão é: implementar a reforma agrária no Brasil e realizar o ordenamento fundiário nacional, colaborando para o desenvolvimento rural sustentável, além de manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União (INCRA s.d, s.p).

Além disso, o INCRA desenvolve alguns projetos e programas “visando a promoção do desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária” (INCRA s.d, s.p). Dentre esses estão os programas como Luz Para Todos, ATES (Assessoria Técnica Social e Ambiental), Crédito Instalação, Infra estrutura, PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Terra Sol, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Documentação da Trabalhadora Rural, Titulação de Assentamentos e Gestão Ambiental.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária pretende ser um centro de referência internacional e de promoção da inclusão social no país. Além disso, o INCRA possui cinco diretrizes, que desencadeiam uma série de perspectivas de melhora da qualidade de vida do morador e trabalhador rural. Dentre elas podemos apresentar a primeira diretriz como sendo uma projeção, em que conforme o INCRA (s.d,s.p):

[...] implementará a Reforma Agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.

Como a própria Instituição afirma, a efetivação concreta e sustentável da reforma agrária, busca a descentralização das terras com a finalidade de obter igualdade de todos no campo. Em sua segunda diretriz o INCRA propõe implementar essa ação de “forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada” (INCRA s.d,s.p). De acordo com a terceira diretriz o INCRA “implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos(as)

assentados(as)” (INCRA s.d,s.p). A quarta diretriz apresenta o objetivo salientada pelo INCRA (s.d. s.p) com o objetivo de implementar a reforma agrária:

[...] buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infra-estrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

De acordo com INCRA (s.d,s.p) a quinta diretriz salienta que:

O INCRA implementará a Reforma Agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Analisando a proposta, materializada em suas cinco diretrizes, podemos considerar, que tanto o instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, quanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, lutam pelo mesmo objetivo.

Apresentaremos a seguir uma comparação entre os propósitos desses dois órgãos que mostram a ligação entre as metas do INCRA e a atuação, a missão e a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário em seu Art 1º e Art 2º

Art 1º O Ministério do Desenvolvimento Agrário, órgão integrante da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: II - promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e
III - identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Agrário tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;

b) Secretaria-Executiva:

1. Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos;
2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e

3. Departamento de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Regularização Fundiária na Amazônia Legal;
- c) Consultoria Jurídica;
 - II - órgãos específicos singulares:
 - a) Secretaria de Reordenamento Agrário: Departamento de Crédito Fundiário;
 - b) Secretaria da Agricultura Familiar:
 - 1. Departamento de Financiamento e Proteção da Produção; e
 - 2. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural;
 - c) Secretaria de Desenvolvimento Territorial;
- Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial;
- III - unidades descentralizadas: Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário;
 - IV - órgão colegiado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF; e
 - V - entidade vinculada: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

O primeiro artigo salienta a atuação do MDA, apresentando sua função e finalidade e o segundo artigo trata da Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário, desvela a estrutura organizacional.

Os órgãos acima apresentados realizam um trabalho em todo o país, mas, no Estado de São Paulo foi criado, em 1991, um órgão para a realização do trabalho focado no Estado de São Paulo, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

Como salienta a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, este, “foi criado pelo Decreto Estadual nº. 33.133, de 15 de março de 1991, reunindo órgãos já existentes com atuação nas questões agrárias e fundiárias do Estado de São Paulo”. Foi denominado o como “José Gomes da Silva”, por ter sido este era um grande defensor da reforma agrária no Brasil.

Atualmente à atuação do ITESP está voltada para a execução da política agrária e para garantir o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas (ITESP 1998, s.p). Seu trabalho objetiva a democratização e o acesso à terra, buscando justiça e igualdade social no meio rural, e tem por finalidade “beneficiar posseiros, quilombolas e trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (ITESP 1998, s.p).

De acordo com ITESP (1998, s.p) sua atuação está vinculada “a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Tem em sua estrutura cinco áreas técnicas, cuja atuação engloba diversas atividades envolvendo as terras publicas do Estado”.

Além disso, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, promove a implementação das políticas de desenvolvimento sustentável e almeja o resgate da cidadania e o desenvolvimento econômico e social de toda população do meio rural.

A estrutura do ITESP conforme o site (s.d, s.p) engloba cinco áreas técnicas de atividades:

Regularização Fundiária: que regulariza as terras estaduais e municipais, identificando e demarcando as terras devolutas, as quais são propícias para a realização de assentamentos rurais.

Formação e Capacitação: centro de capacitação para assentados e técnicos do ITESP, disponibilizando acesso ao conhecimento especializado com a finalidade de constituir o desenvolvimento e inclusão social das famílias assentadas e quilombolas.

Assessoria Especial para Quilombos: sua atuação está voltada para a identificação, demarcação e regularização das comunidades remanescentes de quilombos em áreas devolutas e para a valorização e o respeito às tradições e manifestações culturais dos quilombos.

Centro de Soluções e Conflitos Fundiários: o ITESP busca a pacificação por meio de mediação de todos os conflitos pela terra, intermediando a subversão entre moradores do meio rural sem terra e órgãos competentes em cada caso, essa mediação tem o objetivo de construir soluções e evitar violência no campo.

A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” ainda promove ações de desenvolvimento das comunidades assistidas, com a finalidade de prestar assistência técnica às famílias assentadas e quilombolas, de modo a preservar os princípios, a participação e a sustentabilidade, com foco na pessoa humana, nas relações sociais e históricas e no meio ambiente. (ITESP 1998, s.p).

De acordo com Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”(1998,s.p):

As ações sociais são marcadas por atuações conjuntas, em parceria com os governos estadual e federal e com organizações da sociedade civil, proporcionado educação para os jovens e adultos, acesso à leitura, inclusão

digital, formação técnica, melhoria nas condições de atendimento à saúde e acesso efetivo aos direitos previdenciários.

Analisando a citação acima, podemos considerar que o ITESP desenvolve diversas ações, almejando o desenvolvimento e a cidadania no meio rural, lutando pela preservação dos direitos do homem do campo e atuando junto com parcerias para a realização desse objetivo.

Pudemos constatar que os três órgãos institucionais realizam um enfrentamento político em busca da descentralização de terras, objetivando o desenvolvimento humano e uma melhor qualidade de vida para a pessoa que vive e trabalha no meio rural. O assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes é de competência administrativa do ITESP, sendo que as terras são do Estado de São Paulo.

No próximo item transcorremos a articulação das Políticas Públicas Sociais como ferramenta de efetividade da Reforma Agrária e da qualidade de atendimento e enfrentamento das desigualdades postas; e ainda discutiremos a importância dessa articulação para a devida práxis da questão posta.

3.2 A Articulação das Políticas Sociais

Neste item realizaremos uma discussão referente à articulação das Políticas Sociais para a efetivação plena dos direitos sociais e a novas conquistas da cidadania. Para isso compreenderemos o conceito de Política Social de acordo com as diferentes perspectivas, analisaremos a forma como esta se encontra no Plano Nacional de Reforma Agrária e discutiremos a necessidade da articulação dessas políticas para que estas sejam efetivadas em sua integralidade.

Para Behring (2000, p.21) [...] a existência de políticas sociais é um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se.

E para Faleiros (1986, s.p) apud Behring (2000, p.01):

A questão da política social é sempre um resultado que envolve mediações complexas – socioeconômicas, políticas, culturais, e atores/forças sociais/classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada.

Assim sendo podemos afirmar que as políticas sociais estão diretamente ligadas ao modo de produção e reprodução capitalista e são inerentes a este a Questão Social, ou seja, a partir da tomada de consciência da classe trabalhadora como classe subordinada à classe dominante. Na perspectiva da autora Pereira (2008 p.27):

“Em se tratando da política social, como de resto e qualquer política, a história tem mostrado que, em qualquer tempo e contexto sócio-cultural, a política social tem procurado satisfazer necessidades sociais, mas sem deixar de atender`objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio”(Casado, 1998, p. 4) das elites.

Essa afirmação nos indica que a política social seria um produto do conflito e da relação de Estado com sociedade, tal como ele é, isto é, em que cada classe luta por seus interesses, e essa luta se configura como uma luta entre interesses antagônicos. Sendo assim a classe trabalhadora luta por políticas sociais para que seus direitos sejam efetivados, enquanto a classe detentora do capital tem o papel de, sempre, tentar impedir essa efetivação.

Esses aspectos, segundo a autora não são equivocados, mas, no entanto não assumem a perspectiva da totalidade, não sendo suficientes para compreender as contradições dos processos sociais. Nesse sentido a busca de Políticas Sociais efetivas são de extrema importância na luta da classe trabalhadora porque atuam no sentido de garantir o cumprimento dos direitos que lhe assistem e para que os ganhos da classe capitalista tenham limites.

De acordo com Behring (2000, p.24):

[...] o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Sem esse olhar pode ficar prejudicada a luta política em torno das demandas concretas dos trabalhadores, frequentemente obstaculizadas, pela alardeada escassez de recursos. A luta no terreno do Estado – espaço contraditório, mas como hegemonia do capital – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-

política e técnica. Consta-se, que a política social – que atende as necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência – configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes. Trata-se da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.

Como nos referimos anteriormente as políticas sociais são de suma importância para a efetivação dos direitos da classe trabalhadora. Elas concretizam os direitos sociais garantidos em leis e a sua efetivação que deverá se dar através de programas, projetos e serviços.

A classe trabalhadora rural como já nos referimos, tem o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) como instrumento para a efetivação dos seus direitos.

O contexto do II PNRA (2003, p.05) [...] vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento.

O Plano prevê também a universalização do acesso ao direito à educação, à cultura e à seguridade social. No que se refere a educação, o trabalho é posto a partir do Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA) que tem como objetivo segundo o PNRA (2003, p.33):

[...] reduzir o índice de analfabetismo de jovens e adultos trabalhadores (as) rurais, residentes nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária e promover a elevação do seu nível de escolarização formal, ampliando o acesso ao ensino fundamental e médio, priorizando uma oferta associada à formação técnico-profissional.

Para a efetivação desse objetivo inclui-se o Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que tem como finalidade também a formação continuada e escolarização dos membros da comunidade para educadores.

O trabalho na educação tem como metodologia a apreensão de conhecimento a partir da realidade vivenciada no campo, para que os saberes sejam construídos a partir da realidade de cada assentamento e para que o processo de

conhecimento e mudança sejam visualizados concretamente e tenham a participação da comunidade.

Conforme o II Plano (2003, p.33):

“O PRONERA contabiliza parcerias com 30 universidades públicas, federais e estaduais, que executam 50 convênios, estando matriculados 41.990 pessoas nos cursos de EJA, 1.406 nos cursos de nível médio e técnicos profissionalizantes e 750 nos cursos de nível superior. Está em curso no governo federal, numa iniciativa do Ministério da Educação, com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de diversos setores sociais, a elaboração de uma proposta de Política Nacional de Educação do Campo, que, certamente, implicará numa ampliação expressiva do acesso da população rural a este direito fundamental

Ressaltamos que somente a partir da articulação destes Ministérios e setores sociais é que o Plano Nacional de Educação do Campo poderá ser efetivado já que para a consolidação deste direito, - que é um direito fundamental de todos os cidadãos -, se torna necessária a unificação de forças em torno do mesmo objetivo.

No que se refere à Cultura o PNRA (2003, p.35) “O Plano de Reforma Agrária reconhece o direito das comunidades rurais à cultura, entendida como a valorização de suas práticas culturais e o acesso ao patrimônio da civilização humana”. Para isso conta com o Projeto Arca das Letras, com o objetivo de estimular a leitura dentro da metodologia apropriada pelo meio rural, sendo coordenada por monitores da comunidade. Segundo o II Plano (2003, p.35):

Ações de registro e difusão das expressões culturais no meio rural contribuirão para que as populações urbanas conheçam a riqueza e a diversidade do meio rural, valorizando e reconhecendo sua contribuição para a formação social e cultura brasileira. Mas, acima de tudo, contribuirá para fortalecer a autonomia das populações rurais.

Em conjunto com o Ministério da Cultura será elaborada uma política cultural para o meio rural brasileiro, orientada para o conhecimento, valorização e difusão das identidades culturais, para a ampliação dos equipamentos culturais no meio rural e para o acesso à formas diferenciadas de expressão cultural.

A divulgação das expressões culturais é de suma importância tanto para a valorização da população rural perante si mesma, pois contribui para o fortalecimento da cultura inerente a esta, como para a autonomia e emancipação

dessa população. Valoriza a cultura do campo diante da população urbana e contribui também para o fortalecimento da cultura brasileira.

Quanto ao acesso ao direito da Seguridade Social o Plano é sucinto. Apenas rege que:

Como parte da estratégia de desenvolvimento e consolidação dos assentamentos como espaços de trabalho e qualidade de vida, o Plano prevê ações visando garantir o acesso por parte dos homens e das mulheres beneficiárias à saúde pública, assistência social e previdência social. Por meio de uma ação integrada com outros ministérios será implementado um programa de disseminação de direitos sociais básicos e de documentação que possibilitarão que seja incorporada à renda familiar uma renda de cidadania que contribuirá com o estabelecimento de uma existência digna.

Apenas prevê ações que garanta o acesso ao tripé da Seguridade Social, não especificando as ações que serão oferecidas para alcançar esse objetivo. Contudo prevê em todos os direitos citados acima, a ação integrada com outros Ministérios para a consolidação dos direitos, não atrelando o trabalho de Reforma Agrária apenas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sendo assim entendemos que para que os direitos sociais sejam efetivados se torna necessária a articulação das Políticas Sociais, diferentemente da realidade posta hoje na sociedade brasileira.

Essa não articulação das Políticas Sociais que ocasionam a ineficiência na consolidação dos direitos sociais tem influência da Política Neoliberal que redimensionou o Estado a partir dos anos 90.

Desconfigurando várias conquistas já promulgadas na Constituição Federal de 1988, a Política Neoliberal visa a redução dos direitos sociais e trabalhistas, pelo sucateamento da saúde e educação e pelo desmonte da Seguridade Social¹¹ reduzindo-a à previdência social, e retomando a idéia de que só tem o direito quem é contribuinte.

Conforme Raichelis (s.d, p. 02) essa política visa também a focalização da política social em detrimento da universalização. Sendo assim os direitos são focalizados e mercantilizados, estando voltados apenas para aquela população, que não tem condições financeiras de pagar por estes.

¹¹ Articulação entre a área da saúde, assistência social e previdência social

Além de focalizadas, as políticas são fragmentadas, setorializadas, desvinculando os direitos da totalidade, retirando os complexos existentes. Sendo assim Raichelis (s.d, p. 02) afirma que:

As políticas sociais obedecem à lógica da setorização, que recorta o social em partes estanques sem comunicação e articulação, torna os problemas sociais autônomos em relação às causas estruturais que os produzem, segmentando o atendimento das necessidades sociais. Em consequência, traz sérias dificuldades para a ação pública dirigida à implementação de políticas redistributivas que tenham impacto na qualidade de vida e no alargamento dos direitos de cidadania.

Também a questão social, expressão multifacetada de conflitos e problemas decorrentes das lutas pela apropriação da riqueza social, tende a ser obscurecida e particularizada pelos objetos de cada uma das políticas setoriais, dificultando a formulação de análises e propostas de intervenção que considerem a realidade social como uma totalidade complexa, dinâmica, conflituosa.

Todos esses elementos colocam em xeque a efetividade das políticas públicas e seus impactos na melhoria das condições de vida da população. Trata-se, no entanto, de um tema complexo que envolve, de um lado, os determinantes políticos relacionados à lógica de intervenção do Estado sobre as expressões da questão social em uma dada ordenação societária com base em conjunturas específicas e, por outro lado, o aparato institucional organizado para enfrentá-la [...]

A autora afirma que as políticas sociais estão setorializadas, recortadas, o que fragmenta tanto a sua compreensão, quanto o atendimento efetivado por elas, não tendo assim um resultado efetivo na aplicação das políticas, sendo ineficiente, não atingindo o objetivo, pois não se compreende a totalidade das necessidades sociais do indivíduo, ou melhor da população atendida. Além disso, reforça as dificuldades de implantação das propostas de intervenção sustentável e inclusão da sociedade, especialmente no que se refere a população do campo que se encontra marginalizada das políticas e da sociedade.

Bourguignon (2001, p.2) compreende que:

Esta forma de gestão da política pública gera fragmentação da atenção às necessidades sociais; paralelismo de ações; centralização das decisões, informações e recursos; rigidez quanto as normas, regras, critérios e desenvolvimento dos programas sociais; divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, unidade, instituição ou serviço participante da rede; fortalecimento de hierarquias e poderes políticos/decisórios e fragilização do usuário – sujeito do conjunto das atenções na área social.

Para a consolidação das Políticas Sociais se torna necessário ir além da gestão setorial de cada política, sendo preciso viabilizar ações intersetoriais tal como destaca Raichelis (s.d, p. 04):

[...] para que essas possibilidades se concretizem, é fundamental que a perspectiva de interface entre as políticas sociais seja assumida pelos gestores governamentais nas três esferas de poder como uma prioridade de seus planos de ação. É preciso decisão política do Executivo para a criação de instâncias organizativas que viabilizem a gestão intersetorial democrática e participativa, de forma a dar suporte às ações integradas entre programas e projetos sociais a serem priorizados, incluindo necessariamente o planejamento e a alocação de recursos orçamentários para tal finalidade.

Sendo assim os esforços devem estar vinculados à perspectiva de estabelecer uma construção de alianças entre o Estado, sociedade civil, e as organizações não-governamentais e os movimentos sociais para assim identificar as conexões entre as políticas sociais e as possibilidades da sua efetivação na integralidade do indivíduo. Para tanto se torna necessária a criação e a articulação de Redes Sociais que visem uma gestão integral das políticas sociais, objetivando assim que estas sejam efetivadas em sua totalidade.

3.3 Redes Sociais: Uma possibilidade

Para compreendermos a rede social como uma possibilidade se torna necessário compreender o conceito de rede, e para isso utilizaremos a perspectiva da compreensão empregada por Manuel Castells, já que este é utilizado como referencia na definição em Redes.

Em seu livro Sociedade em Rede, Castells reflete que estamos vivendo uma transformação tecnológica, uma revolução nas tecnologias da informação, processamento e comunicação que foram difundidas, no mundo todo, muito rapidamente através das tecnologias da informação. Apresenta ainda a década de 70 como o período da virada tecnológica e afirma que durante as décadas de 1980 e 1990 esse avanço da tecnologia e sua difusão tiveram uma aceleração relevante.

Discorre sobre o que denomina de paradigmas da tecnologia da informação e coloca uma das características deste a lógica de redes, com isso Castells (2000, 78) afirma que existe:

[...] lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem-adaptada a crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. Essa configuração topológica, a rede, agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias da informação. Sem elas, tal implementação seria bastante complicada. E essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não-estruturado é a força motriz da inovação da atividade humana.

O autor destaca a importante função das redes no contexto atual, já que passamos por um momento de crescente complexidade de interação e a rede desenvolve esse papel de articular as informações, além de não ser estática, podendo estar em constante construção e reconstrução, caminhando assim na mesma lógica das relações (econômicas, sociais, políticas) atuais.

Sendo assim Castells (2000, p. 497) caracteriza redes como:

[...] a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. Além disso, eu afirmaria que essa lógica de redes gera uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder. A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de denominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social.

Sendo assim compreendemos que para Castells a sociedade esta cada vez mais organizada em redes, o que se torna de suma importância para que a sociedade continue se desenvolvendo já que a rede possibilita a flexibilidade, além de auxiliar na comunicação e na melhoria da organização social.

A partir disso Schlithler (s. d; p. 01) afirma que:

A palavra “rede” tem várias representações, mas a idéia de ligação e entrelaçamento é a mais freqüente. De fato, sua origem vem de *retis* (do latim), cujo significado remete a fios entrelaçados que formam um tecido. As redes são mesmo formadas por pontos (pessoas/organizações) ligados por fios que os conectam (comunicação). E quanto maior for o número de conexões, maior é sua capacidade de obter resultados.

A rede de acordo com a autora é um fenômeno recente e resultado da necessidade de respostas à demandas que não são novas mas que estão postas na atualidade de forma mais complexa. Essa busca por resultados efetivos e transformadores ocasiona a busca por novas formas de atuação, e segundo Schlithler (s. d; p. 01):

As redes sociais surgem nesse cenário como uma forma de organização inovadora e orgânica, apta a enfrentar a complexidade dos problemas sociais, porque pressupõe ações voltadas para mudanças sociais, a partir de um projeto construído coletivamente por diferentes atores que têm em comum a causa escolhida. São estruturas democráticas e horizontais (não piramidais) e, por isso, que convidam a uma vivência oposta à da subordinação tão impregnada em nossa cultura.

Nas redes sociais, não há hierarquia e, por isso, todos são igualmente importantes, o que não significa que sejam iguais. Na verdade, a diversidade é um valor importante para seus membros, assim como a noção de co-responsabilidade. Não há burocracia nas redes, recurso que engessa e muitas vezes impede o desenvolvimento em outras formas de organização. Sendo assim, nas redes não há normas estatutárias rígidas e pré-definidas, mas há acordos, normas e políticas decididos coletivamente.

A autora reafirma o conceito de Castells de que as redes sociais são inovadoras e que possibilitam transformações sociais, e considera que a estrutura horizontal da rede permite inovação nas relações sociais. Nessa mesma perspectiva Martinho (s.d; p.02) compreende a rede como um:

[...] padrão de organização constituído, necessariamente, de agentes autônomos que, interligados, cooperam entre si. Eles são os elementos da rede. Rede é um padrão de organização que produz ou é em si uma certa ordem. Ela é conjunto de pessoas (físicas e jurídicas) autônomas que, em nome de algo superior, um objetivo consensual, realizam trabalho coletivo, cooperando *entre si*. Isso dá forma à idéia de rede. É importante destacarmos que nela a ordem é horizontal, portanto, não comporta coexistência com hierarquia. A base conceitual de rede se funda na contraposição à hierarquia. Este é o aspecto mais desafiante. A rede é meio de interligar elementos diferentes. Essa interligação não é gratuita, nem suficiente para que ela se constitua. A interligação entre indivíduos não garante a existência da rede. É preciso que a interligação ocorra de forma específica: horizontalmente.

Fica claro pela afirmação dos autores que as redes sociais se formam por atores que cooperam entre si e através de um trabalho coletivo objetivam a mudança social. Sendo assim, são esses atores que formam os elementos da rede. Contudo podemos verificar que as redes sociais divergem das relações sociais as quais estamos acostumados no sistema vigente, já que a hierarquia tão existente no sistema capitalista não existe dentro do sistema de redes. Na realidade a rede visa a relação de democracia, onde todos tem a mesma importância (não existe um superior e um subordinado nas redes sociais) e apesar das diversidades desenvolvem trabalhos muitas vezes diferentes mas com o mesmo intuito. Apesar da estrutura das redes sociais divergirem da estrutura do sistema capitalista estas se encontram dentro deste tendo como objetivo a superação deste sistema.

Como podemos verificar o autor define rede como um meio para que elementos diferentes estejam ligados entre si para assim se organizarem e poderem chegar a um objetivo comum. Para Martinho (s.d; p.01) rede é “articulação entre diversas unidades, que, mediante certas ligações, vão trocando elementos de qualquer natureza entre si – informações, recursos, bens etc. – fortalecendo reciprocamente”.

O autor afirma que a articulação entre os elementos da rede os fortalece, e que a estrutura de rede favorece o melhor andamento e funcionamento de cada elemento integrante dela. Sendo assim, os objetivos são alcançados com uma maior facilidade, e este é um dos benefícios de se trabalhar em rede. Martinho afirma que é importante trabalhar em rede “primeiramente, por questão de economia, compartilhando-se recursos ganha-se em escala”. Essa afirmação do autor possui muita relevância, já que o Estado neoliberal vigente em nossa sociedade visa a redução de gastos, principalmente no que se refere às políticas públicas. Entretanto, conforme já afirmamos esse assunto não será aprofundado neste trabalho.

Além da questão da economia, o autor ressalta que a rede é “[...] estrutura favorável para promover, facilitar e aumentar o acesso de indivíduos e de organizações a recursos escassos, a informações, a bens e a serviços” (MARTINHO, s.d, p.02). Fica claro que o trabalho em rede potencializa um melhor atendimento ao indivíduo, proporcionando um atendimento de melhor qualidade e ampliando o acesso aos bens e serviços. Assim sendo, os elementos da rede

expandem a possibilidade de alcançar seus objetivos, ou seja, a rede social potencializa o trabalho das instituições, reforçando a qualidade do acesso.

Para que os benefícios inerentes a rede social possam acontecer efetivamente é necessária a troca de informações, para que o que é próprio de cada instituição favoreça o todo, para Martinho (s.d, p.3) quando pessoas se unem para a realização de um trabalho, há uma troca de informações, e as:

[...] redes se constituem para trocar ou buscar informação e, especialmente, para distribuí-la – esta é sua grande propriedade. Elas também servem para identificar oportunidades, ocultas aos processos tradicionais, para captar recursos, para organizar ações e empreendimentos, para atuar sobre políticas públicas [...]

Para Schlithler (s. d; p. 03) algumas características são de suma importância para a formação das redes sociais e dentre elas está a participação, a intercomunicação que conforme definição da autora é a circulação da comunicação horizontal, transparente, co-responsável e mais outro fator importante que é a mobilização social.

Sendo assim Schlithler (s. d; p. 02) reflete que:

A questão essencial para o “agir em rede” não diz respeito somente ao que é feito, mas ao como é feito. É claro que é esperado que as redes realizem e promovam muitas ações em prol de seus objetivos. No entanto, se as energias dos integrantes e dos facilitadores se dirigirem somente ao “fazer” e não houver preocupação com a forma como as ações são realizadas corre-se o risco de se perder a essência da rede: a mudança social que ela representa em si mesma. Isso porque para ser de fato rede é indispensável que existam muitas conexões, sendo o tipo de distribuição de conexões “ideal” aquele de todos-com-todos. E o que determina a existência de uma conexão? Em nossa opinião, é o compartilhamento de idéias ou a realização de ações conjuntas, que resultam em aprendizagem.

Um aspecto que fica claro na visão de Martinho e Schlithler, é a necessidade de facilitadores, que podem desenvolver o papel de criar estratégias para o planejamento acontecer. Tendo esses um papel de grande importância auxiliando na manutenção desta rede, pois estes são mediadores no processo de aprendizagem dos demais integrantes da rede, sendo assim colaboram para a reflexão em grupo e no novo pensar e novo agir: o agir em rede.

Schlithler, afirma entretanto que não se pode dizer ser rede, buscar os objetivos propostos, mas não agir como rede, não vislumbrando a mudança social que é intrínseca às redes sociais e reafirma a importância de todos os integrantes da

rede estar conectados e compartilhando as mesmas idéias visando o objetivo em comum.

A parte do agir é de extrema importância para a rede social, contudo esse agir deve ter planejamento estratégico, pois a partir dos objetivos definidos, se torna necessário a realização de um diagnóstico.

Para Martinho (s.d; p. 4): “A idéia de rede compreende interlocução política, pratica ações de vigilância e de acompanhamento das políticas sobre um tema ou um território.”

Outro dado importante é que as redes dependem de seu objetivo e a natureza, pois segundo Schlithler (s. d; p. 01): “As redes sociais podem ser temáticas, focadas em determinadas questões sociais ou áreas territoriais.”

Para Guará (1998, s.p.) os tipos de redes sociais são:

TIPOS DE REDE

REDE SOCIAL ESPONTÂNEA: constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela Igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípios como cooperação, afetividade e solidariedade.

REDES SÓCIO - COMUNITÁRIAS: constituída por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outros que objetivam oferecer serviços assistenciais, organizar comunidades e grupos sociais.

REDE SOCIAL MOVIMENTALISTA: constituída por movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos sociais (creche, saúde, educação, habitação, terra...). Caracteriza-se por defender a democracia e a participação popular.

REDES SETORIAIS PÚBLICAS: são aquelas que prestam serviços e programas sociais consagrados pelas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, cultura, lazer, etc.

REDES DE SERVIÇOS PRIVADOS: constituída por serviços especializados na área de educação, saúde, habitação, previdência, e outros que se destinam a atender aos que podem pagar por eles.

REDES REGIONAIS: constituídas pela articulação entre serviços em diversas áreas da política pública e entre municípios de uma mesma região.

REDES INTERSETORIAIS: são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

Ao analisarmos os diversos tipos de rede, podemos perceber que, além de realizar uma troca interna de informação se torna necessário estabelecer uma interlocução com as demais redes, já que a família, a vizinhança, a Igreja, organizações e associações, são de suma importância para o fortalecimento das

redes setoriais públicas que devem buscar o fortalecimento das redes sociais regionais para formarem juntas redes sociais intersetoriais.

Neste trabalho destacaremos as redes sociais intersetoriais, como estratégia de enfrentamento das expressões da Questão Social.

3.3.1 Redes Intersectoriais

As redes intersectoriais como citado acima articulam organizações governamentais e não governamentais, profissionais, programas sociais e comunidade, para que conjuntamente desenvolvam um trabalho de atendimento integral, prioritariamente a população em situação de vulnerabilidade.

Quanto à intencionalidade das redes intersectoriais Schlithler (s. d; p. 02) ressalta que:

A formação de redes intersectoriais é altamente pertinente quando há intenção de provocar desenvolvimento comunitário, isto é, transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento do capital humano e social de uma comunidade.

Sendo assim podemos entender a rede social como uma possibilidade para que as demandas da população dos assentamentos rurais sejam atendidas na sua integralidade, já que a conexões, interlocução entre as redes já existentes podem auxiliar na construção da rede social intersectorial. Por redes intersectorial podemos compreender conforme Inojosa (2001, p.105):

[...] estamos definindo intersectorialidade ou transectorialidade como a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas. Trata-se, portanto, de buscar alcançar resultados integrados visando a um efeito sinérgico. Transpondo a idéia de transdisciplinaridade para o campo das organizações, o que se quer, muito mais do que juntar setores, é criar uma nova dinâmica para o aparato governamental, com base territorial e populacional. Convém ressaltar a idéia de sinergia. Essa questão de os programas atuarem isoladamente, provendo itens essenciais sem a preocupação de integrá-los — ainda que se tenham programas, agendas e grupos de trabalho —, reflete-se muito claramente no orçamento, por exemplo.

Conforme a autora ressalta, podemos entender que estabelecer uma rede social intersectorial significa que, muito mais do que vincular os saberes e

continuar desenvolvendo-os separadamente, trata-se de desenvolver uma nova dinâmica de atuação. De acordo com Inojosa (2001, p.105):

Duas coisas são fundamentais sobre a formulação, a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos intersetoriais ou transetoriais:

- a focalização, com base regional, em segmentos da população; e
- a preocupação com resultados e impactos.

A partir da afirmação acima podemos compreender que a formulação, realização e avaliação das políticas públicas, dos programas e dos projetos supõe preocupação principalmente com os resultados destas ações e com o impacto que elas estão trazendo – ou não - , para os segmentos da população aos quais se destinam.

As redes intersetoriais vislumbram, ou deveriam vislumbrar o fim das praticas atuais, considerando que, de acordo com Bourguignon (2001, p. 01):

Tradicionalmente as políticas públicas básicas (educação, assistência social, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, etc.) são setoriais e desarticuladas, respondendo a uma gestão com características centralizadoras, hierárquicas, deixando prevalecer práticas na área social que não geram a promoção humana.

Como se vê as políticas sociais apresentam-se fragmentadas e desarticuladas não atendendo assim o sujeito em sua integralidade, apresentando padrões engessados, escassez de recursos, dentre outras características, conforme nos referimos anteriormente.

Cada política social já possui uma rede de serviços, contudo estes funcionam isoladamente. Atendendo muitas vezes o mesmo usuário não desenvolvem ações conjuntas destinadas a esse sujeito, ou comunidade. Essa situação revela que essa rede não está articulada, sendo assim não desenvolve um trabalho integrado, considerando o individuo em sua integralidade.

Sendo essa a situação atual da gestão das políticas públicas é preciso repensar as ações de atendimento e da atenção aos sujeitos e, nesse contexto, as redes intersetoriais se tornam uma alternativa para construção de respostas sustentáveis para as demandas sociais.

No próximo capítulo verificaremos como estas as redes sociais estão postas no assentamento Água Limpa em Presidente Bernardes, analisaremos se

existe ou não uma rede social no município que vise o atendimento desta população rural. Caso esta já esteja formada no município buscaremos compreender a forma como ela está articulada e se ela ainda não existir discutiremos a importância dessa articulação das políticas sociais em rede como uma possibilidade para a efetivação da política agrária no referido assentamento, foco de pesquisa deste trabalho. Portanto, no próximo item será contemplado o contexto do Pontal do Paranapanema, onde está localizado o município de Presidente Bernardes.

3.4 Contexto do Pontal do Paranapanema

Para dar seguimento a nossa pesquisa se torna necessário compreender entre outras coisas, o que deu origem a região do Pontal do Paranapanema; sua história, localização, definição geofísica, entre outras características importantes.

Compreendendo essa região, chegaremos ao nosso objeto central que é o Assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes e a consonância com as Políticas Públicas e Agrárias.

Quanto ao aspecto geofísico do Pontal do Paranapanema Leite (1998, p. 15-19) refere-se da seguinte maneira:

A área do território paulista denominada Pontal do Paranapanema situa-se no extremo sudoeste do estado no triângulo formado pelos rios Paraná e Paranapanema. [...] trata-se de uma área semelhante à do atual Distrito Federal e 4,3 vezes maior que do extinto estado da Guanabara. O Pontal está encravado nos estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, que lhes servem de limites a oeste e ao sul, o que, sem dúvida, já lhe confere característica própria. [...] é parte integrante da chamada região da Alta Sorocabana que, por sua vez, integra o Planalto Paulista.

E ainda, o site de Sistema de Informações Territoriais (s.d, s.p) expõe que essa região:

[...] abrange uma área de 18.441,60 Km² e é composto por 32 municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancheira, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.

Como podemos observar a região é bem ampla, e por assim ser, deu início e instigou a implantação dos acampamentos que atualmente são assentamentos, e que podem ser considerados de suma importância para a caracterização e aquecimento da economia local.

No que tange a sua história, o Pontal tem uma contextualização bem extensa e que teve início no século passado, de acordo com Leite (1998, p.31) antes essas terras eram pouco povoadas, com pequenos grupos indígenas que ali se localizavam e, que foram escravizados para trabalharem nos plantios de São Vicente e de Piratininga.

Sobre a ocupação desse território, Leite (1998, p.32), a descreve da seguinte forma:

[...] a ocupação do território somente se efetivou com a abertura da Estrada de Ferro Sorocabana. Fortemente incentivada pelo governo federal, por razões militares e políticas, a estrada de ferro, antecedendo ao café, cortou os sertões em busca do rio Paraná. Após permanecerem estacionados desde 1889 na vila de Botucatu, os trilhos começaram a avançar, atingindo Manduri, em 1906; Salto Grande em 1910; Presidente Prudente em 1917 e Presidente Epitácio em 1922. Duraria, pois, 33 anos a construção da ferrovia entre Botucatu e a margem do rio Paraná, onde pouco tempo depois surgiria o porto Epitácio, tendo em vista a ativação do movimento de barcas, balsas e pequenos vapores.

A construção dessa ferrovia foi fundamental para dar início à ocupação das terras, de acordo com Leite (1998, p. 36), “[...] do imenso território de Presidente Prudente surgiram, direta ou indiretamente, todos os atuais municípios da Alta Sorocabana, situados entre Rancharia e Presidente Epitácio”.

Leite (1998, p.36-44) esclarece ainda que houve negligência no que se refere à documentação de propriedades, visto que os registros das terras eram feitos em paróquias, - denominados assim de “Registro Paroquial”, segundo a expressão do autor. Isso deu início e facilitou o processo de grilagem dessas terras, e gerou um grande impasse entre o Estado e os grileiros, ambos em torno da mesma causa: a posse e a propriedade das referidas glebas.

O principal obstáculo para a tomada de posse das terras eram os Índios ali instalados, e que foram alvos de extermínios a fim de “limpar” a área para instalar-se uma vasta plantação de café. Esse processo de eliminação foi denominado de expedições “dadas” lideradas pelo coronel Sanches de Figueiredo. Leite (1998, p. 44), ainda expõe que, após o extermínio dos bugres, outros povos começaram a instalar-se nessas glebas, “[...] os pequenos povoados acolhiam

peças de toda espécie: comerciantes e especuladores de terras, dezenas de aventureiros e homiziados, foragidos da justiça ou simples ocupantes de terras”.

A briga pela posse dessas terras durou vários anos. Aquele que grilava as terras as vendia ou doava a quem as quisesse, e o comprador ou contemplado, corria o risco de perder a posse a qualquer momento, visto que poderia já haver um processo na justiça uma vez que as mesmas terras eram doadas ou vendidas por diversas vezes o que frequentemente terminava em conflito entre Estado x grileiros.

Quanto a esse processo de grilagem e conflito territorial, Fernandes e Ramalho (2001, s.p) reforçam o acima transcrito dizendo que: “Grande parte das terras do Pontal do Paranapanema começou a ser grilada desde a segunda metade do século XIX, com a formação do grilo fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com área de 238 mil alqueires”.

O Estado tomou diversas iniciativas para obstruir o processo de grilagem, até que o Governo de São Paulo julgou nula toda documentação apresentada no que tange a apropriação da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, tornando-as terras devolutas. Durante o processo de implantação de medidas para impedir a ocupação e apropriação o Estado criou, por volta de 1940, três Reservas Florestais para evitar que os grileiros não as devastassem e/ou ocupassem ilegalmente as terras do Pontal do Paranapanema.

Entretanto, de acordo com Fernandes e Ramalho (2001, s.p), essa iniciativa não teve êxito, pois os grileiros continuaram a atuar de maneira devastadora, ocupando as terras e devastando as Reservas Florestais do Pontal do Paranapanema. Geralmente, essa devastação acontecia por meio de incêndios criminosos a fim de “limpar” as reservas, e assim que essas estavam “limpas” a apropriação ilegal se consumava.

Esse processo durou várias décadas e somente em 1990 houve uma significativa mudança nesse quadro, como ressaltam Fernandes e Ramalho (2001, s.p):

Essa realidade começou a mudar, de fato, com as ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em julho de 1990 o Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, iniciando o processo de territorialização de luta pela terra na região, causando um significativo impacto sócio-territorial.

Essa iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, devidamente organizados em sua problematização, deu início a um grande processo de ocupação dessas terras e de pressão sobre o Estado para que estabelecesse uma solução para a questão da ocupação das terras na região tendo gerado um grande conflito entre latifundiários/grileiros como expõem Fernandes e Ramalho (2001, s.p):

Esse longo e amplo processo de grilagem terminou com o confronto entre latifundiários e sem-terra, que na década de 90 transformou o Pontal em uma das regiões com o maior número de conflitos por terra do Brasil. Por meio dessas ações o MST pressionou o governo estadual para desapropriar as áreas ocupadas e desafiou os latifundiários - grileiros, que pela primeira vez enfrentaram um movimento camponês organizado.

Essa série de conflitos iniciou um importante processo de ocupação do Pontal nos anos seguintes, como nos mostra a tabela 1:

Tabela 1 - Ocupações de Terras no Pontal do Paranapanema (1990-2000)

Ano	Número de Ocupações	Número de Famílias
1990	1	800
1991	5	870
1992	11	2050
1993	28	700
1994	40	2000
1995	47	2920
1996	56	3200
1997	44	2200
1998	68	1200
1999	23	1100
2000	13	900
Total	336	17940

Fonte: www4.fct.unesp.br/dataluta

Esse demonstrativo aponta um crescimento expressivo da ocupação das terras, com um grande número de famílias em processo de ocupação.

Os Governos do Estado de São Paulo, nessa época, não viram essa questão como foco de implantação de uma Política Agrária ou até mesmo de Reforma Agrária no Brasil, mas sim como mais um “caso de polícia” como salienta Fernandes e Ramalho (2001, s.p) “[...] o governo Quéricia tratou a primeira ocupação do MST no Pontal não como uma ação própria de um problema agrário, mas como um problema de polícia. Essa situação não mudou com o governador Fleury [...]”.

Mesmo com essa atitude dos governos, esses Movimentos se expandiram e ganharam força política na região, continuando com as ocupações e conflitos agrários.

Esses acontecimentos mudaram todo o contexto histórico anterior do Pontal do Paranapanema, é o que reforçam Fernandes e Ramalho (2001, s.p):

[...] depois de mais de um século de assenhoreamento, de dominação das terras devolutas pelos latifundiários e grileiros, os sem terra, por meio das ocupações de terra, desentranham o grilo *Pirapó-Santo Anastácio*, colocaram em pauta a questão da devolutividade das terras, pressionaram o Estado para executar ações com o objetivo de recuperar as suas terras para implantar assentamentos rurais, beneficiando assim as famílias sem-terra, construindo uma forma eficaz de desenvolvimento regional.

É importante ressaltar, que essa conquista do MST, só foi mensurável devido à organização política que reivindicou e lutou nessa arena de contradições, devido a isso o MST ganhando visibilidade mundial e passando a ser considerado como o maior movimento social organizado, como já ressaltamos no capítulo anterior.

Podemos acrescentar também, que esse movimento ganhou espaço no que se refere a participação democrática, principalmente na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, como afirma Fernandes (2008, p. 77):

“Em 2003, membros do MST participaram, junto com um grupo de especialistas coordenado por Plínio de Arruda Sampaio, da elaboração do segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). O primeiro PNR foi elaborado em 1985 (governo Sarney) sob a coordenação de José Gomes da Silva (1987; 1989).

Essa participação fez com que o Plano tivesse em seu corpo demandas essencialmente providas dos movimentos; não foi um Plano o qual foi imposto sem perceber a real necessidade dessa categoria. Porém como ressaltamos

anteriormente os Planos não tiveram efetivação, como reforça Fernandes (2008, p. 77) “Os projetos coordenados por estes dois históricos defensores da reforma agrária nunca foram implantados”.

Notamos assim, uma discrepância entre os planos e efetividade da Reforma Agrária. Não só da Reforma Agrária em si, mas dos subsídios e Políticas para a população acampada e assentada, que ainda necessita de todo um respaldo diante do fato de que a luta não para nesse ângulo de implantação do assentamento, feito isso, outra luta recomeça, a de permanência na terra. Para que isso ocorra a Política Agrária é de suma importância, pois esse trabalhador rural necessita de um respaldo para efetivar a função social da terra.

Não só a Política Agrária é importante para que o assentado permaneça na terra, mas também todas as outras políticas como educação, saúde, transporte, segurança, entre tantas outras coisas que garantam uma vida digna. Diante do exposto, se torna claro a relevância de nossa pesquisa como já foi dito acima, ressaltando a articulação das políticas em rede para a garantia dos direitos e qualidade de vida da população assentada.

3.4.1 Impactos na Região do Pontal do Paranapanema devido aos Assentamentos Rurais

Os impactos resultantes da implantação dos Assentamentos nessa Região são notórios, visto que o Pontal do Paranapanema é a região do Estado de São Paulo com maior número de assentamentos.

Isso possibilitou uma série de mudanças nesse território como, por exemplo: alguns latifúndios passam a ser pequenas propriedades com produção familiar, essencial para a subsistência e geração de renda dos assentados, como ressaltam Fernandes e Ramalho (2001, s.p):

O trabalho familiar é predominante, assim como a produção agrícola de autoconsumo. Para o mercado, destaca-se a produção de mandioca, comercializada com a feccularia da COCAMP e outras empresas do estado Paraná; a produção da cana-de-açúcar para uma destilaria de álcool no município; a produção de leite, que é comercializada em quatro laticínios da região. A renda mensal líquida dos assentados encontra-se entre 1.3 salários mínimos para os assentamentos mais recentes, até 4 salários mínimos para os já consolidados.

Isso possibilitou um aquecimento da economia da região e um aumento populacional significativo, sendo que atualmente, de acordo com Sistema de Informações Territoriais (s. d, s.p) “a população total do território é de 563.675 habitantes, dos quais 54.884 vivem na área rural, o que corresponde a 9,74% do total. Possuem 12.349 agricultores familiares, 5.853 famílias assentadas. [...]”.

Esse contingente populacional conta com subsídios de órgãos públicos que efetivam um trabalho com a população assentada, como já nos referimos anteriormente. Esses órgãos são: Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), entre outros. Além desses órgãos específicos da Reforma Agrária, a população conta também com Políticas Sociais de cunho Federal, Estadual e Municipal.

3. 5 Presidente Bernardes: Trajetória Histórica

O enfoque de nossa pesquisa de campo, passa necessariamente pela trajetória histórica do município de Presidente Bernardes. De acordo com o site da Câmara Municipal do mesmo (s.d, s.p), o referido município tinha o nome de Guaracaia, uma espécie vegetal encontrada em grande abundância nessa região e exposto pelo mesmo site “[...] o atual topônimo é uma homenagem ao ex- Presidente da República, Artur Bernardes (1922-1926)”.

O site declara que Presidente Bernardes a princípio era um distrito que pertencia a Presidente Prudente, devidamente legalizado pela Lei 2084 de 15 de dezembro de 1925. Dez anos depois, no ano de 1935, por meio do Decreto Lei 6914, este foi separado de Presidente Prudente tornando-se um Distrito Sede, tendo sua legítima instalação ocorrido em 14 de fevereiro de 1935.

De acordo com o mesmo site (s.d, s.p), muitas foram as transformações e Decretos no que tange a legalização e divisões territoriais, como mostra demonstra citação abaixo:

No quadro anexo ao Decreto-lei Estadual nº 9073, de 31 de março de 1938, bem como no quadro fixado pelo Decreto-lei Estadual nº 9775, de 30 novembro de 1938 para 1939-1943, o Município de Presidente Bernardes é composto de 2 Distritos: Presidente Bernardes e Santa Luzia e pertence ao termo judiciário de Presidente Prudente.

Essa divisão vigorou até o ano de 1944, como expõe o mesmo site:

Em virtude do Decreto-lei Estadual no 14334, de 30 de novembro de 1944, que fixou o quadro territorial para vigorar em 1945-1948, o Município, ficou composto de 4 Distritos: Presidente Bernardes, Araxás, Emilianópolis e Dumontina, e pertence ao termo e comarca de Presidente Prudente.

Sancionada essa divisão, o site da Câmara Municipal de Presidente Bernardes (s.d, s.p) informa que no período de 1949-1953 passou a vigorar a divisão do referido município em 5 Distritos, sendo eles Presidente Bernardes, Araxás, Emilianópolis, Nova Pátria e Sandovalina, que ainda pertenciam a comarca de Presidente Prudente.

Por meio de vários decretos e novas divisões territoriais a historicidade do município se constitui da seguinte maneira como se encontra disponibilizada pelo site da Câmara Municipal (s.d, s.p):

[...] Lei Estadual nº 5285, de 18 de fevereiro de 1959, desmembra do Município de Presidente Bernardes o Distrito de Sandovalina. Em divisão territorial datada de 01-VII-1960, o Município de Presidente Bernardes é constituído de 4 Distritos: Presidente Bernardes, Araxás, Emilianópolis e Nova Pátria. A Lei Estadual nº 7644, de 30 de dezembro de 1991, desmembra do Município de Presidente Bernardes, o Distrito de Emilianópolis. Em divisão territorial datada de 15-VII-1997, o município é constituído de 3 Distritos: Presidente Bernardes, Araxás e Nova Pátria. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15-VII-1999.

Como podemos observar, foi longo o processo de divisão territorial em torno desse município. Nos dias atuais, de acordo com dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), Presidente Bernardes ocupa uma área abrangente de 775,7 km² e apresenta uma Densidade Demográfica de 19,4 hab/km².

No que se refere à população o número de habitantes no município é de 14.662 habitantes, sendo 10.154 localizados na área urbana e 4.508 estão localizados na área rural.

Além desses dados, de acordo com o ITESP (1998, s.p), Presidente Bernardes tem em seu território sete assentamentos, sendo que entre eles se encontra o assentamento foco desta pesquisa: Assentamento Água Limpa.

3.5.1 Assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes

Atualmente de acordo com o (ITESP 1998,s.p) o município de Presidente Bernardes conta com sete projetos de assentamento, sendo eles: Água Limpa, Palu, Santa Eudóxia, Rodeio, Florestan Fernandes (São Jorge), Santo Antonio 1 e 2 e Quatro Irmãos. Vale ressaltar que o tamanho dos lotes, varia conforme os critérios de análise do solo.

Segundo Silva (2010) o assentamento Água Limpa teve origem em 1996. Sua gênese ocorreu após haver uma mobilização social protagonizada por um grupo de trabalhadores rurais, que encontravam acampados próximos à uma fazenda abandonada. Esta fazenda, segundo o mesmo autor é a “Fazenda Fortuna” “de propriedade de Armênio dias Vestin, com área de 1.800 hectares, sendo 50%(cinquenta) por cento de mata nativa e 50 % (cinquenta) por cento com plantio de cana e pasto”¹².

Em 1997 o governo julgou as terras da Fazenda Fortuna como sendo devolutas, arrecadou a área para a Fazenda Pública e posteriormente a transformou em assentamentos provisórios (SILVA, 2010). Nessa época, os novos moradores da fazenda passaram por uma seleção, realizada pelo ITESP, seleção essa condicionada a critérios como: experiência e aptidão agropecuária. Após passarem por esse processo, o assentamento provisório passou a ser definitivo, instalando-se nessa área 63 (sessenta e três) famílias.

É importante destacar que o assentamento Água Limpa é composto por 57 lotes, sendo subdivididos em duas áreas denominadas: Água Limpa 1 e Água limpa 2. O primeiro apresenta-se com 31 Lotes com uma área total de 956 há (alqueire), e o segundo compreende 26 Lotes com a área total de 789 ha, (ITESP 2010, s.p).

Hoje em dia, de acordo com Silva (2010) o assentamento Água Limpa é conhecido pelas suas terras férteis, e de boa produtividade, mas anteriormente, embora os assentados trabalhassem com agricultura, devido aos preços baixos preços obtidos por seus produtos, a produção praticamente se extinguiu. Os

¹² Informação verbal fornecida por Helio José da Silva, técnico de desenvolvimento Agrário- ITESP Presidente Bernardes.

pequenos produtores retornaram a pecuária leiteira, como atividade principal e à produção de sementes de capim como atividade subsidiária.

Além disso, vale ressaltar que o assentamento Água limpa também é conhecido pelo turismo rural, realizando cavalgadas, trilhas, almoços, passeios em cachoeiras entre outras atrações, contribuindo assim com um trabalho direcionado à preservação do meio ambiente englobado em uma estratégia de desenvolvimento de uma nova renda para a sobrevivência dos moradores (ITESP 1998, s.p).

No próximo capítulo, trataremos da efetividade das Políticas Sociais no Assentamento Água Limpa no município de Presidente Bernardes; desvelando o perfil dos assentados, o acolhimento do município a essa população; suas principais dificuldades no que tange a resistência na terra; a dificuldade de cumprir a função social de suas terras, entre outros dados importantes para nossa pesquisa.

4 ANÁLISE DA PESQUISA

Este trabalho tem como objetivo avaliar a efetivação das políticas sociais no Assentamento Água Limpa, e para tal foram realizados dois tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

De acordo com Diehl e Tatim (2004, p. 47):

A pesquisa constitui-se num procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Ao seu desenvolvimento é necessário o uso cuidadoso de métodos, processos e técnica.

Verifica-se assim que a pesquisa é uma investigação, um pensamento reflexivo, que pretende descobrir novos conhecimentos, conforme nos referimos anteriormente esta deve responder aos objetivos propostos pelo pesquisador.

A pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho foi utilizada com o intuito de obter dados concretos, e ter o contato direto com o que já foi escrito em livros e artigos sobre o assunto, com as resoluções, com as legislações pertinentes e as diversas publicações, para que pudéssemos a partir dos conhecimentos adquiridos obter uma nova abordagem e uma reflexão realizada sob um novo olhar.

Outro tipo de pesquisa realizada neste trabalho foi a pesquisa de campo de cunho qualitativo, que teve a finalidade de estudar uma determinada

população em um determinado espaço, compreendendo seu cotidiano social e o seu entendimento referente ao objeto estudado, não apenas quantificando os dados, mas com o objetivo de analisar e interpretar os fenômenos.

Sendo assim para a pesquisa de campo no assentamento Água Limpa de Presidente Bernardes foi utilizada uma amostra de 31,75% do total de famílias assentadas, ou seja, foram realizadas 20 (vinte entrevistas) entre as 63 (sessenta e três) famílias que residem no assentamento.

Essas famílias foram selecionadas através de uma amostragem estratificada, que conforme Diehl e Tatim (2004, p. 64) é a amostragem:

[...] em que o pesquisador enquadra os elementos da população em diferentes estratos, segundo as necessidades do seu estudo, para depois selecionar os participantes por meio da escolha aleatória dos elementos dentro de cada estrato.

A amostra foi realizada por tempo de assentamento, sendo aproximadamente 20% (vinte por cento) por cada faixa de tempo pré-definida. Os pesquisadores estabeleceram para referência faixas de 01 a 02 anos, de 03 a 05 anos, de 06 a 08 anos, de 09 a 12 anos e de 13 a 14 anos de assentamento. O tempo de assentamento é considerado de suma importância para análise dos dados, já que a família que reside há um maior período de tempo no assentamento supostamente se encontra em melhores condições de sobrevivência, sendo atendidos devidamente pelas políticas sociais, e em especial sobrevivendo de sua renda provinda da terra.

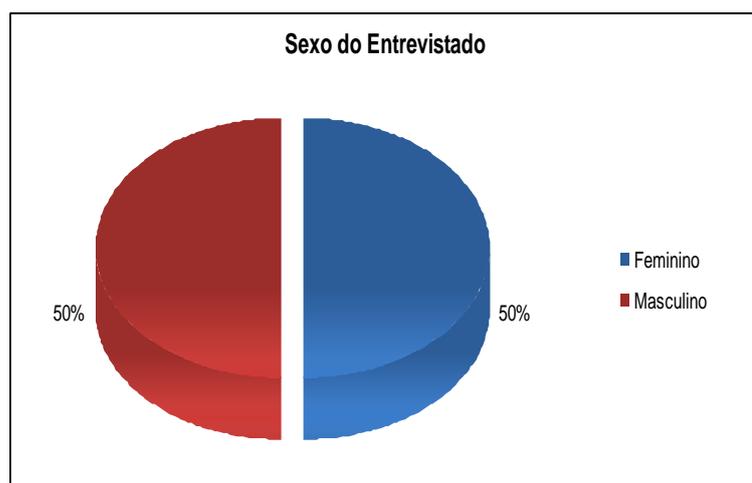
Foi utilizada a entrevista como meio de coleta de dados das informações necessárias para auxiliar no diagnóstico e levantamento das necessidades e da real situação em que a população pesquisada se encontra, além de que, a entrevista permite aproximar o pesquisador do sujeito, fazendo com que esse conheça e se familiarize com a realidade estudada.

A partir da realização das entrevistas com os dados obtidos através de perguntas abertas e fechadas, estes foram analisados segundo duas categorias: o perfil das famílias dos assentados e de que forma as políticas sociais estão sendo efetivadas, para isso serão analisadas as políticas de saúde, previdência social, educação, habitação, lazer/cultura, assistência social e política agrária.

4.1 Perfil

Com o objetivo de levantar o perfil dos assentados, foram elaboradas questões relacionadas a gênero, faixa etária e estado civil, renda familiar e situação profissional sendo ressaltado o atendimento pela Previdência Social, já as demais questões serão discutidas no próximo item por estarem vinculadas á uma Política Social.

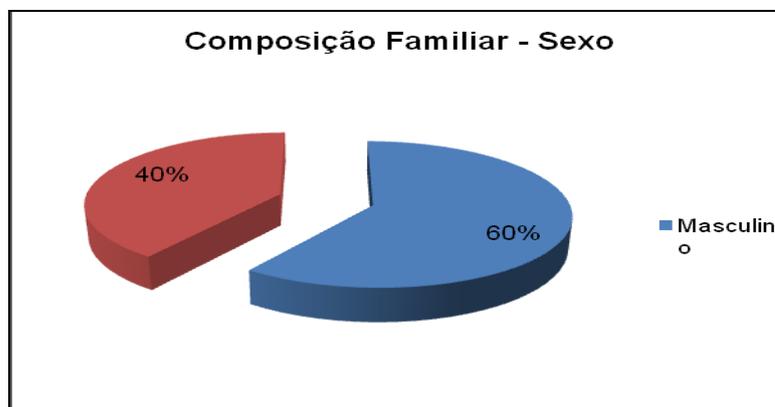
Gráfico 1 – Sexo do Entrevistado



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Com referência no Gráfico 1, das entrevistas feitas com 31 pessoas contabilizados em 75% (setenta e cinco) por cento dos assentados do Assentamento Água Limpa, o gráfico demonstra que o total dos entrevistados encontram-se divididos em porcentagens iguais, sendo 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

Gráfico 2 – Composição Familiar - Sexo

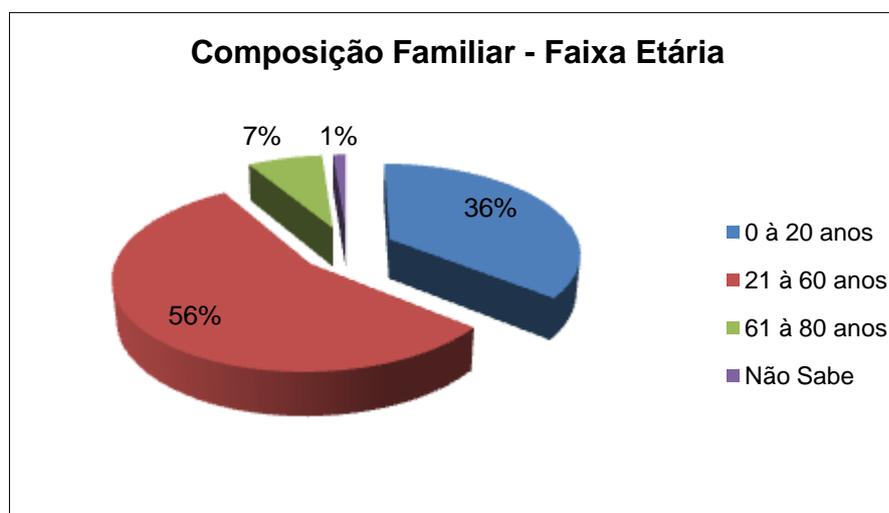


Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Já no Gráfico 2, em relação a todos os moradores do lote, o sexo masculino é predominante, podendo apresentar como razão para tal o fato de que o trabalho no Assentamento é, em sua maioria braçal, exigindo dos trabalhadores maior força física.

Em relação à faixa etária dos assentados, o que foi verificado encontra-se explicitado no gráfico exposto a seguir.

Gráfico 3 – Composição Familiar – Faixa Etária



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Na composição familiar, exposta na Figura 3, nota-se que 36% (trinta e seis) por cento dos assentados possuem de 0 a 20 anos. Esse dado comparado com a faixa etária dos entrevistados de 21 anos a 60 anos demonstra que existe maior concentração de assentados nessa faixa etária, totalizando 56 % (cinquenta e seis) por cento do total da população pesquisada, sendo essa porcentagem muito alta em relação à população idosa, que aparece nessa perspectiva com apenas 7% (sete) por cento dessa totalidade.

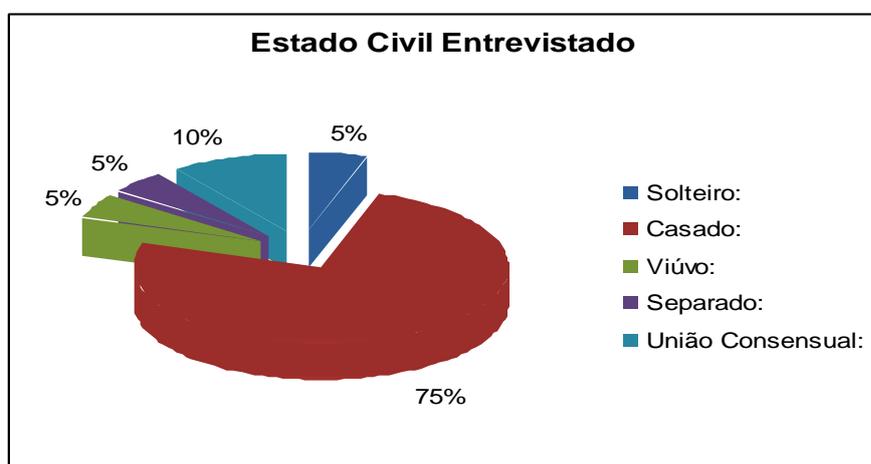
Evidencia-se no gráfico que a população idosa, maior de 60 (sessenta) anos é minoritária, sendo por essa razão esquecida pelas políticas sociais e autoridades do município, tornando-a vítima de exclusão social por dois fatores relevantes, sendo eles: a idade e o fato de pertencer à população rural.

Os jovens também aparecem nessa perspectiva com um índice baixo em relação à totalidade, o que pode ser explicado pela falta de incentivo à

permanência na terra e à preservação da cultura rural. A ociosidade também é um fator que atrai muitos deles para a cidade, diante do fato de que não há atividades que atraia a atenção e fixação desse público no assentamento. Sendo assim, a maioria deles migram para a cidade em busca de melhores condições de vida, sustentabilidade, educação, lazer, cursos profissionalizantes e uma inserção no mercado de trabalho.

Um por cento dos assentados que aparecem no gráfico como “não sabe”, refere-se a uma moradora da família que a entrevistada não soube informar a idade.

Gráfico 4 – Estado Civil do Entrevistado

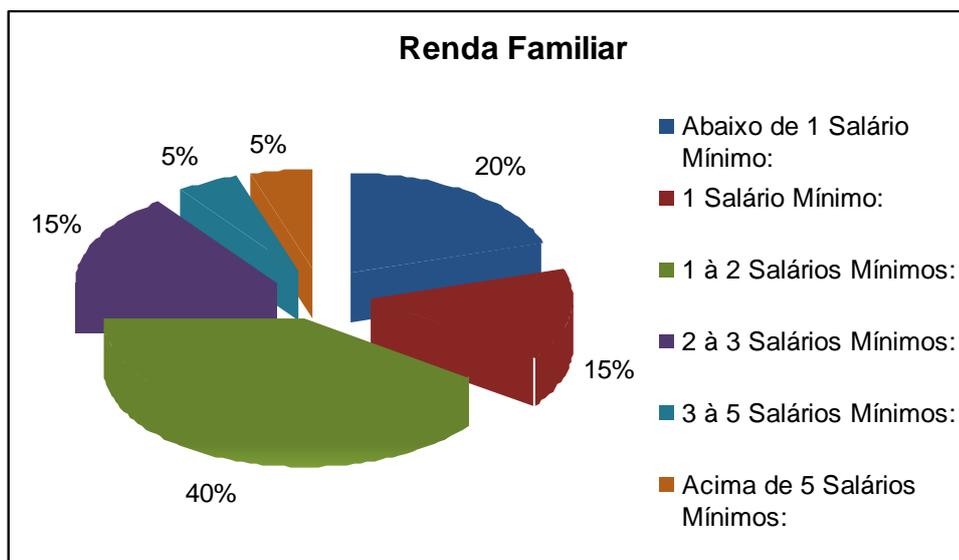


Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

No que se refere ao estado civil dos entrevistados, sendo estes os proprietários do lote, observamos que dentre as 20 (vinte) famílias entrevistadas ressalta-se que 75% (setenta e cinco) por cento das pessoas são casadas e 10% (dez) por cento vivem em união consensual, sendo que estas encontram-se estabilizadas no assentamento, e ali desenvolvem suas famílias.

No que se refere à renda familiar:

Gráfico 5 – Renda Familiar



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

De acordo com o gráfico referenciado acima, podemos analisar que 40% dessas famílias possuem renda familiar de um a dois salários mínimos, analisando essa informação, averiguamos que desse dado possui relevância já que a renda dessas famílias referenciadas nesta porcentagem está relacionada com trabalhos informais. Vale ressaltar, que não podemos relacionar, trabalho informal como sendo um trabalho opcional, pois as atividades exercidas transcorrem por consequência da escassez de subsídios necessários para a sua estabilidade nas terras. No entanto é importante destacar também que nem todos os assentados são pecuaristas, alguns se enquadram no perfil de diarista, rural e/ou urbano, exercendo funções relacionadas a outro aspecto de atividades, conforme ressaltaremos abaixo.

Outra informação que se torna relevante é de que 20% (vinte) por cento e 15% (quinze) por cento das famílias entrevistadas recebem abaixo de um salário mínimo e um salário mínimo respectivamente, sendo que estas famílias estão englobadas na qualidade de emprego formal, a grande maioria dos assentados tem sua renda advinda da receita da venda da produção de leite aos laticínios da região, sendo que estes efetuam o recolhimento da previdência social para os produtores, conforme ressaltaremos adiante.

No entanto, é importante considerar que o valor da renda desse trabalho depende do período do ano, pois o clima e solo irão influenciar diretamente na qualidade e quantidade do seu produto, alterando assim o valor de venda, como assim ressalta o assentado C, *“a gente tira mais ou menos uns 1.500, mais ou*

menos, tem mês que da mais, tem mês que da menos". Além disso é importante salientar, que a renda obtida do seu produto irá depender do dono do Laticínio, denominado por eles de "atravessador", como assim afirma o assentado F:

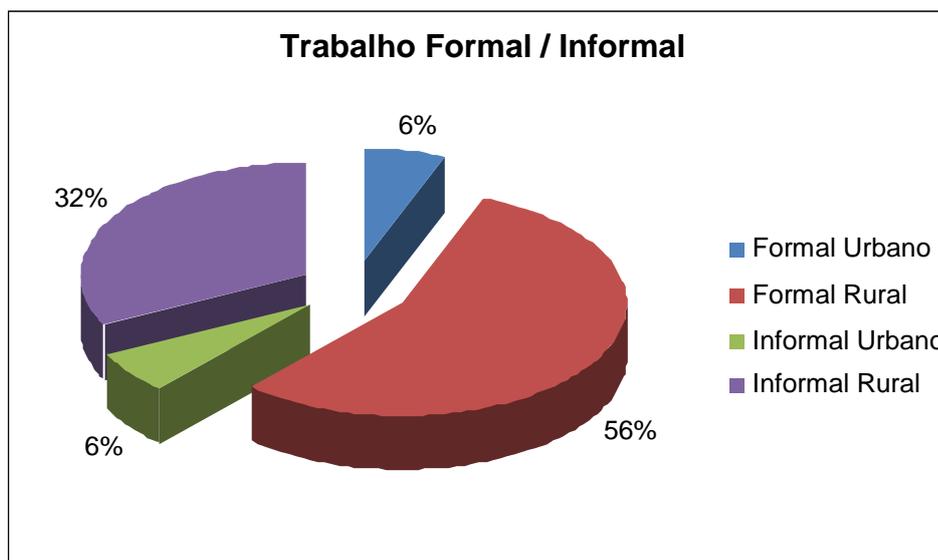
[...] nosso leite ta na mão do atravessador, a gente num sabe o preço do nosso leite, quando é pra aumentar, aumenta dois centavos, quando é pra abaixa, abaixa 10 centavos, fica tudo na mão do atravessador, fica faltando um órgão competente né, O pra fazer a passagem do leite, o leite vai pro resfriador e depois vai pro laticínio em Quatá, por exemplo hoje o litro ta 0,80 centavos, amanhã já abaixa pra 0,60, a gente acaba contando mais com o corte (pecuária de corte) o abate.

Este mesmo entrevistado demonstra uma decepção profunda diante da realidade vivenciada atualmente, constatando que a desvalorização dos seus produtos, influenciam substancialmente na sua renda famílias e conseqüentemente na subsistência de sua família. Em razão disso os assentados acabam adotando estratégias para manter a sua renda familiar estabilizada, ou seja, realizando plantios para a sua subsistência, ou tentando um emprego na zona urbana, no entanto esse assunto ressaltaremos ao longo do trabalho.

Como foi salientado anteriormente, a grande maioria dos assentados, trabalham para os laticínios da região. No entanto é importante acrescentar que nem todos vivem somente da venda do leite, alguns obtém uma renda superior a esta citada acima exercendo também outras atividades, como assim demonstra nas porcentagens de 5% (cinco) por cento e 15% (quinze) por cento no gráfico.

Nessa perspectiva podemos observar o gráfico abaixo do qual, apresentará a porcentagem de trabalhos formais e informais que existe no Assentamento Água Limpa.

Gráfico 6 – Trabalho Formal / Informal



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Podemos constatar que o maior referencial do gráfico se enquadra em 56%, sendo este o trabalho rural formal, realizado por assentados que produzem para os laticínios da região. Os 32 % (trinta e dois) por cento qualificados no trabalho informal rural, onde obtém a sua renda através da pecuária, horticultura e avicultura, do qual discutiremos a seguir. Já os trabalhos formais e informais urbanos, se referem a famílias que vão para a zona urbana buscar uma melhor qualidade de vida.

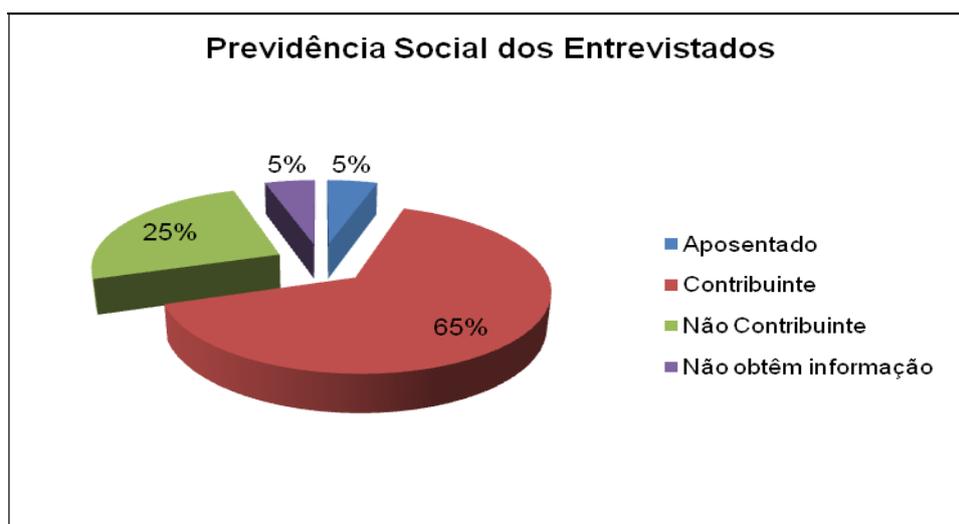
Estes 56% (cinquenta e seis por cento) de trabalhadores rurais formal recebem seus proventos da receita da venda da produção de leite aos laticínios da região e estão enquadrados como beneficiários do regime geral de previdência social, na qualidade de segurado especial, conforme a lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, artigo 11, VII:

Artigo 11 – São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:

VII – como segurado especial: o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam suas atividades, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, desde que trabalhem, comprovadamente, com o grupo familiar respectivo.

Sendo assim o laticínio tem a obrigatoriedade de recolher junto a Previdência Social o valor da contribuição do segurado especial (percentual sobre a receita da venda do leite) descontado do valor a ser pago ao produtor. Sendo assim estes se enquadram nos que contribuem para previdência social, como apontado no gráfico abaixo.

Gráfico 7 – Previdência Social



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Analizamos que os 65% (sessenta e cinco) por cento as famílias que se identificam como contribuintes da Previdência Social, dentro deste universo de contribuintes a maior parte trabalham para os laticínios da região, e conseqüentemente sua contribuição advém descontado pelo laticínio, conforme exposto acima.

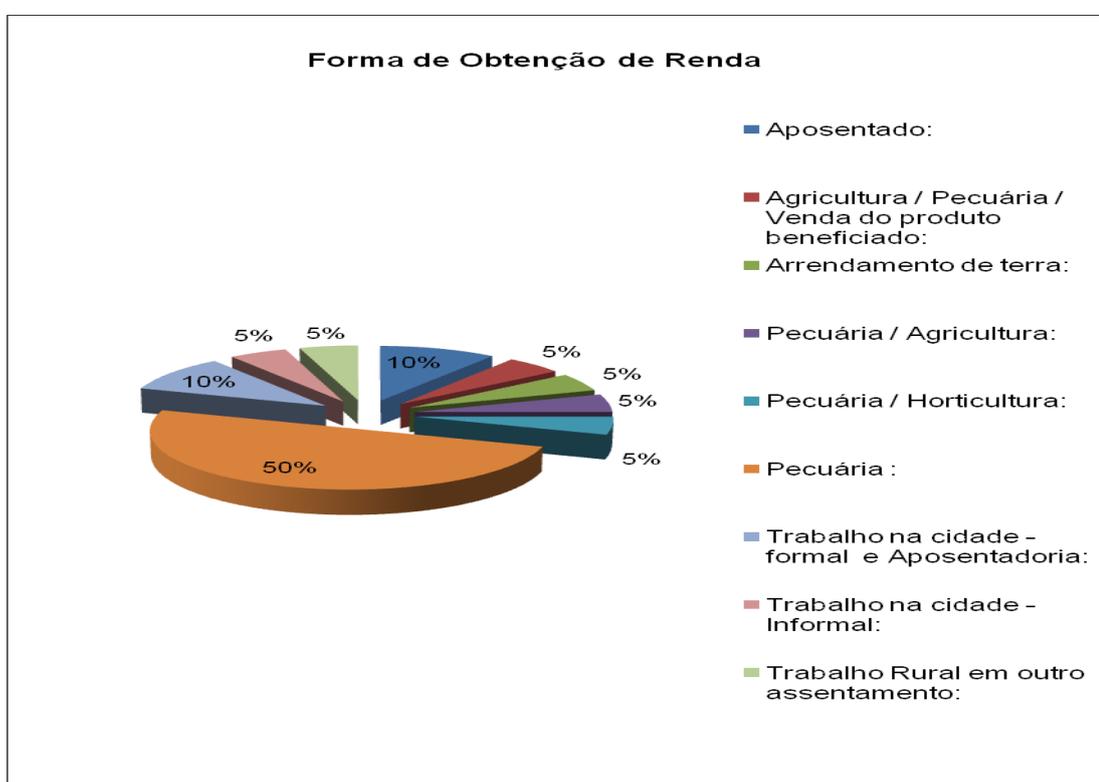
Ao analisarmos os dados que apontam 5% (cinco) por cento podemos evidenciar, que ambos são condizentes com a realidade, verificando que, os primeiros 5% (cinco) por cento abrangem as famílias de aposentados, enquanto os outros 5% (cinco) por cento se referem às famílias que não obtêm informações quanto a Previdência Social. Ao observarmos a porcentagem de 5% (cinco) por cento das famílias que não obtêm informações esse dado se torna relevante devido à seriedade do assunto, pela falta de acesso a informação, pois esta seria imprescindível para a realidade dessas famílias.

Já a porcentagem apresentada por 25% (vinte e cinco) por cento no gráfico, informa que não contribui para a Previdência Social, sendo assim esse dado também se torna relevante ao analisarmos que muitas dessas famílias podem não

contribuir pela falta ou por pouca informação. Além de que, existe um impacto na não contribuição, que acarreta problemas futuros, pois estes estão sujeitos a doenças advindas do trabalho, acidentes de trabalho e não realizando a contribuição não são assegurados e durante o período de recuperação ou até mesmo quando não estiverem mais aptos para o trabalho não possuirão renda para sua subsistência, no caso de doença e/ou envelhecimento estes dependerão do auxílio da comunidade e/ou do poder público.

A renda dessas famílias é obtida de diversas formas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 8 – Forma de Obtenção de Renda



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Com os dados acima verificamos que comumente as famílias possuem renda de mais de uma fonte, sendo relevante o número dos que possuem renda obtida através da aposentadoria, trabalho formal na cidade juntamente com aposentadoria e trabalho na cidade informal, já que estes resultam juntamente em 20% (vinte) por cento da população entrevistada e destacando que esta porcentagem provêm de trabalho na zona urbana e não zona rural, sendo que apenas um dos entrevistados é aposentado rural.

Outro dado relevante e muito expressivo coletado através da entrevista é que 50% (cinquenta) por cento das famílias entrevistadas obtêm a sua renda apenas de pecuária, com isso verificamos que estes não obtêm a sua renda da produção de alimentos e benfeitorias da terra.

Nas falas dos assentados são expressas as dificuldades de venda dos produtos produzidos por estas famílias, conforme fala do assentado J:

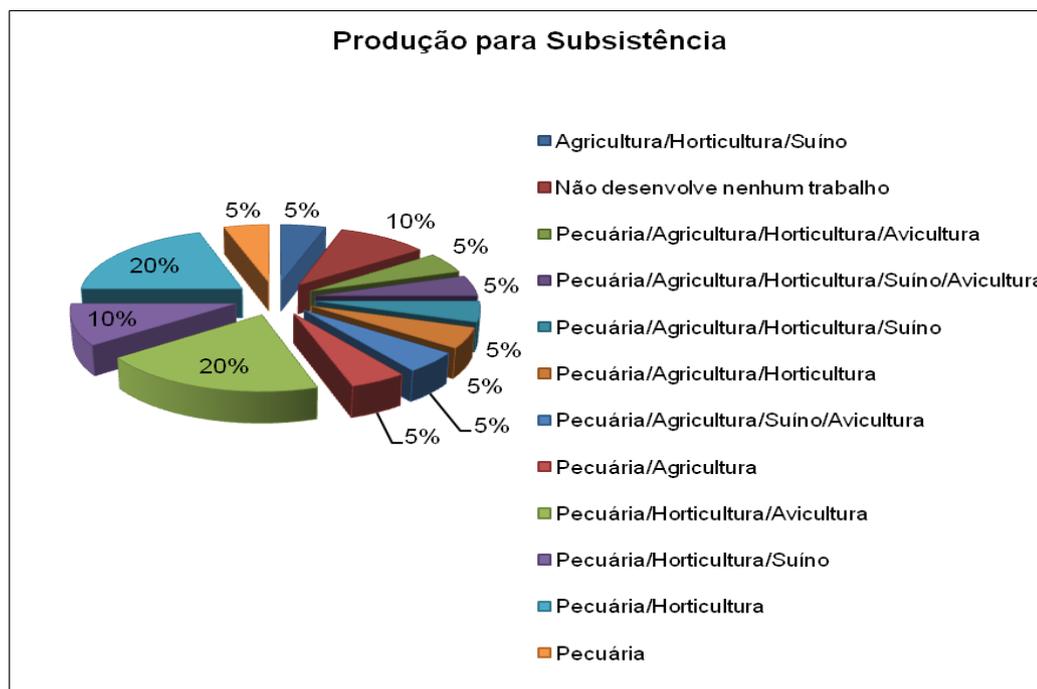
O Pasto está arrendado, e ganhamos por volta de 450, 00, agente tentou plantar, mas agente só investia, e quando era para vender o produto era desvalorizado. E ainda minha filha, agente quem mexe com lavoura, é quem mais trabalha, e é mais desprezado.

Estes expressam que encontram diversas dificuldade na produção como ressaltaremos adiante, e ainda as vendas são baixas e quando existem os seus produtos são desvalorizados, sendo assim a pecuária é a alternativa pois os investimentos são menores do que na agricultura, horticultura e outros tipos de cultura, e a venda é certa, já que existe a procura por parte dos laticínios da região.

Apenas duas das famílias produzem e vendem um produto beneficiado. conforme afirma o assentado E “*A gente planta o maracujá e faz as polpas prá vender e as conservas*”. Além dele, também o assentado I através da extração do leite, produz queijos e o utiliza para consumo próprio e comercialização.

Estas informações sobre as dificuldades de venda dos produtos estão detalhadas no gráfico 9, exposto abaixo:

Gráfico 9 – Produção para Subsistência



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Observamos que a produção é bastante diversificada, abrangendo produtos de culturas diferentes. Para tanto não possuem mercado garantido para suas mercadorias, ficando os produtos apenas para subsistência. Outro dado alarmante é que 10% (dez) por cento das famílias não desenvolvem nenhum trabalho.

Após apresentarmos o perfil das famílias do Assentamento Água Limpa, iremos desvelar a funcionalidade da Políticas Sociais neste âmbito, através da análise das respostas obtidas nas entrevistas.

4.2 Políticas Sociais

Neste item discutiremos de que forma as Políticas de Saúde, Educação, Habitação, Lazer e Cultura, Assistência Social e Política Agrária estão efetivando o atendimento a população referenciada.

4.1.1 Política de Saúde

De acordo com entrevistas realizadas no Assentamento Água Limpa, podemos analisar que a política de saúde se apresenta com uma contradição, pois através do levantamento que realizamos, nos deparamos com diversos tipos de respostas. Ao realizar a análise, verificamos que doze famílias das vinte entrevistadas, identificam a política da saúde com precariedade e exaltando o atendimento das políticas sociais no município vizinho, além disso, criticam a falta de transporte e remédios, sendo assim em sua maioria obrigados a comprá-los.

Vale ressaltar que a única figura assistencial que os assentados conhecem, é a agente de saúde da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que realiza um trabalho assistencial, assistindo as famílias do Assentamento Água Limpa, levando até eles, medicamentos, vacinação, entre vários outros tipos de atendimento. De acordo com o assentado A:

*O depois que trocou de prefeito diz que não tem médico, é ruim, ai quando precisa tem que ir em outro município. **MEDICAMENTOS:** Não tem não, tudo eu tenho que compra. **VACINAÇÃO:** É bom. **PRESERVATIVOS:** Não uso. **AMBULÂNCIAS:** Tem em Nova Pátria,, pra falar a verdade não é bom, tem que arrumar carro quando precisa Não tem, sabe o que to fazendo, o socorro é em Mirante, o atendimento é muito bom.*

Como podemos observar na fala do assentado A, e que representa a opinião da maioria dos entrevistados, há uma insatisfação com a precariedade da política de saúde no Assentamento Água Limpa, exaltando-se assim a qualidade assistencial que apresenta o município vizinho, demonstrando claramente a compatibilidade com os demais entrevistados, referindo sempre ao atendimento oferecido pelo município de Mirante do Paranapanema com uma melhor assistência.

Assim também afirma o assentado B:

*Nos gasta com o menino 90 conto de remédio, mas agora ta "teno" no postinho, antes num tinha, num resolve né, igual medicamento dele, nós pede, fica duas três semana pra trazer. A agente de saúde não pega receita para pegar remédio, tem que buscar, então pra que ela ta aqui dentro se não é pra isso, ela tem que manda fazer, se não nós tem que sai daqui anda 50 km, pra manda fazer esse remédio, **MEDICAMENTOS:** Agora consigo do menino no Alto custo, alguns remédios dipirona, doclofenado, nós consegue no posto em Nova Patria, agora, outros mais carinhos, tem que compra né. **VACINAÇÃO:** Até agora num veio vacina ainda, num chego vacina pra nós, também nos num precisa por causa da idade. **PRESERVATIVOS:** sou operada, tirei o útero. Fiz cirurgia faz 06 anos. **AMBULÂNCIAS:** Tem*

ambulância ai, mas tem vez que nós pede pro atendimento, e eles num vem pega, agente perde consulta, o meu menino era pra passa pelo medico que da cabeça, e porque caiu a ponte, o homem tava com a perua que era da saúde ai, mais num quis leva, num quis ir pelo outro caminho, ficou sem consulta, o medico era de Botucatu, mais agora vai arrumar outro medico, uma medica agora, mais é de Botucatu,

Como relata o assentado acima, este apresenta a saúde no Assentamento Água Limpa apresenta-se com uma política precária, com dificuldades para o atendimento e acentua a sua necessidade de ser assistido por essa política, visto que possui grandes gastos com medicamentos e transporte. Em relação ao medicamento, o assentado afirma ter dificuldades em conseguir os remédios necessários para a saúde de sua família, o atendimento do transporte no que se refere a ambulância é precário, pois além de não ter acesso, o assentado percebe uma falta de intencionalidade na execução das ações. Isso pode ser observado no relato do assentado J:

Ta brabo, que não tem ônibus, tinha até um, que tava ruim, mas dava para andar, ainda bem que eu tenho carro, mas eu vejo pela a dificuldade das pessoas que precisa do ônibus. Esses dias mesmo tinham uma vizinha que passou mal, e a ambulância demorou muito para vir buscá-la.

Dentro deste contexto, vale ressaltar que existem contradições nas respostas dos assentados, apesar de mais de cinquenta por cento relatarem a política da saúde como precária duas famílias consideram essa política como sendo adequada a sua realidade, quatro famílias não souberam avaliar, pois são conveniados a um plano de saúde, e duas famílias acharam regular, pois acham que a assistência que o ESF oferece, supri as suas necessidades. Como assim afirma o assentado I “*eu acho regular, podia ser melhor, mas a menina ai, X sempre ajuda agente quando precisa.*”.

As famílias que acham a política da saúde adequada relatam que não carecem deste atendimento, pois raramente adoecem. Já as famílias que não souberam avaliar, relatam que não precisam utilizar a saúde pública, pois podem se conveniar à saúde privada.

Através desses relatos podemos observar que a política de Saúde no assentamento Água Limpa deixa a desejar em muitos aspectos. No entanto é importante ressaltar que esta realidade, não é exclusiva de um único assentamento, e sim do Brasil inteiro, pois a precarização na saúde pública teve origem com a

descentralização do Estado nos anos de 1990, que ao adotar uma política Neoliberal optou pela descentralização de funções que antes eram de suas responsabilidades, inclusive a da política de saúde (BRAVO 2008 p.99). Por ser um Estado Neoliberal tem como característica a privatização e a focalização, referenciando as políticas sociais como alvo dessa especificidade governamental. Como assim afirma Costa (1997) apud Bravo (2008, p.101): “A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar ficando para o setor privado o atendimento dos que têm acesso ao mercado”.

Como podemos observar, essa precarização da saúde ocorre por decorrência de um Estado descentralizador do qual focaliza as suas políticas para um público alvo e possibilita a ampliação da privatização para aos que podem pagar. Nessa perspectiva podemos analisar que as famílias do assentamento Água Limpa estão vivenciando essa realidade, tendo assim que se submeterem a uma saúde privada como salienta o assentado F:

*Somos atendidos em Nova Patria, Bernardes e quando precisa vamos a Prudente né, uma cirurgia alguma coisa, somos atendidos pelo posto de saúde, mais temos um planinho. A agente de saúde faz visita mensalmente né, vê se ta tudo bem, vê certinho e quando é agendado, **MEDICAMENTOS:** precisa de remédio, alguma coisa eles trazem, **VACINAÇÃO:** Quando é campanha, eles vem no lote. **PRESERVATIVOS:** sou operada. **AMBULÂNCIAS:** nunca usamos.*

Como podemos observar o assentado para poder ter uma assistência médica, precisa se submeter a um plano de saúde.

Com isso, analisamos que por falta de acesso, informação, e precariedade da política de saúde no assentamento Água Limpa, a maioria dos assentados utilizam de meios e estratégias para suprir essa necessidade. Além disso, pôde-se evidenciar, que a única figura assistencial que os assentados entrevistados reconhecem, é a agente comunitária de saúde do ESF.

4.1.2 Política da Educação

Em relação à educação pontuaremos alguns aspectos relevantes no que tange a este assentamento. De acordo com o levantamento verificamos que 60% (sessenta) por cento da população entrevistada consideram o estudo precário,

de péssima qualidade, conforme podemos verificar na citação do assentado D “*não é boa não, às vezes o prefeito corta a condução daí os menino fica sem ir, e às vezes quando eles vai não é bom não*”. Através desta resposta podemos destacar alguns problemas que ocorrem na efetivação desta política no assentamento, sendo que o ensino que já não é considerado de qualidade pela população pesquisada ainda acrescenta-se maiores transtornos com relação ao transporte dos estudantes. Constatamos também que a escola possui uma deficiência no que se refere ao atendimento a crianças que necessitam de um atendimento especial, conforme a citação do assentado E:

Tive uma experiência muito ruim com o ensino e acho péssimo, meu neto morou três anos comigo e foi pra escola de Bernardes. Ele tinha muito problema, era muito agitado, nervoso, batia a cabeça na parede até sangrar, e os professores e diretores não fizeram nada para ajudar nesse problema, ele era excluído por todos e eu tinha que ficar na sala de aula com ele todos os dias (chora), e por eu ta lá dentro eu percebi que o ensino é péssimo e que eles não sabem lidar com as crianças que tem algum problema como o meu neto, eu sofri demais, só eu sei, foi uma época muito difícil.

Esta fala é reforçada pela citação do assentado B:

Meu filho tem uma doença, é uma falha que ele tem no cérebro que tem uma dificuldade de aprender, agora ele ta conseguindo aprende um pouquinho, mais ele não sabe nada ele ta no segundo ano, conversando com a gente ele é normal, num tem defeito nenhum, agora ele ta na APAE em Bernardes, ele melhorou porque ele não tava conseguindo ler nada, na escola normal eles num tem paciência, perdía o ano.

Através dessas duas respostas, podemos verificar que a escola tem dificuldades em desenvolver um trabalho com as crianças que apresentam dificuldades no aprendizado, não orientando os profissionais que lidam com essa demanda, não encaminhando as crianças e adolescentes para o tratamento e não fornecendo orientação aos pais, quanto aos procedimentos e providências que deveriam ser adotadas ou encaminhando essa situação à saúde, para que essa, tome as providências necessárias.

Os quinze por cento que representam três dos entrevistados, que consideram o ensino de qualidade, afirmam que, conforme assentado F “*nosso filho estuda em nova Pátria eu gosto, porque é uma escola pequeninha sossegada, eles são adolescentes então é uma coisa bem tranqüila*”, e que tem sua opinião

confirmada pela fala do assentado G *“meus filho estuda em Nova pátria, meus filho tem falado que ta bom, um repetiu um ano, mas ta bom”*. Apesar de considerarem o ensino de qualidade, não apresentam argumentos que representem a situação real do ensino, pois foi percebido na entrevista que estes não acompanham com muita proximidade seus filhos na escola, porém não se pode culpabilizar estes por esta ação de não monitoramento, já que a escolaridade dos assentados é baixa, conforme ressaltaremos adiante.

Vinte por cento da população informou que não sabe opinar, pois não utiliza dessa política, já que os residentes não estão em idade escolar. Apenas uma pessoa se referiu a essa política como sendo regular, contudo afirmou não possuir informações concretas, sendo que em sua família nenhuma das pessoas estão inseridas na escola, esta informa que o ensino é regular de acordo com as conversas de amigos e conhecidos.

Outro dado que objetivamos coletar com a entrevista era se o ensino é conivente com a realidade dos assentados, se o ensino trabalha a realidade vivenciada ou se apenas reproduz o ensino comumente utilizado pelas áreas urbanas. Através da entrevista constatou-se que 45% (quarenta e cinco) por cento das famílias afirmam que o ensino não encontra-se contextualizado com a realidade da zona rural, conforme citação do assentado B *“acho que não, minha menina ta estudano pra ir embora, eu do apoio pra eles fica aqui, mais acho que muda por causa do dinheiro mesmo”*.

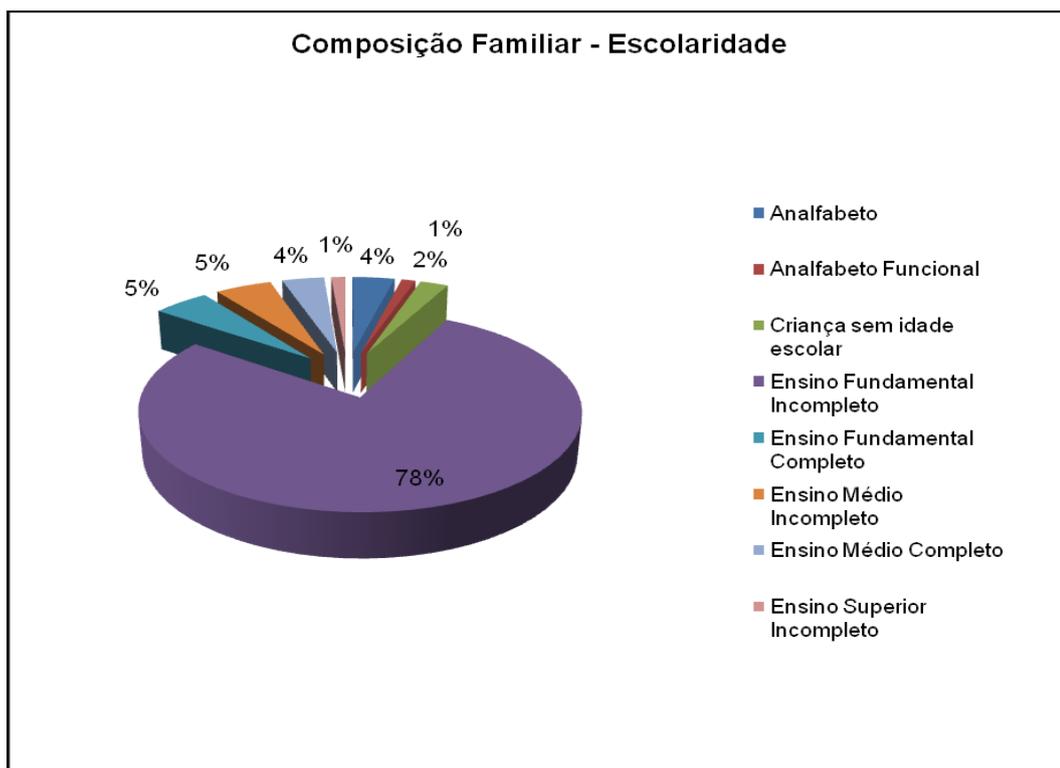
Este expressa um problema vivenciado, pois as crianças e adolescentes não são estimulados a permanecerem nos lotes, sendo assim buscam novas alternativas na zona urbana, como nos referimos anteriormente. O assentado G traz a tona outra problemática:

Num tem conscientização pra fica no lote, se a criança estuda, fize um curso de computação, faculdade, pra melhora e sai do lote é melhor né, se quiser sair fora, melhor pra ele, porque a gente na nossa época num teve estudo, temo que fica aqui cavuca igual tatu.

Os próprios assentados consideram sua vida precária, devido as condições financeiras, e consideram a migração para a zona urbana como uma possibilidade de ascensão. Esse desejo de mudança expressa a insatisfação destes entes em relação a efetividade das políticas sociais neste assentamento. Averiguamos que os assentados consideram a sua atual situação financeira

conseqüência da falta de escolaridade, em suas falas deixaram transparecer que atualmente não têm interesse em retornar à escola, contudo consideram a educação de suma importância para o desenvolvimento de seus filhos e se sentem inferiores pela falta de escolaridade. Essa baixa escolaridade pode ser ressaltada conforme gráfico abaixo:

Gráfico 10: Escolaridade – Composição Familiar



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

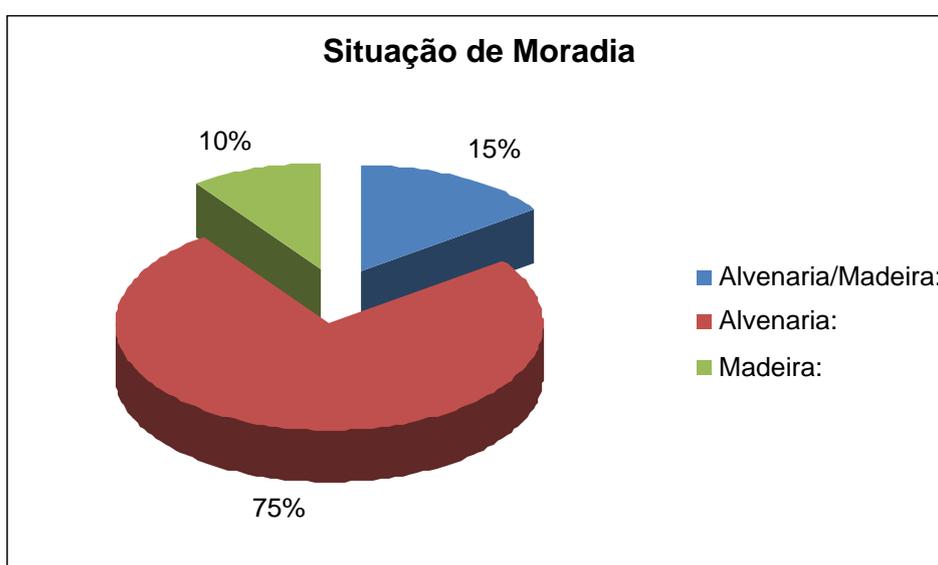
Verificamos que a porcentagem de assentados que possuem o ensino fundamental incompleto é muito expressiva, sendo representada por 78% (setenta e oito) por cento da população pesquisada, apresentando assim a formação escolar como problema gerador de diversos outros problemas. A defasagem na educação gerou a falta de qualificação profissional, o que acarreta uma renda baixa, pois estes apresentam dificuldades de administrar o lote, administrarem os financiamentos recebidos do governo, administrarem também a falta de recursos técnicos, as adversidades naturais, a renda obtida com venda de sua produção. Sendo assim se torna necessário uma intervenção para auxiliá-los e orientá-los como explanaremos adiante.

4.1.3 Política da Habitação

Neste item iremos apontar as condições de moradia, infra-estrutura, saneamento básico e subsídios para a construção e implantação da vida familiar dos assentados em cada lote.

No que tange ao material predominante da construção das casas nos lotes visitados, levantamos o seguinte dado exposto pelo Gráfico 11:

Gráfico 11 – Situação de Moradia



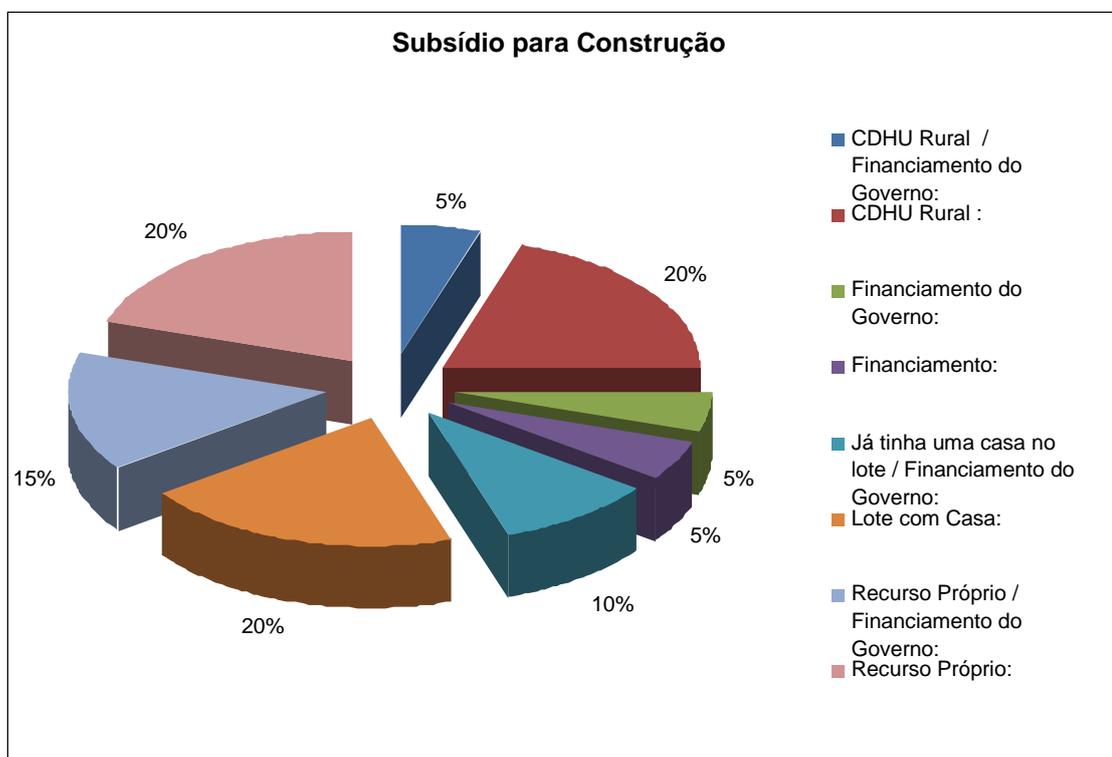
Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Podemos observar que o material predominante na construção de 75% (setenta e cinco) por cento das moradias constitui-se basicamente em alvenaria, e apenas um percentual muito pequeno de 10% (dez) por cento, são construídas de madeira apropriada para construção. As demais, 15% (quinze) por cento, são de alvenaria e madeira o que apresenta uma situação peculiar, já que conforme exposto por esses, quando chegaram à seus lotes, estes já possuíam uma casa de madeira, e com os recursos que puderam dispor, construíram uma parte de alvenaria melhorando suas condições de habitação.

Um dado perceptível durante a entrevista é que as casas em melhores condições estão ligadas ao tempo de assentamento, ou seja, quanto maior o tempo da família instalada no lote, melhor a condição de sua moradia.

O gráfico 12 expõe os subsídios para a construção das casas nos lotes:

Gráfico 12 – Subsídio para Construção



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

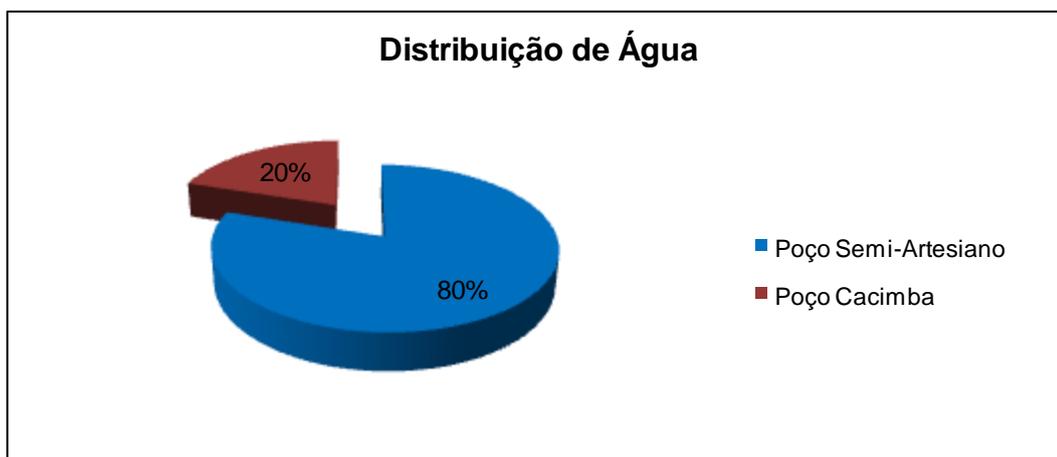
O gráfico acima, nos mostra que uma grande parte dos recursos são provindos dos seguintes programas: CDHU Rural, Financiamento do Governo, outros tipos de Financiamento e recursos próprios. Isso explica o gráfico 11, que nos mostrou um número relevante de casa de alvenaria e em boas condições, como pode ser perceptível na entrevista.

As casas de madeira ou em condições precárias, são de lotes que já possuíam casa, contudo estas totalizam também 20% (vinte) por cento, porcentagem significativa para esta análise. As que foram construídas com recurso próprio somam 20% (vinte) por cento e em sua maioria ainda estão em fase de acabamento, conforme observado na entrevista.

Ao perpassarmos para a questão do saneamento básico no assentamento, indagamos os assentados sobre as condições de distribuição de água, condições de esgoto, além das questões de coleta de lixo e preservação do meio ambiente.

No que se refere à questão da água, em 100% (cem) por cento dos lotes visitados possuem poço, sendo eles de dois tipos: poço cacimba e poço – semi-artesiano, como mostra o gráfico 13:

Gráfico 13 – Distribuição de Água



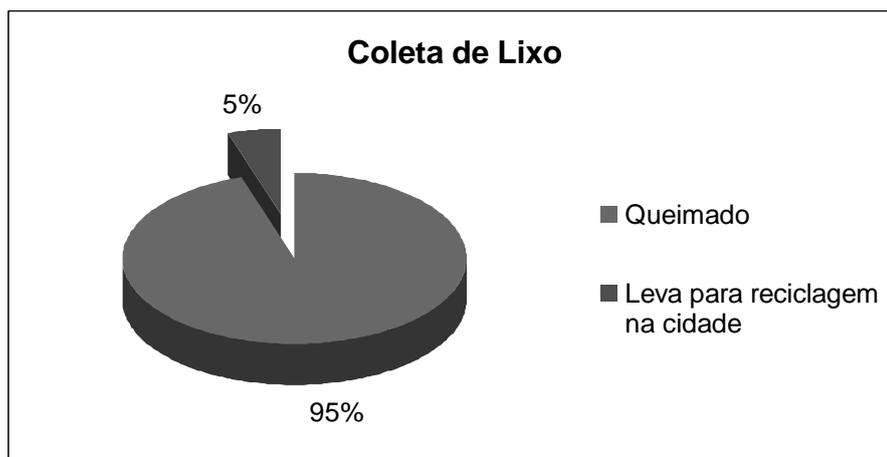
Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

O poço semi-artesiano aparece com maior relevância no assentamento, e estão localizados nos lotes com uma infra-estrutura melhor. Já o poço cacimba concentra-se em alguns lotes onde já existiam casas e também está ligada a questão de renda e situação de vulnerabilidade social das famílias.

No que se refere ao esgoto, em 95% (noventa e cinco) por cento dos lotes, este é lançado em fossa rudimentar, localizada dentro da propriedade. Nos demais a fossa está em construção, sendo os dejetos jogados ao céu aberto.

Ao tratarmos da questão de coleta de lixo, levantamos um dado preocupante, visto que não há nenhum serviço de coleta no assentamento por falta de intencionalidade político-administrativa. Diante do exposto os assentados revelaram que o lixo orgânico é jogado na terra ou para os suínos quando os possuem. O lixo não orgânico é queimado na maioria dos lotes, de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 14 – Coleta de Lixo



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Diante do exposto, se torna preocupante o fato de queimada de lixo, visto que essa ação degrada a natureza. Contudo os assentados não podem ser acusados como causadores de poluição e degradação ambiental, pois estes têm a consciência de que o lixo não pode ser lançado na natureza ou em rio, sendo a queimada uma alternativa para o não acumulo de lixo nos lotes e a não poluição do ambiente em que vivem.

Quando indagados sobre a Preservação Ambiental, os assentados demonstraram interesse e consciência quanto a essa questão, como mostram relatos abaixo:

Assentado K: Vou pela minha consciência mesmo, falam que demora até cem ano pra uma garrafa dessa dissolve, daí nois vai juntano e queima tudo, casca de laranja, banana, da pros porco né.

Assentado N: A gente preserva por experiência nossa mesma por que a gente sabe que tem que preservar, mas orientação a gente nunca teve não.

Assentado C: Tem orientação sim, já fiz vários curso, palestra onde eles (ITESP) orienta nois, por que a natureza ta destruindo por causa do bicho homem que faz tudo errado, e eu ajudo no que posso, por que eu me interesse por essas coisa ai.

Assentado F: Teve um curso da UNESP, veio faze um trabalho, tenho até um certificado do Meio Ambiente, o curso de extensão e capacitação, de turismo, pra capacitar pra gente ter uma noção do que é meio ambiente, como deve ser feito, algumas pessoas daqui de Rodeio.

Como vimos pelos relatos, os assentados têm consciência e intencionalidade de preservação do ambiente em que vivem, cada um com seus valores e conhecimento, mas sempre pensando em um denominador comum.

4.1.4 Política Lazer e Cultura

Quando abordamos o tema Lazer com os entrevistados, foi perceptível que não há nenhum trabalho relacionado a essa questão além do Turismo Rural. Os assentados consideram como lazer atividades como jogar bola e assistir televisão, lembrando que tudo sempre é realizado no Assentamento.

Diante dos relatos será possível perceber algumas das necessidades apontadas por ele:

Assentado E: Sinto muita falta de união, eu gostaria que tivesse uma coisa que nos unisse mais, um grupo, uma cooperativa, um trabalho com a terceira idade que nem tem na cidade, a gente aqui fica esquecido, e não temos união, é muito mexerico, queria que aqui tivesse mais respeito e união entre as pessoas (chora).

Assentado C: A eu gostaria e os menino também de aprender mexe no computador em internet.

Assentado B: Nos quiria uma coisa pra gente se divirti num tem nada, falam que vão fazer uma área de lazer, fazer num sei o que, fala só de turismo, turismo num da dinheiro pra nos.

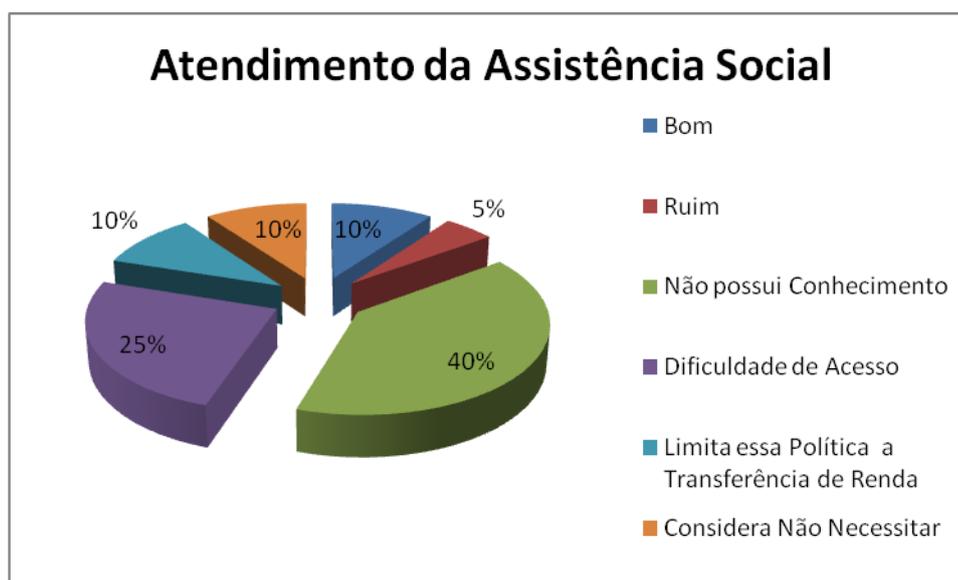
Pelos relatos, podemos perceber alguns dos reclames e necessidades vivenciados dentro dessa categoria pelos assentados. Essas respostas dão um grande suporte para a realização de uma ação ligada ao lazer dentro desse assentamento, além do que cursos e capacitações são compreendidos como lazer.

Quanto à cultura e preservação da mesma no Assentamento, é inexistente atividades que estimulem, divulguem e explorem a cultura dos assentados, o seu contexto sócio histórico de participação nos Movimentos Sociais, na realização das lutas políticas, divulguem o seu trabalho de pequenos produtores rurais, e principalmente que trabalhem a Questão Agrária no Brasil.

4.1.5 Política de Assistência Social

Neste subitem trataremos de como se efetiva a Política de Assistência Social se dá no assentamento Água Limpa, em relação ao atendimento desta política levantamos os seguintes dados exposto no gráfico a seguir:

Gráfico 15 – Atendimento da Assistência Social



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Este gráfico reflete as respostas dos entrevistados de que uma maioria significativa não conhece essa política, sendo esse dado de grande relevância, pois visualizamos que essas famílias necessitam de atendimento neste sentido. A dificuldade de acesso às Políticas de Assistência Social também é um dado relevante já que foi citado por 25% (vinte e cinco) por cento das famílias. No entanto é necessário considerar que o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) se localiza no distrito de Nova Pátria dificultando assim o atendimento. Essa dificuldade é expressa pelas falas do assentado B:

Nós somos atendidos pelo CRAS, fazia reunião do Renda Cidadã, mais agora num faz mais por causa do ônibus, tinha reunião todo mês, quando volta o ônibus ela falo que volta de novo.

O assentado D confirma essa declaração:

A é difícil, quando a gente precisa tem que ir em Nova Pátria, e quando falta algum documento tem que fica voltando lá daí eu nem procuro muito não e eles também não vem por aqui.

Os assentados têm muita dificuldade de ir até Nova Pátria, e o CRAS não possui meio de transporte para locomover-se até o assentamento. Outro dado

importante é que 10% (dez) por cento das famílias consideram não necessitar desta política. Esse fator é positivo no sentido que essas famílias não são dependentes dos benefícios de transferência de renda, pois possuem sustentabilidade econômica. Contudo existe também um fator negativo, no sentido que se reduz essa política à transferência de renda, desconhecendo a sua especificidade.

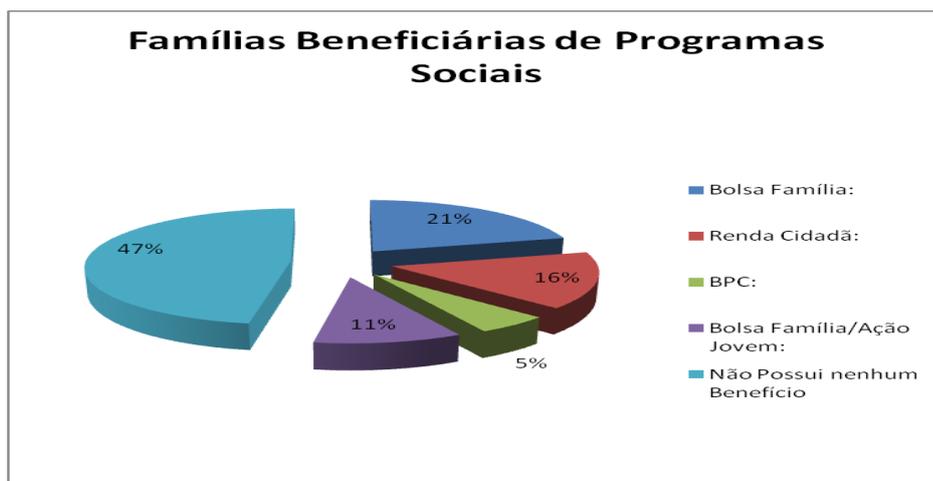
Da população atendida por essa política, apenas 10% (dez) por cento a avalia esse atendimento como sendo bom, entretanto estes ressaltam que a Assistente Social não realiza visitas e uma procura ativa no assentamento, no entanto quando conseguem transporte e possuem alguma necessidade são muito bem atendidos, conforme a afirmação do assentado L *“não vem ninguém quando queremos ser atendida vamos lá no CRAS, eu da minha parte num tenho o que reclamar não, toda vez que eu precisei..”*.

Outros 10% (dez) por cento compreendem essa política apenas como transferência de renda sendo esse um fator alarmante, pois a compreensão reducionista dessa política é cultural, sendo assim necessário que se desenvolva um trabalho para a ruptura desta compreensão.

Por outro lado 5% (cinco) por cento dos atendidos por essa política a consideram ruim, conforme a fala do assentado M *“Nota 0 (zero), ninguém conhece ela. Não tem transporte para chegar lá, e o cadastramento quem faz é a estagiaria”*. Isso evidencia que pelo menos algumas famílias necessitam de um contato direto com a Assistência Social, sendo a ausência desta uma das maiores reclamações.

Quanto ao que se refere às famílias beneficiárias de Programas Sociais e de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 16: Famílias Beneficiárias de Programas Sociais



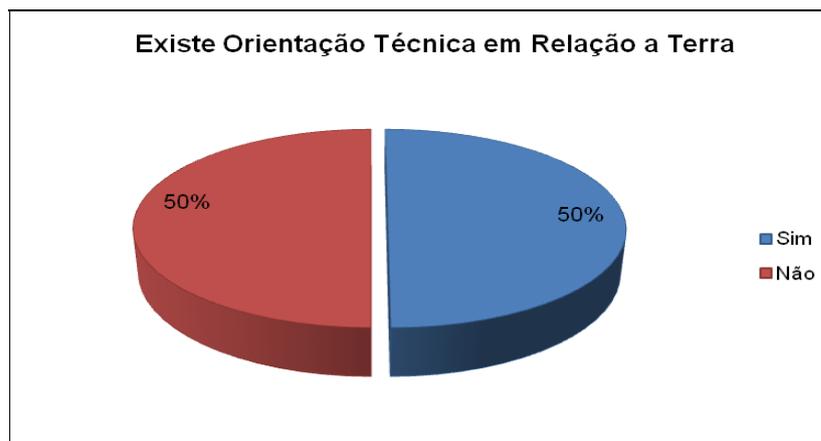
Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

A partir desses dados, verificamos que 53% (cinquenta e três) por cento das famílias pesquisadas recebem algum tipo de benefício. Esse dado se torna preocupante visto que 48% (quarenta e oito) por cento são benefícios de transferência de renda. Sendo assim verificamos que estas famílias não possuem sustentabilidade econômica dependendo assim de benefícios assistências, com isso verificamos que a política agrária não esta sendo efetivada em sua integralidade, conforme verificaremos abaixo. Constatamos que em 5% (cinco) por cento das residências visitadas têm uma pessoa na família que é beneficiária do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social por ter mais que 65 anos e possuir renda mensal inferior a $\frac{1}{4}^o$ do salário mínimo.

4.1.6 Política Agrária

No que se refere à orientação técnica no trabalho com a terra, a pesquisa relatou que as opiniões estão igualmente divididas, conforme mostra o gráfico 17:

Gráfico 17 – Orientação Técnica em Relação à Terra



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

De todas as famílias entrevistadas que responderam positivamente, alegando ter orientação em relação ao trabalho com a terra, disseram que esta orientação vem do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), e que contribui de forma positiva para sua produção, conforme relatos abaixo:

Assentado O: Eles sempre orientam e isso contribui muito para a nossa renda familiar.

Assentado F: Teve curso pastagem, "irrigagem", pra cuidar da jardinagem, leite, trator, o SENAI e SEBRAE que ofereceu, já teve tanto curso, vamos fazer de inseminação artificial, e isso contribui muito.

Assentado C: Muito, sempre deu certo tudo que eles orienta.

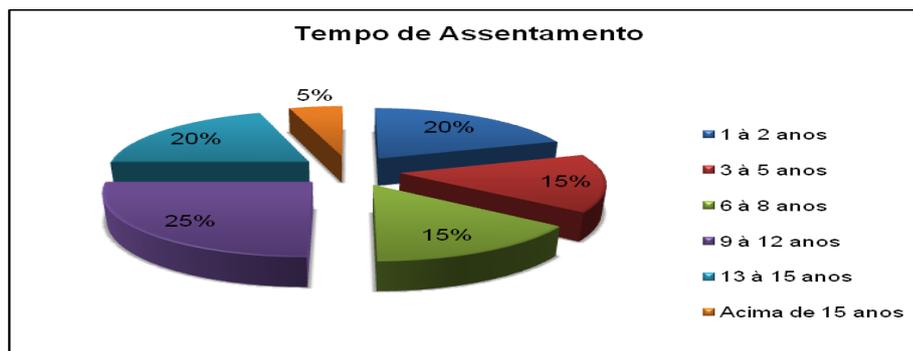
Contradizendo a afirmação acima, a outra metade alega não ter nenhuma orientação com o trabalho agrário, conforme relatos a seguir do afirma o assentado I *"aqui não tem orientação nenhuma, até deveria ter trator e orientação para ajudar agente, mas aqui não tem nada"*.

Conforme o exposto, podemos perceber que há opiniões diversas onde cada qual, com seus motivos, considera a orientação do ITESP, tanto positiva quanto negativa.

Durante a entrevista foi perceptível que muitos dos assentados alegam não ter essa orientação, quando na verdade eles não compreendem que ela existe sob diversas formas, e que o ITESP tem sua metodologia de trabalho submetida a uma hierarquia governamental que muitas vezes engessa o trabalho de fato.

Ao realizarmos uma análise do tempo de assentamento das famílias, observamos que existe uma diferença substancial, conforme se evidencia no gráfico a seguir:

Gráfico 18 – Tempo de Assentamento



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Como podemos observar as famílias que apresentam um tempo de permanência no meio rural maior do que os demais assentados, tendo assim em sua grande maioria um histórico cultural de lutas políticas e vínculo com o campo. Como assim salientaremos ao longo do trabalho.

Quanto aos dados que categorizam o tempo de permanência de um a oito anos no assentamento, podemos considerar através da pesquisa realizada, que são as famílias que conseguiram as terras através do cadastramento do ITESP e através de permuta, como assim salienta o assentado L:

Morava em Tarabai, na chacinha, eu trabalhava em casa mesmo, eu era casada, separei e vim morar com meu pai, ele já morava aqui e participou do movimento Comentário do Pai – Manuel :To aqui a 08 anos fiquei na Santo Antonio, e o Zé rainha mandou a turma lá (como acampado) e tinha 04 ano que tinha feito o cadastro e viemo pra cá.

É importante destacar que o mesmo tem uma trajetória de lutas políticas e pertencimento social, e mesmo assim passou pelo cadastramento do ITESP para conseguir o seu lote e sua estabilidade nas terras.

Em relação às famílias que realizaram uma permuta, para conseguir o seu lote, elas também obtinha um cadastro com o ITESP, mas conseguiram as suas terras através de uma troca com outro morador do assentamento, como assim afirma o assentando I:

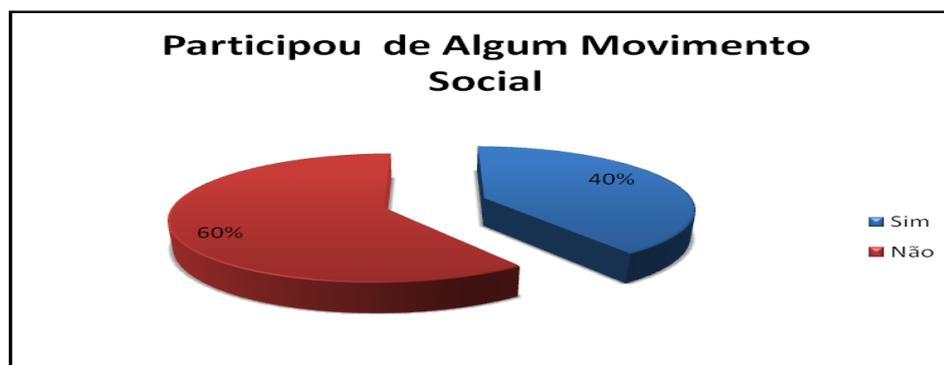
[...] por causa da nossa criação, agente vendeu a nossa casa em Prudente e comprou uma casa em um assentamento perto de Rosana, mas agente não sabia que não podia compra, ai lá agente ficou 12 anos, até regulariza com o pessoal do ITESP. Ai como lá era muito longe de tudo, de Prudente, família, agente achou por bem, trocar o sitio de lá por daqui. Ai para trocar agente conversou com o pessoal do ITESP, e isso durou uns 6 meses nesse processo. Eu achei que

não demorou muito não, mais ai a sorte que ex dono das nossas terras, também queria mudar, e queria ir lá para Rosana, agente acabou trocando com ele.

É importante destacar nesse depoimento, que o assentado comprou as suas terras, desconhecendo o fato que deveria ter se cadastrado anteriormente no ITESP. Nessa perspectiva percebemos que esse é o tipo de informação é imprescindível ao acesso de todos, inclusive para as pessoas que pretendem migrar para o meio rural, para que não ocorram transtornos, como lembra o assentado que passou por um longo de período de espera até regularizar a sua situação e a de sua terra.

Dentro deste contexto, apresentaremos abaixo as famílias que se inseriram em um movimento social para conseguir as suas terras por meio de lutas políticas e reconhecimento de sua situação. Como assim expressa o gráfico:

Gráfico 19 – Participação em Movimento Social



Fonte: Entrevista. Elaborado pelas autoras. 2010

Da análise desses dados, verificamos que 40% (quarenta) por cento dos assentados participaram de um movimento social, com o total absoluto de oito das vinte famílias entrevistadas. Esta porcentagem torna-se relevante ao observarmos as lutas políticas das quais participaram para conseguir um lote de terras. Vale lembrar, que a maioria dessas famílias, tem seu contexto histórico vinculado ao meio rural. Além disso, é importante acrescentar que a maioria das famílias que participaram de algum movimento social, já trabalhava no campo ou tinha algum vínculo com a área rural.

O movimento que as oito famílias sem exceções se vincularam, foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, popularmente conhecido como MST. Muitas dessas famílias, para conseguir para conseguir o seu lote de terras,

passaram por situações difíceis nos acampamentos: brigas, lutas, tiros, estes foram um dos meios que encontraram para materializar a sua reivindicação. Segundo o assentando Q *“Eu participei de lutas, fui na perna até São Paulo, Sorocaba, junto com 50 mil pessoas e com o José Rainha. Eu já fiz mais ou menos umas 10 invasões, os fazendeiros atirava, mas nunca fui baleado”*.

Podemos analisar através do relato do assentado, que as dificuldades para conseguir um lote são desmesuradas, e que os participantes do MST não medem esforços para conseguir um lugar para se estabilizar. Como assim também salienta o assentando O:

Eu participava no MST, e foi sofrido, por que foi varias invasões, mais ou menos umas nove, morava em barraco de lona, não era fácil não. Isso durou dois anos. Mas nesse meio tempo agente mudou de acampamento e foi morar lá perto da usina Itaqueruçu.

Agente nunca teve problema com a policia, pois quando ela vinha agente já corria para o barraco. Eu deixava o barraco lá e ia trabalhar na roça e voltava só à noite.

Graças a Deu em nenhuma invasão agente foi baleado, o dono lá colocava os capangas para atirar, mas nunca aconteceu nada com a agente não.

Ai para vir para cá agente ficou sabendo que tava tendo esse assentamento, ficamos acampado por mais dois meses aqui na beira, ai deram para agente um assentamento provisória, que era um lotinho de 3 alqueires com um barraquinho para depois em 97 sair esse aqui o definitivo.

Como afirma o entrevistado, ele passou por lutas e desafios para conseguir o seu lote, morou em “barracos” participou de invasões, se aliou em movimentos sociais, tudo para poder adquirir um lugar para morar. Além disso é importante destacar na fala do assentado, que este teve que morar anteriormente em um assentamento provisório para só então depois conseguiram o seu lote definitivo.

Com isso observamos que alguns deles passaram por uma história de lutas políticas e os demais apesar de não pertencerem a movimentos sociais, objetivavam as mesmas conquistas e possuíam e possuem os mesmos princípios, valores e anseios, sempre na busca pelo seu espaço, pelo seu pedaço de terra, em busca do seu pertencimento a sociedade, a fim de ser visto e ser lembrado como sujeito de direitos, vislumbrando assim ser reconhecidos na sua integralidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade identificar as políticas sociais e a articulação das mesmas no assentamento Água Limpa localizado no município de Presidente Bernardes-SP. Por meio desta pesquisa foi possível perceber se essas políticas estavam sendo efetivadas de maneira sustentável, suprindo as demandas postas pelos assentados.

Para maior legitimidade do trabalho, tivemos como fundamento teórico-crítico a pesquisa bibliográfica, que nos permitiu a compreensão da história da divisão e distribuição de terras no Brasil, que deixa evidente a desigualdade dessa, desde o período da colonização.

A partir desse conhecimento abriu-se um leque de fatos pertinentes a esse tema, para que pudéssemos melhor entender a Questão Agrária no Brasil nos dias atuais, assim como compreender também as diversas características dessa questão que foram explicitadas no corpo deste trabalho.

No que se refere à Questão Social, compreendemos que a Questão Agrária ligasse a ela intrinsecamente, partindo do princípio que esse é um conflito histórico, onde atores sociais lutam e reivindicam pelos seus direitos.

Foi possível entender que essa desigualdade acontece historicamente, onde a terra sempre esteve sob o poder e a posse de poucos e só era dividida por interesses subjetivos dos proprietários e passada para outras mãos somente de forma que respondesse a esses interesses.

Foi perceptível que essa história vem sofrendo alterações significativas, considerando que atualmente temos o Direito Agrário e os Planos Nacionais de Reforma Agrária, que são de grande relevância para atenuar conflitos referentes à posse e à propriedade de terra, além de ter uma posição de peso em nosso país.

Justamente por ser uma questão polêmica, vimos que não só a legislação foi adaptada e melhorada como também essa questão passou a ser vista com mais intencionalidade por parte dos governos, existindo hoje vários órgãos responsáveis que trabalham na concretização da Reforma Agrária no Brasil.

Além disso, ficou evidenciado também que a Política Agrária não se limita apenas na divisão e distribuição de lotes, o que representa apenas o início de uma complexa ação que exige a articulação de várias políticas sociais, para que a inclusão de uma família em um lote não se torne uma exclusão desta na sociedade.

Para que as políticas sociais sejam de efetiva inserção social dessas famílias, além da articulação, é extremamente importante pensar na Rede Social, onde todas as políticas têm um foco, um objetivo comum, que atenda a todas as necessidades desses usuários.

A Rede Social nesse contexto é uma possibilidade que traria grandes benefícios para os assentados, mas que tem, hoje, ainda muitas limitações para se efetivar diante do fato de que muitos profissionais não compreendem sua real função, pois a Rede não tem um líder, não tem competição entre os profissionais, visto que cada um acrescenta o que for pertinente a sua área.

Ao contextualizarmos a Questão Agrária no Brasil nos dias atuais, destacamos a conjuntura do Pontal do Paranapanema, por se tratar da área onde se localiza o assentamento pesquisado bem como uma presença significativa no que se refere ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a instalação de outros assentamentos na região. No que tange ao assentamento Água Limpa compreendemos que este tem uma historicidade significativa ao retratar seu contexto de lutas, desafios e conquistas. Para fundamentar este trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo com a finalidade de identificar as demandas existentes no assentamento Água Limpa.

Através da pesquisa de campo, verificamos que não há um respaldo necessário para atender a todas as demandas dos assentados, observando que estes não têm os subsídios necessários para suprir suas demandas imediatas, tendo assim que gastar com medicamentos, transportes e demais suprimentos necessários para terem qualidade de vida.

Isso foi constatado no que se refere à Política de Saúde, porque os assentados utilizam outros meios e estratégias para serem assistidos de maneira qualificada por essa política. A mesma situação se verificou quanto à Política de Educação, que foi apresentada pelos entrevistados com ineficiente e de má qualidade. Além dessas, evidenciamos um dado preocupante em relação ao meio ambiente, pois verificamos que não existe um trabalho educacional no que se refere a preservação ambiental no assentamento. Com isso averiguamos que a não existência destes trabalhos se dá pela falta de intencionalidade política administrativa do município de Presidente Bernardes.

Quando indagamos os assentados sobre a ação da Assistência Social ou do CRAS, um número exorbitante de assentados afirmou não ter conhecimento

da especificidade desta política e deste órgão, o que nos revelou uma situação muito preocupante. Essa situação se agrava ainda mais por que os que relataram conhecer esse trabalho o associam apenas a benefícios de transferência de renda. Sendo assim a política de Assistência Social no município e o CRAS apresentam um trabalho muito limitado, não atuando na totalidade das necessidades do usuário, tornando-se assim uma política reducionista.

Com esse trabalho verificamos que as políticas sociais estão sendo efetivadas de forma fragmentadas, não atingindo seus objetivos e se limitando ao imediatismo das ações.

Os assentados se configuram como excluídos dos excluídos, já que a distancia da zona urbana e dos aparelhos públicos limitam e engessam as ações para com eles, sendo esquecidos pelo poder público, que os compreende como apenas um pedaço de terra. O poder público se limita ao fornecimento da terra considerando, este como suficiente, não os compreendendo como sujeitos de direitos que devem ser compreendidos em sua totalidade.

Consideramos assim, que o objetivo deste trabalho está vinculado a efetivação das políticas públicas, e só será alcançado através de uma articulação entre as políticas públicas existentes no município de Presidente Bernardes, para que através desta articulação se consolide e/ou constitua uma Rede Social que deverá se materializar em respostas políticas efetivas e eficazes às demandas postas no Assentamento Água Limpa.

A contribuição da nossa pesquisa se dá no sentido de que o estabelecimento de uma Rede Social democrática, política, com caráter horizontal e sinérgico favorecerá as famílias residentes não só no Assentamento Água Limpa, mas a todos os assentamentos localizados nas proximidades do município de Presidente Bernardes, visto que, a Rede Social possibilitará a potencialidade do usuário, das políticas sociais e um crescimento significativo e o melhor andamento e funcionamento do município de Presidente Bernardes, fomentando a economia já que os assentados são grande parte dos moradores do município.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, S. **Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos dos conceitos**.2007.Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784/1520>. Acesso em: 29 out. 2009.

ASHITATE, K. M. **Movimento pela Terra: Formas de Lutas para a Reforma Agraria**. 1995. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas e Administrativas da I.T.E) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 1995.

Abolição da Escravatura – Lei Áurea. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/abolicao.htm> >. Acesso em: 26 mar 2010.

Atlas do Desenvolvimento Humano. Secretaria do Estado de Administração e Gestão. Disponível em: <http://www.sead.gov.br>. Acesso em 10 jul. 2010.

BEHRING, E. R. **Fundamentos de Política Social**. 2000. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2010.

BERGAMASSO, S. M. ; NORDER, L. A. C. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos; 1996.

BOURGUIGNON, J. A. **CONCEPÇÃO DE REDE INTERSETORIAL**. 2001. Prof. do Departamento de Serviço Social da. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em < <http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm> > Acesso em: 26 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 de abr. 2010.

BRASIL. **I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985. República Federativa do Brasil/ INCRA, 1985. Disponível em < sistemas.mda.gov.br/arquivos > Acesso em: 25 mar. 2010.

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. República Federativa do Brasil/ Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: 2003. Disponível em < sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf > Acesso em: 25 mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Resolução nº 76, de 17 de Julho de 1822. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral. Disponível em: <www.iterpa.pa.gov.br> Acesso em: 29 out. 2009.

Câmara Municipal de Presidente Bernardes. Disponível em: <http://www.presidentebernardes.sp.gov.br> . Acesso em: 28 out. 2009.

CAMINHA, V. J. P. **Desapropriação e Reforma agrária; função social**. Porto Alegre: Do Advogado, 1997.

Capacitação em Serviço Social e Política Social, modulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTE, J. L. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra**. Disponível em:

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao02/materia02/>>. Acesso em: 29 out.2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 164p. (Biblioteca da educação - Série 1, Escola; v.16)

COSTA, H. R. N. da. **Discriminação de terras devolutas**. São Paulo: Liv. e Ed. Universidade de Direito, 2000.

DESLANDES, S. F. ; CRUZ NETO, O. ; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção temas sociais).

DIEHL, A. A. ; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 168 p. ISBN 85-87918-94-X

FERNADES, B. M. **O MST e as Reformas Agrárias no Brasil**. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>>. Acesso em : 04 mai. 2010.

FALEIROS, V. de P. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

FARIA C. **Reforma Agrária Brasileira**. 2007. Disponível em <<http://www.infoescola.com/geografia/reforma-agraria-brasileira/>>. Acesso em: 04 mai. 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FERNANDES, B. M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2010.

FERNANDES, B. M. ; RAMALHO, C. B. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)**. São Paulo: Scielo Brasil, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300018&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 abr. 2010.

FERNANDES. B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FILHO, J. D. P. **Terras Devolutas no Pontal do Paranapanema**. 2001. 89 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2001.

FREITAS, E. de. **A Questão Agrária no Brasil**. Disponível em: <www.brasilecola.com/brasil/questao-agraria-no-brasil.htm>. Acesso em: 29 out. 2009.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”
Disponível em: <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/>> .Acesso em: 26 mar. 2010.

GANCHO, C. V. ; LOPES, H. de Q. F. ; TOLEDO, V. V. **A Posse da Terra**. São Paulo: Ed. Ática S. A. 1991.

GARCIA, P. **Terras devolutas: defesa possessória, usucapião, registro torrens**. Belo Horizonte: Edicao da Livraria Oscar Nicolai, 1958.

GOHN, M. da G. **Historia dos Movimentos e Lutas Sociais**. 2ªed.São Paulo: Loyola, 2001.

GOHN, M. da G. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI – antigos e novos atores sociais**. São Paulo: 2ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. São Paulo: 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GOHN, M da G. **O Protagonismo da Sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidarias**. São Paulo: Cortez 2005.

GRAZIANO, X. **O carma da terra no Brasil**. São Paulo: A girafa editora, 2004.

GUARÁ, et al . **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE/PUC – SP; Brasília: SAS/MPAS,1998.

História do Brasil Colonial.Disponível em: < <http://www.historiadobrasil.net/colonia/>>. Acesso em: 26 mar. 2010.

IAMAMOTO, M.V.**O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

INDRIUNAS, L. **A grilagem de terra no Brasil**. Disponível em: < <http://www.novotempo.org.br/50minutos/?p=>>>. Acesso em: 28 out. 2009.

INOJOSA .R. M. – **IDI- Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social** . Disponível em: <www.comitepaz.org.br> Acesso em: 15 abr. 2010.

INOJOSA, R. M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade** – In Cadernos FUNDAP - n. 22, 2001, p. 102-110. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos> Acesso em 15 abr. 2010.

Instituto nacional de colonização e reforma agrária (INCRA). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/>> . Acesso em: 26 mar. 2010.

JUNIOR, R. D. do V. **Reforma Agrária Brasileira: síntese histórica e impasse atual**. São Paulo, fev. 1998, São Paulo em Perspectiva. Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_04.pdf. 2004> Acesso: 25 mar. 2010.

JÚNIOR, R. V. F. **Questão Fundiária no Pontal do Paranapanema**. 2005. 96 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2005.

KONDER, L. **O que é Dialética**. 28. ed. 2006. Editora Brasiliense. São Paulo. 2006.

KROHLING, C. P. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1999.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LINHARES, M. Y. (org). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

LINHARES, M. Y. ; SILVA, F. C. T. da. **Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

MAGALHÃES, B. J. **Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil: um pouco sobre o debate político e acadêmico atual**. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A109.pdf. Acesso em: 28 mar 2010.

MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINEZ, P. **Questão agrária: questão de terra ou de gente**. São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINHO, C. **Redes Síntese**. Disponível em: <http://educacaomidiatica.com/index.php/download_file/-/view/18/>. Acesso em: 15 abr. 2010.

BRASIL. **Medida Provisória 422.** 2008. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/>>. Acesso em: 04 mai. 2010.

MELO, E. J. de; BARONE, L. A. **FORMAÇÃO DOS PA'S X PODER LOCAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES: EXPRESSÕES DE CONFLITOS E ACOMODAÇÃO.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente: 2005. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Elizabeth%20Joseja%20de%20Melo_PT_EN.pdf> Acesso em : 12 fev. 2010.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <www.mda.gov.br/>. Acesso em: 26 mar. 2010.

MIRALHA, W. H.; ROSÂNGELA A. de M. **A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS E SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES – SP.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente : 2005. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Resumos/Wagner%20Miralha_PT_FR.PDF> Acesso em: 12 fev. 2010.

MOTA, A. E. et al, (Org). **Serviço Social e Saúde:** Formação e Trabalho Profissional – 3 ed. – São Paulo: Cortez: Brasília <DF>: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2008.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2010.

MST: Lutas e Conquistas. Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2ªed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

NETO, M. S. **Questão agrária:** doutrina-legislação e jurisprudência. Campinas: Bookseller, 1997.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992. 165 p. ISBN 85-249-0394-5

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n. 3, jan./jun.2001.

Ocupações de Terras no Pontal do Paranapanema (1990-2000). Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/dataluta/>. Acesso em: 16 mai. 2010.

OLIVEIRA, F. R. dos S. **Terras Devolutas no Pontal do Paranapanema**. 2005. 89 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2005.

OLIVEIRA, I. M. da M. de. **Breve História da Terra no Brasil**. 2007 Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/709480>. Acesso em: 25 de mar. 2010.

OLIVEIRA, I. M. da M. **Breve história da terra, da propriedade e da exclusão da propriedade no Brasil**. Disponível em: <http://www.recantodasletras.uol.com.br/artigos/709408>>. Acesso em: 29 out. 2009.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, P. A. P. **Questão social, serviço social e direitos de cidadania**. Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n.3, p.51-62,jan./jun. 2001. São Paulo:

PRADO JR, C. **A Questão Agraria no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, s.d. 188 p.

Previdência Social. **Guia do trabalhador rural: saiba como utilizar o seu seguro social**. -2. ed.-Brasília:MPS, ACS, 2007.

QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M. L. de O. ; OLIVEIRA, M. G. de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2002-2003. 159 p. (Coleção aprender) ISBN 85-7042-317-3

RAICHELIS, R. **Articulação entre os conselhos de políticas públicas** – uma pauta a ser enfrentada pela sociedade civil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 85 p.109-116, mar. 2006.

REZENDE, A.P.M. **Movimentos sociais e partidos políticos**: questões sobre lógica e estratégia política. In: *Movimentos sociais: para além da dicotomia rural e urbana*, João Pessoa, 1985.

RIBEIRO, N. de F. **Caminhada e esperança da reforma agrária**: a questão da terra na constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Santa Cruz é nossa. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/descobrimento/tratado-de-tordesilhas.shtml>>. Acesso em: 01 nov. 2009.

SCHERER, W. I. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 143 p. (Coleção estudos brasileiros; 1)

SCHLITHLER, C. R. B. **Instituto de Desenvolvimento para Investimento Social**. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/artigos>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

SCHMIDT, B. V.; MARINHO, N. C.; ROSA, S. L. C. (org). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SILVA, A. M. da. **Ocupação de Terras no Pontal do Paranapanema através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (M.S.T.) 1990-1993**. 1993. 46 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas e Administrativas) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 1993.

SILVA, A. A. da. et al. **Desenvolvimento Territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente: UNESP – FCT, 2006.

SILVA, H. J. Comunicação Verbal. Presidente Bernardes. 20 ago. 2010.

SILVA, J. G. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, J. G. da. **O que é Questão Agrária**. 18 ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos; 1994.

SILVEIRA, U. **Reforma Agrária**. A esperança dos “sem terra”. Franca: UNESP-FHDSS, 2003.

Sistema de Informações Territoriais. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/2635370>>. Acesso em: 15 mai. 2010.

UMBELINO, A. **MP 458 sela a contra-reforma agrária do governo Lula**. 2009. Disponível em <<http://www.correiodadania.com.br>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

VIGNA, E. **As contradições da votação da MP 422**. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2010.

ENTREVISTA

DADOS PESSOAIS**1. Identificação**

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Idade: _____ Tempo se assentamento: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

2. Estado Civil

Solteiro () Casado () Viúvo () Separado/Divorciado () União Estável ()

3 Renda Familiar:

- () Sem Renda
- () Abaixo de 01 Salário Mínimo
- () 01 Salário Mínimo
- () 01 até 02 Salários Mínimos
- () 02 até 03 Salários Mínimos
- () 03 a 05 Salários Mínimos
- () Acima de 05 salários Mínimos

3.1 Situação Profissional

A Renda Familiar é obtida:

- () Pecuária () Agricultura () Horticultura
- () Outro Tipo de Trabalho : _____

3.2 Algum Membro da Família é Beneficiário de Programas Sociais:

- () Bolsa Família () Renda Cidadã () Ação Jovem () BPC
- () Outro Benefício: _____

3.3 Algum Membro da Família Trabalha na Cidade:

3.4 No que se refere a previdência social, como vocês trabalham essa questão:

- Contribui
- Não contribui
- Não possui informação sobre o assunto

OBSERVAÇÕES: _____

POLÍTICAS SOCIAIS

SITUAÇÃO DE MORADIA

4 Em relação a casa, esta é construída em:

- Madeira
- Alvenaria
- outros materiais _____

4.1 Qual foi o subsídio para a construção da mesma:

- Financiamento
- CDHU Rural
- Recursos dos governos para os assentamento
- Outros _____

5 Existe alguma orientação técnica em relação a terra:

- Sim Não

5.1 Algum Órgão do Estado faz essa orientação:

Qual: _____

5.2 Como essa orientação contribui para a sustentabilidade e infraestrutura do lote e o trabalho de vocês com a terra:

6 No que se refere ao meio ambiente como são tratadas questões como:

Água: _____

Esgoto: _____

Lixo: _____

Preservação ambiental: _____

7 Em relação à Saúde como considera o atendimento e o acesso à essa política:

7.1 O Estratégia de Saúde da Família atende a todas as famílias do assentamento:

7.1.1 Além do atendimento, como você considera o acesso aos seguintes itens:

MEDICAMENTOS: _____

VACINAÇÃO: _____

PRESERVATIVOS: _____

AMBULÂNCIAS: _____

OUTROS: _____

8 Em relação a educação como vocês consideram a qualidade e a acessibilidade do ensino:

8.1 O ensino é conivente com a realidade de vocês:

9 O atendimento da Assistência Social se dá de que forma neste assentamento:

9.1 Como é realizado o trabalho e acessibilidade de vocês no CRAS:

10 Qual a principal atividade de lazer de vocês:

10.1 O que gostariam de fazer, além disso:

10.2 Existe alguma atividade que estimule, divulgue ou explore a cultura de vocês (levando em conta a grande bagagem cultural por conta do movimento social):
